

A Defesa Nacional



MARÇO
1950

NÚMERO
428

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.
1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA, Auxiliar.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1950	N. 429
------------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — II — Cel. Niso Montezuma.....	7
O Serviço de informações no Regimento de Cavalaria — II — Ten.-Cel. A. C. Moniz de Aragão.....	13
Os programas padrões — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	17
Atirador de emboscada — Ten.-Cel. J. H. Garcia.....	21
Adestramento do cavalo — A linguagem eqüestre — Major Espedito Mendes Corrêa.....	25
A defesa anti-aérea — Sua importância na última guerra — Major Floriano Moura Brasil Mendes.....	29
A artilharia no combate defensivo (A.D. e A.C.Ex.) — Major Orígenes de Soledade Lima — Major Nelson Mesquita de Miranda — Major José de Azevedo e Silva — Capitão Nilton Freixinho.....	41
As promoções no Exército Americano — 1º Ten. Gualter Gil.....	57
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Síntese de estudo sobre os problemas do Brasil — Major João Baptista Peixoto.....	61
Efeitos da desintegração atômica — Cap. Hernani A. L. Amorim.....	65
Economia e Finanças:	
Que é inflação monetária? — Extrato pelo Cel. J.B. Magalhães.....	71
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
O novo regulamento de operações e a Batalha de Monte Caseros — Cap. Augusto de Oliveira Pereira.....	73
O Noroeste Gaúcho — II — Aspectos gerais das rodovias — Cap. Moacyr Ribeiro Coelho.....	83
OPINIÕES	
A engenharia militar brasileira — II — Cel. Feilberto Estevam de Oliveira Baptista.....	93
A criação do cavalo militar — II — Ten.-Cel. Hermenegildo de Oliveira Carneiro.....	101
A formação completa do oficial de artilharia — Capitão Nilton Freixinho.....	103
DIVERSOS	
O distintivo da F.E.B. — Ten.-Cel. Senna Campos.....	105
Aniversário da Intendência do Exército — Major José J. Camerino.....	109
Despede-se um símbolo... Choram os bravos — Cap. Acalá.....	111
Notícias Militares.....	117
Noticiário & Legislação.....	119

EDITORIAL

DE RE MILITARI!...

A civilização que estamos vivendo é, sem dúvida, o termo final de um longo estado transitório para uma idade nova, ou já o início de uma outra época do ciclo evolutivo da humanidade.

Iniciada a reforma do espírito humano com a nova concepção do Universo, por Copérnico e Galileu, no século XVI, a qual se ampliou e foi completando nos seguintes com a coorte magnífica dos pensadores e pesquisadores que se seguiram com Descartes na investigação dos fatos da Natureza, dava lugar no século XIX à Revolução Francesa e criava a Revolução Industrial.

A primeira, resultante do pensamento filosófico que tornava ilegítimo o poder temporal de origem divina, criava a soberania metafísica do povo e transferia da nobreza e do clero, para a burguezia, o prestígio político.

A segunda, que efetivamente começou com a aplicação da máquina a vapor à mineração do carvão de pedra na Inglaterra, caracteriza-se pelo enorme aumento que essa invenção de Watt, criando a "máquina-fatura", deu à capacidade de produção, cujo comércio do mesmo passo facilitava, com o surto das estradas de ferro e da navegação sem dependência da energia eólica.

Isto, no entanto, produzia consideráveis efeitos na vida da humanidade: tornava mais ricas e poderosas as nações possuidoras da energia barata da hulha negra; aumentava o poder político da burguezia, da alta burguezia em cujas mãos ficava o imenso capital obtido pelo maior poder de produção.

Do primeiro efeito resultou a rivalidade entre as "potências" cuja política internacional no século XIX se caracterizou pelo "imperialismo" ou a corrida para a conquista de mercados para os excessos da produção e a posse de fontes de abastecimento de matérias primas, gerando o "colonialismo".

Do segundo, surgiu a reação do proletariado, reclamando melhor repartição dos "benefícios da riqueza", de que o seu trabalho era fator principal, em prol de suas necessidades de viver humanamente.

Esse período evolutivo da civilização ocidental, de que a Inglaterra foi a pioneira, encerrou-se com o conflito armado de 1914, entre ela e a Alemanha, que mercê de suas imensas riquezas carboníferas do Rhur, adquirira enorme capacidade industrial. Viu-se então, quanto a civilização se polarizara em torno das minas de carvão de pedra, centralizando todo o poder militar nas poucas nações que as possuíam e criando efetivamente uma nova estrutura das sociedades humanas.

A guerra mostrara que a industrialização tendia para a consolidação das sociedades humanas, pelo completamento dos efeitos políticos da Revolução Francesa, harmonizando as capacidades criadoras — o "Capital" e o "Trabalho" — por uma justa repartição dos benefícios da riqueza. Mostrava mais ainda haver interdependência entre todos os povos civilizados, derogando o princípio das Pátrias como entidades máximas, pois sem o reconhecimento dessa interdependência nenhuma delas poderia viver em paz e segurança.

O segundo conflito mundial confirmou estes conceitos e ampliou enormemente a compreensão de sua importância, fazendo surgir uma nova "rivalidade" entre as nações pioneiras da civilização, origem possível de uma nova luta de muitíssimo maior amplitude e de conseqüências imprevisíveis para os destinos da civilização. De fato, novas máquinas acionadas por energias diversas, como a eletricidade e a explosão de gases em motores de combustão interna, e os progressos realizados na física e na química, os quais facilitaram as relações entre os homens e lhes deram novos meios de ação, utilizados no primeiro conflito ou apenas então aventados, foram desenvolvidos no segundo, excitando criações novas, de enorme poder de destruição e muito maior raio de ação.

Essa rivalidade reside essencialmente nos métodos para fazer avançar a reforma da estrutura das sociedades, por evolução, como pretendem as nações ocidentais, ou revolução como propugnam os soviéticos. Estes consideram as conquistas já efetivamente realizadas pelo proletariado, para combater os inconvenientes da má repartição dos benefícios da riqueza, pretendem que o "capital" sendo formado pelo trabalho coletivo deve ser administrado pelo Estado. Mas assim só fazem efetivamente oprimir a liberdade individual, a mais bela conquista da civilização moderna, ao que os países evoluídos do ocidente se opõem, preferindo, com razão, ir continuando a reforma da estrutura da sociedade por etapas sucessivas.

No momento atual a rivalidade assim surgida e que ameaça poder degenerar numa terceira guerra, polariza-se em Moscou e em Washington, focos principais da potencialidade econômica e militar moderna.

O poder econômico e militar dos Estados Unidos, que evoluiu à parte do das nações da Europa, sem precisar recorrer ao "colonialismo", mercê de seu grande mercado interno, tornou-se definitivamente preponderante, depois que a abertura do Canal do Panamá, em 1914, fortaleceu a sua unidade militar, e se foi ampliando, a ponto de equivaler ao de todo o resto do Mundo, graças à sua enorme superioridade em riqueza carbonífera e de petróleo.

O poder econômico da Rússia, ainda muito inferior ao dos iânques, mas favorecido por imensas possibilidades de desenvolvimento, e esteando sua considerável potencialidade militar, resultante de suas características geográficas e de seus elementos etnográficos, permite-lhe opor-se tenazmente às tendências liberais da política ocidental. Enquanto se desenvolve, vai a Rússia procurando servir-se da ideologia marxista, como fator auxiliar do seu expansionismo e elemento de enfraquecimento de todo o sistema ocidental.

É esse o quadro geral do momento universal em que vive o Brasil, pertencente ao grupo de nações denominadas hoje de "pouco desenvolvidas", o que é um fato, não por culpa de sua gente, mas porque não possuem farta energia carbonífera e não têm sabido, ou, melhor, podido compensar isto, por uma política de lógico aproveitamento de seus próprios recursos.

Sujeito a sofrer reflexos e consequências do que se passa no mundo, sem ser uma nação industrializada, sem poder realizar

uma potência militar de valor ponderável na rivalidade universal por espírito cultural e por suas tendências tradicionalistas e para legítima satisfação dos seus mais fortes interesses, é levado a combinar o mais possível sua política com a dos Estados Unidos.

Só assim encontrará facilidades para acelerar sua lógica industrialização, com o aproveitamento inteligente das fontes de energia industrial, boa e barata, que possui, para valorizar suas matérias primas, servindo-se de técnicas modernas

A tudo isto ficam sujeitas as suas "re militari", cujas instituições terão o valor que êle souber dar-lhes, pela compreensão que mostrar possuir da situação mundial, pela sabedoria com que souber empreender a reforma de seu sistema econômico, por sua judiciosa industrialização, para se tornar o menos possível dependente do estrangeiro.

A eficácia e a rapidez com que conseguirá êsses "desiderata", serão resultantes da capacidade de sua "elite" para corrigir erros e vícios do passado. Demanda a criação de uma consistente ordem política, caracterizada pela prevalência que passem a ter em tôdas as manifestações da vida nacional os interesses coletivos sobre os regionais, de grupos e, principalmente, de indivíduos quaisquer. Efetuada a reforma da mentalidade das "elites", repercutirão os seus efeitos sobre a massa da população, dando expressão forte ao sentimento de "unidade nacional", nela espontâneo, e que, no entanto, tende a enfraquecer-se pela ação de influências dissolventes e impulsões centrífugas, advindas da incultura real dos que a orientam.

Nada pode contribuir mais poderosamente para provocar tais efeitos tanto quanto as "elites", principalmente em relação às massas, como as classes armadas, por via das instituições militares. Nisto vemos hoje sua principal missão, sem o que as outras que lhe cabem, na preparação da guerra e uma vez esta advinha, serão tristemente falhas.

É o que, ao iniciar-se êste ano de 1950, nesta hora do Mundo, hora em que as nações americanas, se vêm organizando em busca da formação de uma unidade continental, econômica, militar e política, sem quebra de suas autonomias legítimas, quando acordam em banir a guerra como "última ratio" nas suas contendas, parece-nos mais útilmente poder ser considerado. É a principal base mental sobre que se hão de construir eficazmente nossas coisas militares.

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISIO MONTEZUMA

II

O ANTEPROJETO NÃO APROVADO EM 1945

A elaboração desse anteprojeto causou certa apreensão. Antes, mesmo, de têmos tido conhecimento dele já os brados de alerta cruzavam os ares.

Em o "Correio da Manhã" de 29 de julho de 1945, em artigo intitulado "O Código da Justiça Militar", dizia o Sr. Costa Rego:

"Acha-se ainda em fase de estudos a revisão do Código da Justiça Militar. Inspire Deus os seus elaboradores, e teremos obra completa.

Mas os elaboradores não parece admitirem o concurso de ninguém, a julgar pelo modo verdadeiramente clandestino como estudam a matéria. Ainda há pouco, foi publicado que o referido Código, já acomodado em algum armário do Catete para despacho (para despacho é bem o caso de agora dizer, porque a legislação pertence ao domínio das portarias), voltou aos legisladores.

Haverá, pois, em torno do assunto alguma divergência. Em que sentido? Eis um segredo onde este não deveria nunca existir, e tanto mais estranhável quanto evidentemente foge ao método adotado pelo governo quando, há três anos, instituiu uma espécie de

processo de consulta em relação ao mesmo Código.

Lembro-me de haver louvado aqui esse processo, na forma do qual se expediu aos mais reputados mestres um questionário bastante minucioso.

O questionário provocou sem dúvida muitas respostas. Ninguém as conhece, e nem sequer elas podem ser trancadas nas gavetas como papéis misteriosos, sabendo-se que os tribunais militares julgam também em nossos dias os civis.

Sobre isto exatamente ocorreu-me até notar que estava incluído no questionário o exame de um problema alheio ao Código da Justiça Militar, porque próprio do Código Penal Militar, qual fosse o de subordinar os civis à jurisdição dos tribunais militares no estado de guerra, por atos até então não enquadrados nas figuras clássicas do crime contra a segurança externa.

O delito de espionagem — escrevia eu — está definitivamente na figura clássica do crime como sendo o ato de introduzir-se, disfarçadamente, entre as forças e nos estabelecimentos, à cata de informações, ou de dar asilo, auxílio e fuga a emissários do inimigo; e tal maneira de aten-

tar contra a segurança externa do país já não corresponde à extensão da espionagem, pois esta é mais que um auxiliar das forças em operações, desde quando, em seu conjunto e sistemas, constitui um exército invisível, constitui mesmo a vanguarda como sucedeu na invasão, há cinco anos, da Noruega, Holanda, Bélgica e França, onde o inimigo por seus agentes se instalara muito antes da ofensiva.

É óbvio, nestas condições, e em face dos precedentes quanto a outros povos, que temos de enfrentar a espionagem do conceito moderno e não apenas a do conceito antigo. Os civis surpreendidos em sua prática, estrangeiros ou nacionais, só devem responder perante a jurisdição dos tribunais militares, considerado crime todo ato que ofenda a ordem, a segurança, o serviço, a economia e a propriedade das forças armadas.

Foi encarada, por exemplo, essa questão? Pertencerá ela ao Código da Justiça Militar, e não privativamente ao Código Penal Militar, destinado a substituir e ampliar os velhos preceitos do Código Penal da Armada? Haverá quem o saiba, mas nos limites estreitos e privativos dos elaboradores da lei, já desentendidos, por suposição.

A ausência de publicidade para os debates, possivelmente abertos, leva todos, cá fora, a conjecturas. Duas entre elas se apresentam mais vivas no meio dos interessados. A primeira é que a revisão feita no Código da Justiça Militar não foi além da incorporação das medidas aceitas com a última reforma, umas extravagantes, outras indispensáveis. A segunda é que a revisão de fato inovou, criando, sem necessidade e com certos ônus públicos, várias Auditorias, podendo o governo provê-las com pessoal estranho à justiça militar. Neste caso, ficariam

prejudicados os quadros do respectivo funcionalismo, onde existem servidores de mais de vinte anos.

Vê-se, pois, que tanto na matéria da doutrina quanto na da administração o assunto se presta à controvérsia. Como, porém, esclarecê-lo sem o conhecimento prévio dos estudos realizados pelos elaboradores da revisão do Código, ou sem o exame, pelo menos, das respostas apresentadas ao questionário que o governo, investido embora da função legislativa, ou certamente por isso, fez encaminhar aos mestres do direito? Se o projeto já dormiu no Catete e voltou aos seus elaboradores, vá também à Imprensa Nacional e seja publicado. . ."

Em "O Globo" de 27 de agosto de 1945 (edição das 7 horas, página 4) foi publicada a seguinte nota:

"O projeto do Código da Justiça Militar — O Instituto dos Advogados aprovou, por unanimidade, uma indicação do Sr. Eros de Moura Esteves no sentido de ser solicitado ao Sr. Presidente da República a publicação do atual projeto do Código da Justiça Militar, a fim de que o mesmo seja submetido à crítica e ao estudo das instituições jurídicas do país."

De fato, o anteprojeto recusado em 1945 continha deploráveis investidas reveladoras de suspeitos propósitos que, embora contidos, lançaram desconfianças que jamais deveriam existir.

Assim foi que tentou burlar a Constituição vigente:

a) atribuindo ao S.T.M.:

"Art. 39, I. Processar e julgar, originariamente, os seus ministros, oficiais-generais, os juizes auditores, os órgãos do ministério público, nos crimes militares e comuns e nos de responsabilidade."

b) estabelecendo:

"Art. 110. Os ministros civis do Supremo Tribunal Militar, os juizes auditores, os promotores, os advogados e os escrivães terão as honras militares correspondentes aos seguintes postos, inerentes ao cargo, e em correspondência na Marinha e Aeronáutica, vedado o uso do uniforme em tempo de paz:

I — ministro civil, general de divisão; II — procurador geral, general de brigada; III — auditor de 2ª entrância, coronel; IV — auditor de 1ª entrância, tenente-coronel; V — promotor de 2ª entrância, major; VI — promotor de 1ª entrância, capitão; VII — advogado de 2ª entrância, capitão; VIII — advogado de 1ª entrância, 1º tenente; IX — escrivão de 2ª entrância, 1º tenente; X — escrivão de 1ª entrância, 2º tenente.

Art. 111. Os ministros civis, procurador geral, juizes auditores, promotores, advogados e escrivães, contribuirão para o montepio militar de acordo com as suas honras e postos honoríficos e em situação de igualdade à dos oficiais da ativa.

Art. 583. Serão providos, *livremente*, por ato do Presidente da República, os cargos resultantes da criação da Auditoria da Aeronáutica."

A repulsa do Ministério da Guerra constou da Exposição de Motivos n. 310, de 7 de maio de 1945 e do Ofício n. 472, de 26 de julho do mesmo ano, ao Exmo. Sr. Presidente da República, na qual não modificou seu anterior ponto de vista a respeito do tortuoso jogo de palavras a que então se recorreu para justificar as investidas feitas.

Foi redigida nos seguintes termos:

"Cumpre-me esclarecer, entretanto, que subsistem outras observações que, pela impor-

tância do assunto e consequências que poderá acarretar, merecem ser focalizadas para que V. Excia. decida a respeito.

São as seguintes as observações a que me refiro:

a) Parece conveniente examinar a constitucionalidade da disposição constante do art. 39, alínea I, segundo a qual é atribuída ao Tribunal competência para julgar os seus ministros, os oficiais-generais, os juizes auditores e os órgãos do ministério público nos crimes comuns.

Ora, a justiça militar é um fóro especial destinado a julgar os delitos militares e, se se quer conceder àqueles a prerrogativa da função, dando-lhes o direito de serem julgados por um tribunal nos crimes comuns, os tribunais competentes parecem ser os previstos na Constituição e no Título V, Capítulo VII, do Livro Primeiro, do Código do Processo Penal.

b) O art. 110 (e consequentemente o art. 111) parece contrariar o disposto no art. 160, letra c) da Constituição.

Cumpra esclarecer que o parecer do Consultor da República, submetido por este Ministério à consideração de Vossa Excelência, que o aprovou por despacho de 13-V-939, versa tão somente sobre a subsistência dos direitos e honras militares e postos honoríficos concedidos anteriormente às Constituições de 1934 e 1937.

c) A disposição constante do art. 583, tendo em vista que o quadro da Justiça Militar é um só a serviço das três Forças Armadas, desatende a disposições taxativas da Constituição (letra b, do art. 103), do Código da Justiça vigente (art. 31) e do próprio anteprojeto (art. 76), importando, ao que parece, em preterição de direitos dos ser-

ventuários das auditorias de 1ª entrância e de atribuição do próprio Supremo Tribunal Militar, a quem incumbe organizar as listas triplices dos auditores, promotores e advogados em condições de ascender à 2ª entrância em preenchimento de vaga."

O Exmo. Sr. Ministro da Guerra, sem modificar seu anterior ponto de vista constante da Exposição de Motivos n. 310, de 7 de maio de 1945, sobre a inconstitucionalidade do art. 39, I; 110, 111 e 483, encaminhou à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional o seguinte documento, assinado pelo Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar:

"Parecer — Observações do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre o anteprojeto de Código da Justiça Militar.

A) A Comissão Organizadora do anteprojeto de Código da Justiça Militar sugeriu o dispositivo do art. 39 n. I, considerando a alta importância do assunto e consequências que poderá acarretar o fato de um dos Ministros do Supremo Tribunal Militar, oficial-general, ou órgão da Justiça Militar, ver-se acusado de crime comum e, por isso, conduzido a juízo como simples cidadão, sem prerrogativa alguma. Não podia legislar sobre matéria constitucional e nem sobre a organização da Justiça comum, e se legislasse, o Supremo Tribunal Federal não reconheceria a competência.

O dispositivo impugnado pelo Sr. Ministro da Guerra foi assim justificado:

A Constituição atribuiu, no seu art. 101, ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) os ministros do Supremo Tribunal;
- b) os ministros de Estado, o procurador geral da República, os juizes dos Tribunais

de Apelação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os ministros do Tribunal de Contas... nos crimes comuns e nos de responsabilidade..."

e o Código de Justiça Militar, conforme o seu art. 91: processar e julgar originariamente os ministros do mesmo Tribunal, o procurador geral e os oficiais-generais do Exército e da Armada, sendo que estes últimos nos crimes militares e de responsabilidade; os juizes inferiores, os promotores, advogados de ofício e escrivães, nos crimes de responsabilidade.

Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Militar, resultante desse art. 91, compete ao mesmo Tribunal processar e julgar originariamente:

- a) os ministros civis e militares e o procurador geral, nos crimes comuns e militares;
- b) os oficiais-generais, nos crimes militares e de responsabilidade;
- c) os juizes inferiores, os promotores, advogados de ofício e escrivães, nos crimes de responsabilidade.

O anteprojeto tornou mais explícito esse dispositivo, já existente:

I — processar e julgar, originariamente, os seus ministros, os oficiais-generais, os juizes auditores, os órgãos do Ministério Público, nos crimes militares e comuns e nos de responsabilidade.

O anteprojeto não quis deixar os juizes da Justiça Militar, os oficiais-generais e representantes do Ministério Público em situação de inferioridade de tratamento na jurisdição penal, verificando que o Código do Processo Penal criou uma jurisdição especial:

Capítulo VIII:

Da competência pela prerrogativa da função;

Art. 84. A competência pela prerrogativa da função é do

Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, relativamente às pesosas que devam responder perante eles por crimes comuns ou de responsabilidade.

Art. 86. Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar:

I — os seus ministros, nos crimes comuns;

III — o procurador geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas... nos crimes comuns e de responsabilidade.

Art. 87. Competirá, originariamente, aos Tribunais de Apelação o julgamento dos governadores ou interventores nos Estados ou Territórios e prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários e chefes de Polícia, juizes de instância inferior e órgãos do Ministério Público.

Reservou-se jurisdição especial pela prerrogativa da função para todas essas autoridades no caso da prática de crime comum, e nada mais se dispõe nesse Código, na presunção de igual competência estaria compreendida na da Justiça Militar, em relação aos seus representantes e aos oficiais-generais.

Dai a conclusão — entregar ao próprio Supremo Tribunal Militar a competência para processar e julgar, pela prerrogativa da função, para que os juizes da Justiça Militar, os generais e os representantes do Ministério Público não se vejam diminuídos nas suas prerrogativas quando, por acaso, venha a praticar crime comum.

Deixar a hipótese sem solução, é a pior das soluções.

B) Trata-se de honras militares e postos honoríficos e de montepio militar dos juizes

e funcionários da Justiça Militar.

É do conhecimento geral que a proibição de títulos, postos e uniformes das forças armadas foi estabelecido para evitar concessões dessa natureza a quem não pertencesse à força armada, como prêmio de serviço de ordem política. Trata-se de conceder honras militares aos elementos da Justiça da própria força armada, concessão restrita — "inerente ao cargo, vedado o uso do uniforme."

Não é lícito contestar que o parecer do Sr. Dr. Consultor Geral da República, submetido à consideração do Sr. Presidente da República e por Sua Excia. aprovado, referiu-se à subsistência dos direitos e honras militares e postos honoríficos, concedidos anteriormente às Constituições de 1934 e 1937.

Não obstante, o parecer do Consultor Geral da República e Aviso do Sr. Ministro da Guerra, aprovado pelo Sr. Presidente da República encerram este conceito:

"Desta enumeração de preceitos legais ressalta em toda a evidência a intenção do mesmo Governo que outorgou a Constituição de 10 de novembro, de ressaltar da proibição constitucional as honras militares atribuídas por lei a funcionários da administração pública, por força da função que exercem."

Ministros civis do Supremo Tribunal Militar, juizes auditores, promotores e escrivães, uns são titulares de postos militares e patentes e outros não.

Não há direito contra a Constituição, donde, se a intenção do Governo, que outorgou a Constituição, foi de ressaltar da proibição constitucional as honras militares atribuídas por lei a funcionários da administração pública, em nome dessa proibição

constitucional não há de se impedir a concessão dessas mesmas honras aos funcionários da administração militar por força das funções que exercem.

Se as honras e patentes concedidas anteriormente às Constituições de 1934 e 1937 ainda subsistem, é porque não incidem na proibição constitucional, a despeito do art. 107 do Estatuto dos Militares. Deve ser assinalado que atualmente os membros da Justiça Militar são uns oficiais honorários, outros da reserva e outros civis, contribuindo uns para o montepio militar e outros para o I.P.A.S.E.

C) A disposição constante do art. 583 é referente ao provimento dos cargos resultantes da criação da Auditoria da Aeronáutica.

É a instalação de um serviço novo no Ministério da Aeronáutica.

O dispositivo foi assim justificado:

"A matéria envolve a criação do serviço de justiça da Aeronáutica a ser instalado imediatamente, exigindo a nomeação dos titulares dos cargos.

A nomeação por livre escolha é a consequência natural, sem vício de inconstitucionalidade. O "princi-

pio" constitucional é inaplicável à Justiça Militar, peculiar às justiças dos Estados, tanto que não foi aplicado às nomeações dos Ministros do Tribunal.

O enunciado do anteprojeto, estabelecendo o provimento livre dos cargos resultantes da Auditoria da Aeronáutica, é do conhecimento e assentimento do Ministro da Aeronáutica, sendo, por isso, necessária a sua audiência, se for mantida a "observação".

O Decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispôs sobre a organização da Justiça do Distrito Federal, estabeleceu no seu art. 413:

"A primeira investidura nos cargos criados nesta, salvos os de Juiz de Direito e de Juiz Substituto, será feita independentemente de promoção ou concurso.

Parágrafo único. Serão, também, providos independentemente de promoção ou concurso, os cargos que vagarem, na Justiça do Distrito Federal, ou por força do disposto neste artigo."

Estabeleceu-se a regra especial de provimento dos cargos, que, por isso, não se há de dizer que contrariou a regra geral.

(Continua)

Para as suas galinhas
RAÇÕES PRENSADAS

avevita

MOINHO FLUMINENSE 3/4 - TEL. 23-1820

O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO REGIMENTO DE CAVALARIA

Ten.-Cel. A. C. MONIZ DE ARAGÃO

II

CAPÍTULO SEGUNDO

O OFICIAL DE INFORMAÇÕES

I

GENERALIDADES

20. O Serviço de Informações Regimental compreende o pessoal especializado e o material previstos nos quadros de efetivos e dotações. Tem por chefe e responsável o Oficial de Informações.

21. O Oficial de Informações do R.C. é o S-2 do Estado-Maior Regimental. Comanda, nos exercícios de instrução tática e em operações, o pelotão de operação-informações do Esquadrão de Comando. É auxiliado, no desempenho de seus encargos, pela secção de informações-observação daquela pelotão.

II

ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE INFORMAÇÕES

22. Sob a orientação do Comandante, a quem deve estar em condições de informar constantemente, o Oficial de Informações organiza a busca, catalogação, análise e interpretação dos informes e a difusão das informações de combate. Executa, especificamente, os seguintes encargos:

a) Como oficial do Estado-Maior Regimental:

(1) Preparação de planos de informações, baseados nos E.E.I.

estabelecidos pelo Comandante e em condições de satisfazerem as instruções do escalão superior e os pedidos das unidades vizinhas.

(2) Estabelecimento e expedição das ordens e pedidos de busca de informes consequentes.

(3) Catalogação, análise e interpretação dos informes.

(4) Difusão das informações.

(5) Apresentação ao Comandante dos dados necessários à preparação de sua decisão, referentes ao inimigo, terreno e condições meteorológicas.

(6) Apreciação da situação do inimigo, feita por iniciativa própria, sempre que a evolução da situação exigir, ou por ordem do Comandante.

(7) Conservação das ligações de informações com as unidades vizinhas e o escalão superior.

(8) Recomendação e fiscalização das medidas de defesa contra as investigações do adversário (contra-informação).

(9) Conduta da instrução especializada do pessoal da Secção de Informações-Observação e fiscalização da instrução de informações e contra-informações do resto do Regimento, como fôr determinado pelo Comandante.

b) Como Chefe do Serviço de Informações Regimental:

(1) Orientação e direção do pessoal da Secção de Informações-

Observação no desempenho de suas tarefas.

(2) Organização e colocação em condições de funcionamento do principal meio de busca de informes do Regimento: a Observação.

(3) Organização e funcionamento do ou dos observatórios regimentais.

(4) Execução dos trabalhos topográficos prescritos pelo Coronel.

23. O Oficial de Informações, além disso, deve:

a) *Antes das operações:*

(1) Estudar:

— as ordens de operações do escalão superior e das unidades vizinhas, assim como os seus relacionamentos;

— as cartas, que completa com os dados essenciais referentes às tropas amigas e inimigas e ao estado das vias de comunicações;

— as fotografias aéreas.

(2) Propor ao Coronel as instruções aos órgãos de busca, que constituirão um parágrafo da ordem geral de operações ou do boletim anexo de informações ou serão transmitidas sob a forma de ordens particulares.

(3) Organizar o Plano de Observação do Regimento e controlar o pessoal de observação.

(4) Informar os esquadrões.

b) *No decurso das operações:*

(1) Conseguir o maior número de informes e comunicá-los imediatamente ao Comandante. Trazer-los, em seguida, para a carta e catalogá-los.

(2) Transmitir, sem demora, aos escalões subordinados e vizinhos, os informes que pareçam importantes e de exploração urgente.

(3) Catalogar, analisar e interpretar esses e outros informes e transmitir, quando oportuno, as informações conseqüentes.

(4) Restabelecer contacto com as unidades que deixem de remeter informes.

(5) Organizar e fazer funcionar a observação, instalando os observatórios e prevendo os seus deslocamentos.

(6) Interrogar sucintamente os prisioneiros e encaminhá-los à divisão.

(7) Estabelecer conclusões sobre as possibilidades do inimigo.

c) *Em período normal:*

Instruir, de acordo com as diretrizes do Comandante, o pessoal de informações e observação do R.C. e subunidades.

III

QUALIDADES DO OFICIAL DE INFORMAÇÕES

24. O Oficial de Informações deve, antes de tudo, possuir inclinação especial para o Serviço de Informações e ser um oficial de escol.

Por força do papel importante, que deve desempenhar, precisa ser dotado de grandes conhecimentos e de qualidades morais apreciáveis.

25. *Conhecimentos gerais:*

O Oficial de Informações deve ter conhecimentos bem desenvolvidos, é útil que conheça a língua, o país e a mentalidade do inimigo efetivo ou provável. Deve possuir conhecimentos de lógica e grande prática de análise e síntese.

26. *Conhecimentos militares:*

O Oficial de Informações, além de desfrutar de bom-senso e conhecimentos táticos, de curiosidade e julgamento fácil e consciencioso, necessita conhecer a organização, os métodos de combate e os meios materiais do adversário. Impõe-se que saiba, a fundo, os princípios, que presidem o combate das diferentes unidades, até a D.C., e a organização e o emprego das diversas armas das forças nacionais.

27. *Conhecimentos especiais:*

O Oficial de Informações deve conhecer especialmente:

a) a organização e o funcionamento do Serviço de Informações Regimental;

b) observação e topografia;

c) identificação de prisioneiros e transmissão de documentos, extensivos ou cifrados;

- d) leitura de fotografias aéreas;
 e) camuflagem;
 f) criptografia;
 g) funcionamento e emprego das transmissões regimentais.

28. Qualidades:

Do Oficial de Informações são exigidas as seguintes qualidades:

a) *Morais*:

- consciência;
- vontade; e,
- caráter.

b) *Intelectuais*:

- espírito de crítica; e,
- julgamento rápido.

c) *Intrínsecas*:

- diligência;
- iniciativa;
- método;
- paciência;
- calma;
- discrição;
- imaginação;
- ceptismo; e,
- intuição psicológica.

Em síntese, o Oficial de Informações deve possuir virtudes numerosas e apreciáveis. O oficial escolhido para essa função se deve julgar honrado. Essa eleição indica que o Comandante o considera impar entre os seus pares.

(Continua)

PELES MAX

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 298 (SOBRELOJA)

SÃO PAULO (CAPITAL)

PROPAC

COMPANHIA DE PROPAGANDA, ADMINISTRATIVA E COMÉRCIO, (PROPAC)

AVENIDA RIO BRANCO, 85 — 14º Andar
 End. Tel. "PROPAC" — Rio de Janeiro — TEL. 23-2101
 Representante e distribuidora dos produtos de fabricação da

ATLAS POWDER COMPANY

Wilmington, 99 — Delaware, U.S.A.

DINAMITE — ESTUPIM

Espolêtas simples e elétricas, para entrega imediata

VENDAS: RUA 1º DE MARÇO, 37-A — 8º andar

Telefones: 43-4831 — 33-1025

Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro

OS PROGRAMAS PADRÕES

Ten.-Cel. AROLD RANOS DE CASTRO
Ex-Inst. Chefe de Cav. da E.E.M.
(Cmt. do 17º R.C.)

Não podemos deixar de tecer os maiores louvores à idéia da organização dos *Programas Padrões*. Indiscutivelmente o objetivo de uniformizar a instrução das diferentes *Armas* é um trabalho meritório e digno dos maiores elogios, não só pelo alcance do empreendimento como, principalmente, por evitar a prolixidade de alguns programas e a deficiência de outros.

Desejamos porém é, com o sincero intuito de colaborarmos para o aprimoramento e a consolidação de tão importante trabalho, assinalar alguns pontos que julgamos merecedores de reparos.

A observação que nos foi dada realizar, no Comando do 17º R.C., permite-nos asseverar a necessidade de introduzirem-se pequenos reparos nos *Programas Padrões* destinados, não só à *Arma de Cavalaria* como igualmente, às demais *Armas*.

Preliminarmente é nosso pensamento, que na contestura de um *Programa Padrão*, não se deve descer a detalhes que só poderão ser convenientemente considerados pelos responsáveis diretos pela sua aplicação. Quero me referir a dosagem do tempo a consagrar aos diferentes ramos da instrução, que deve ficar ao critério dos escalões regionais ou regimentais, únicos credenciados para tal, visto bem conhecerem as particularidades do elemento humano que terão o encargo de qualificar. Conseqüentemente, bastará que nos *Programas Padrões* conste o número de ses-

sões e de horas a consagrar nas relações dos assuntos.

É assunto indiscutível, por exemplo, que a instrução do cavaleiro a cavalo não pode consumir o mesmo número de horas, na 1ª R.M. e 5ª R.M. ou 3ª R.M. Assim, os E.M. de região ou mesmo os Cmts. de Corpos, é que serão os únicos capazes de prever uma dosagem racional e objetiva, para aquele ramo de instrução.

Um outro problema merecedor de reparos é o que se refere ao tempo disponível para a instrução, o *Programa Padrão* determina que se dedique aos trabalhos, um regime de oito horas diárias, das quais, seis e meia horas úteis, para a instrução da tropa. No caso especial da Cavalaria, necessita-se o mínimo de uma hora para a limpeza do cavalo, a qual, pela sua importância e decorrências, deve ser assistida pelos oficiais. A meia hora restante pois, não é suficiente para atender à instrução equestre dos oficiais e sargentos, que deve ser ministrada diariamente. Se considerarmos ainda, o tempo necessário para a instrução técnica e tática dos oficiais, subtenentes e sargentos, polo, sessões especiais de educação física indispensáveis para que se possam preparar equipes representativas da unidade, nas competições regionais, o problema ainda mais se agrava.

Somos de opinião de que a solução seria a diminuição das horas úteis de instrução da tropa, medida que ficaria, como dissemos anteriormente, ao critério dos res-

ponsáveis diretos pela aplicação do *Programa Padrão* e, logicamente, subordinada aos imperativos das diversas e costumeiras atividades esportivas de rotina, das diferentes R.M.

Caso persista a exigência do número de horas úteis a consagrar à instrução, ficar-se-á ante o seguinte dilema: ou, exigir dos comandados um esforço acima do normal e capaz de comprometer, em curto prazo, o rendimento da instrução ou, prejudicar de muito o preparo técnico e tático dos quadros, bem como, as condições de apresentação da unidade, nas costumeiras competições esportivas regionais.

Outro assunto agora de caráter material, mas de repercussão econômica refere-se a exigência da publicação, todas as quartas-feiras, do *Quadro de Distribuição dos Meios*; desde que a repartição dos meios, para uma determinada semana coincida com a anterior, bastaria que, uma simples nota em boletim prescrevesse a validade do mencionado Quadro, para a semana entrante.

Para finalizar estas primeiras e gerais apreciações sobre o *Programa Padrão* desejamos agora aludir aos documentos de controle da instrução. Preliminarmente, somos de opinião, dado o caráter eminentemente de uniformidade que caracteriza o citado *Programa*, que conviria conter o mesmo, modelos de documentos de controle à semelhança do que fez com relação aos *Quadros Semanais de Trabalho*. Na 2ª R.M. e, consequentemente, no 17º R.C. tais documentos tomaram, muito praticamente, a forma de gráficos.

Após os pequenos reparos acima feitos, com a finalidade, como dissemos de contribuir para a eficiência cada vez maior dos *Programas Padrões*, sinto-me no dever de tornar público o trabalho realizado no 17º R.C. pelo meu Subcomandante, Major José Codeceira Lopes, no que concerne, particularmente, ao importante problema da *Classificação dos Homens*. Não constando do mencionado *Programa* modelos ou direti-

vas para a organização dos testes, forma prevista para a aludida classificação, organizou-os então, o Major Codeceira, para a seleção dos candidatos ao *Curso de Formação* e que foram os seguintes:

TESTES PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS AOS CURSOS DE FORMAÇÃO

I — Apresentação

A) Os testes abaixo completam os de classificação intelectual, e devem ser aplicados a todos os homens alfabetizados de cada turma de instrução, pelo respectivo instrutor, pessoalmente. Os resultados serão apresentados aos Comandantes de Subunidades, os quais indicarão os candidatos aos diferentes cursos, subordinada essa indicação ao conceito obtido pelo candidato.

B) Para fixação do conceito acima referido, deve ser levado em conta que cada resposta certa valerá 1 ponto (ou terá um valor indicado no teste). A soma dos pontos obtidos permitirá classificação do candidato num dos seguintes conceitos:

Ótimo — Se obtiver 4 ou 5 pontos.

Bom — Se obtiver 3 pontos.

Regular — Se obtiver 2 pontos.

Mau — Se obtiver 1 ou 0 pontos.

C) *Exemplo*:

No teste letra F, o candidato que responder à pergunta a e realizar metade da montagem, obterá 3 pontos, ou seja conceito bom, como Armeiro.

II — Testes a realizar

A) *candidato a Telemetrista*:

Tome um setor de terreno, facilmente identificável. Mostre-o ao homem, bem claramente. Pergunte-lhe:

a) *Quê coisas você está vendo neste pedaço de terreno que eu mostrei? (torne a mostrar, se ele não entendeu qual o setor. Depois faça a pergunta).*

b) Qual está mais longe daqui: aquele (dar um ponto nítido) ou aquele (dar outro ponto nítido).

c) Qual está mais perto daqui: aquele (dar um ponto nítido) ou aquele (dar outro ponto nítido).

d) (Socorrendo-me do telémetro). Que pontos daquele terreno você vê, olhando por aqui?

e) (Ainda se socorrendo do telémetro). Lá do lado direito você vê uns números e uma setinha. Para que número a setinha está apontando?

B) candidato a Agente de Transmissões:

Diga ao homem que ele vai percorrer tal caminho (mostre depressa) e dar ao Sgt., o seguinte recado: "O Ten. mandou dizer que o Sr. deve levar o Pel. para as baías e lá esperar nova ordem dele". "O homem parte, dá o recado ao Sgt. e volta para junto do Sr. por novo itinerário, com o seguinte recado do Sgt.: "O Sr. Sgt. mandou dizer que vai levar o Pel. para as baías e esperar ordem". Verifique:

- a) foi pelo itinerário da ida?
- b) foi ligeiro?
- c) deu o recado corretamente?
- d) voltou ligeiro?
- e) trouxe o recado correto?

C) candidato a Radiotelegrafista:

Diga ao homem que ele vai pôr aquilo (fone) nos ouvidos a que deve ouvir sons curto e longo (mostre sons de ponto e de traço). Ponha o fone nos ouvidos do homem. Chame a atenção.

a) Faça três pontos distintos. Pergunte quantos sons ouviu.

b) Faça 1 ponto e 1 traço, pausados. Pergunte si os sons que ouviu eram iguais.

c) Faça 2 pontos e 1 traço. Pergunte quantos sons curtos ouviu.

d) Faça 2 traços e 1 ponto. Pergunte quantos sons curtos ouviu.

e) Faça 3 traços e 2 pontos. Pergunte quantos sons longos ouviu.

D) candidato a Sinaletiro:

Diga que em tal ponto (mostre) um aparelho (de 10 colocado à distância de 200 m) vai fazer sinais curtos e longos. Pela atenção do homem. Com apito acione o operador. Este deve fazer, a cada apito:

a) Três pontos distintos. Pergunte ao homem o que viu.

b) Um ponto e um traço. Pergunte se estes sinais eram iguais.

c) Dois pontos e um traço. Pergunte quantos sinais curtos foram feitos.

d) Dois traços e um ponto. Pergunte quantos sinais curtos foram feitos.

e) Três traços e dois pontos. Pergunte quantos sinais longos foram feitos.

E) candidato a Sapador:

Mostre um perfil de abrigo individual (fig. 17 do Caderno do Manual de Fortificações de Campanha). Explique o que é, e para que serve. Pergunte:

a) (dando um metrô ao homem). Mostre no chão, com este metro, a largura desse buraco.

b) (valendo-se da figura 4). Com qual destas ferramentas, o soldado faz aquele buraco?

c) (valendo-se da figura 9). Este soldado está dentro de um buraco igual aquele?

d) (valendo-se da figura 19). Este buraco é igual ao da fig. 4?

e) (valendo-se da figura 21). Que diferença existe desta para o da figura 4?

F) candidato a Armeiro:

Tome um F.M. — Faça com que um auxiliar o desmonte, bem devagar, verifique se:

a) o homem sente-se com confiança para montar a arma. (Basta perguntar-lhe, 1 ponto).

b) até que ponto ele realiza a montagem. (4 pontos).

G) candidato a Observador:

Tome um setor de terreno facilmente identificável. Mostre-o ao homem, bem claramente. Pergunte:

a) Que coisas você está vendo nesse pedaço de terreno que eu

mostrei? (torne a mostrar se não entendeu o setor. Repita, depois esta pergunta):

b) Se você recebesse ordem de ficar vigiando esse pedaço de terreno, você acha que vigiaria bem, ou tem outro ponto por aqui de onde você vê melhor aquele terreno? (Qual? se for o caso).

c) Uma pessoa lá naquele ponto (mostrar um ponto nítido no terreno observado, a menos de 800 metros) se estivesse olhando para cá, veria você?

d) (Fazendo-o dar as costas para o setor). O que você estava vendo naquele terreno?

e) Você fumaria, enquanto estivesse vigiando (Por quê? se disser que não).

H) candidato a Telefonista:

Mostre ao candidato como se faz uma chamada telefônica. Dê-lhe uma mensagem escrita, com cerca

de 25 palavras. Mande que a transmita. Verifique:

a) Fez a chamada corretamente? (1 ponto).

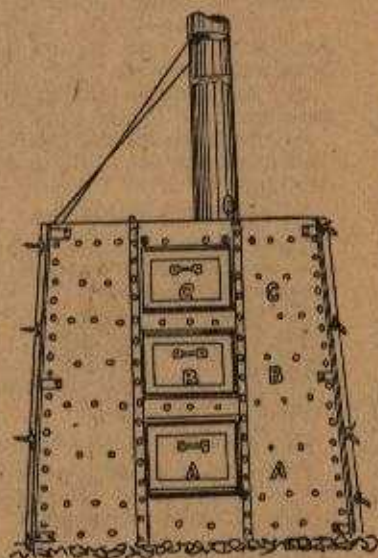
b) Fez a transmissão corretamente? (3 pontos).

c) Foi capaz de interpretar a ligação sem necessidade de explicação (1 ponto).

Devo salientar que os testes a que foram submetidos os homens, para efeito de classificação, deram excelentes resultados o que bem poderá permitir asseverar, que realizados nas bases dos que nos permitimos apresentar, bem poderão servir de norma para aquela finalidade.

A medida, que tenhamos oportunidade de apresentar novas sugestões, o faremos, animados exclusivamente do desejo que nutrimos de concorrer para o justo mérito daqueles, que contribuíram para uniformizar no Exército, a importante e delicada questão da Instrução.

AOS SRS. COMANDANTES DE UNIDADES



A firma J. VINCZE confeccionou para a Escola de Instrução Especializada e também para a Cia.-Escola de Intendência, ótimos fornos de campanha, capacidade para um Batalhão de Infantaria, cada um, os quais vêm prestando esplêndido serviço e já se encontram aprovados pelo D.G.A. Pedidos à Fábrica de Peças, Máquinas e Modelos Mecânicos
RUA NABOR DO RÊGO, 637
— RAMOS — Tel. 30-1654
RIO DE JANEIRO — BRASIL

ATIRADOR DE EMBOSCADA

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Eis aqui o nosso velho "atirador de escol", travesti de "sniper" ou de "atirador de emboscada", entretanto deve haver no "scout and patrolling", o F.M. 21-75 americano, muita coisa interessante, uma vez que o nosso atirador era apenas bem treinado no tiro — queria-se-o simplesmente um ótimo atirador.

Neste artigo procuraremos chamar a atenção para todos os pontos que constituem novidade para os nossos regulamentos.

"De repente, pelos flancos, estoura, perto, um tiro..."

A bala passa, rechinante, ou estende, morto, em terra, um homem. Sucedem-se, pausadas, outras, passando sobre as tropas, em sibilos longos.

Cem, duzentos olhos, mil olhos perscrutadores, voltam-se impacientes, em roda. Nada vêem.

E os tiros continuam raros, mas insistentes e compassados...

Então estranha emoção invade os mais provados valentes, ante o antagonista que vê e não é visto.

Mas constantes, longamente intervalados sempre, zunem os projectis dos atiradores invisíveis batendo em cheio nas fileiras.

...E o comandante resolve carregar contra o desconhecido.

De repente cessam. Desaparece o inimigo que ninguém viu.

E quando as últimas armas desaparecem, ao longe, na última ondulação do solo, reponta dentre montões de blocos — feito uma cariátide sinistra em ruínas cicolópicas — um rosto bronzeado e duro...

Ficamos por algum tempo livre desses atiradores, que nos escolhiam para alvo, trepados nas ár-

vorez altas e escondidos na mata.

Esta página caracteriza o nosso atirador de emboscada, o aborígene, o cabra, cuja missão era naqueles tempos, naqueles sertões, retardar, perturbar, anarquizar, lançar a desconfiança nas disciplinadas fileiras republicanas, enfraquecendo-as. Como eles desempenhavam bem suas missões, não-lo diz Euclides com a sua força de expressão.

Porque será que tudo devemos ver como os outros fazem para então fazermos?

Porque será que não experimentamos também?

É o caso!

Temos a impressão, pelo que há escrito não só sobre o nosso selvagem com relação ao assunto de que estamos tratando, como sobre o nordestino, porque o jagunço de Canudos também é um nordestino, temos a impressão, que muito teríamos de aprender deles. Não precisamos ir lá no sertão, aproveitemos suas aptidões, quando eles nos entram pelos portões dos quartéis...

Já uma vez, comentando a instrução de serviço em campanha nas unidades de cavalaria do Rio Grande, lembramos da necessidade de aproveitar as aptidões do homem do campo, seu senso apurado de se dirigir no campo aberto, embora em regiões completamente desconhecidas.

O cruzar cotidiano por caminhos, estradas, picadas e campos, dá ao gaúcho, mesmo o analfabeto e bronco, um senso de orientação, que nós cheios de regras e de conhecimentos de astronomia, respeitamos; tanto de dia como de

noite, com bom ou mau tempo, o gaúcho cruza o campo e vai "dar em cima de um caminho" que o levará em muito menos tempo à região que ele quer.

Conclusão — o de que precisamos é de procurar os meios de aproveitar as habilidades desses nossos patrícios e não enchê-los de ordens e regras que só servirão para atrapalhá-los.

Está neste caso o da incorporação de um recruta gaúcho em uma unidade de cavalaria: — o homem é domador e vamos ver no início da instrução um monitor dando-lhe flexionamentos para obter fixidez na sela.

Feita esta introdução em defesa de algumas de nossas aptidões, vejamos o que há no FM-21-75 a respeito deste assunto. Eles lá falam sempre, mesmo agora depois da bomba atômica e destas outras novidades que não nos cansamos de repetir como argumento forte, dizíamos, eles falam sempre nos hábitos de seus peles vermelhas, dos seus "cow-boys" e de seus célebres patrulheiros de um tal Major Roger e quanto não aprenderam agora com os japoneses nos difíceis terrenos em que os encontraram, na muito falada "jungle" apavorante e depreciadora do espírito dos mais ousados.

Vejamos, pois, o FM-21-75.

Começa assim "Eliminando os chefes e inquietando as tropas inimigas os atiradores de emboscada contribuem para diminuir a resistência inimiga e enfraquecer seu moral" e este conceito liga o atirador de emboscada "made in USA" ao nosso atirador também de emboscada, de chapéu quebrado na frente, roupa de couro, cuspidor, o nosso matuto na tocaia.

Talvez atirador de tocaia ficasse melhor que atirador de emboscada.

Eles têm o atirador de emboscada, móvel e fixo. O primeiro age só, muda de lugar frequentemente e age em uma zona extensa. Deve ser um ótimo atirador que sempre fará o tiro de matar e, sobretudo, deverá ser um exímio aproveitador do terreno.

O atirador fixo em geral age com outro companheiro, ambos

bons atiradores, que se revezam no binóculo e no fuzil com luneta; empregados mais nas situações estabilizadas, mesmo momentâneas.

Quanto aos cuidados na escolha do posto de tiro e na sua ocupação não achamos suficientes as exigências, por isso pensamos que algo mais deve haver sobre o assunto.

Quando dois atiradores ocupam um posto eles organizam logo um "cartão de alcance" para facilitar as designações de objetivos.

A luneta telescópica aumenta o tempo entre a manhã e à noite que o atirador pode distinguir os objetivos.

Os fuzis não dotados de alça telescópica permitem um alcance eficaz de 30 a 50 metros à noite, quando se coloca uma tira branca ao longo do cano entre a massa e a alça de mira.

Os atiradores de emboscadas são escolhidos entre os atiradores de escol. Devem:

- ser bons escalecedores e ótimos observadores;
- ser peritos no disfarce;
- ser bons avaliadores de distâncias;
- ser bons aproveitadores do terreno para observar e para progredir;
- saber ler cartas e fotografias aéreas com desembarço;
- saber usar a bússola;
- ser fisicamente fortes e ágeis;
- ser capaz de manter-se longo tempo fora de sua unidade.

Os exercícios de tiro destes atiradores devem comportar tiros executados do máximo de situações em que se podem encontrar em campanha: — do alto de árvores, de ruínas de casas, sobre alvos parados e móveis nas situações as mais diversas (de madrugada, ao escurecer, em dias chuvosos, etc.).

Devem conhecer a tática do adversário, bem como seus uniformes, a fim de descobrir os oficiais, os sargentos, etc.

Um processo interessante sobre a instrução de disfarce é o se-

guinte: faz-se o atirador escolher e disfarçar seu posto, depois faz-se um graduado substituí-lo no local e leva-se-o a uma distância de uns 400 metros a fim de observar o seu trabalho.

Procuramos aqui apenas chamar a atenção para aqueles pontos do manual que diferem dos nossos, deixando de tratar daqueles, mesmo de importância, que naturalmente seríamos levados a encarar-los em nossos trabalhos na tropa.

Para descobrir, localizar e identificar armas pelo som, o instrutor oculta alguns homens em uma determinada zona, os quais atirarão com diversas armas a um dado si-

nal. Os instruendos colocados em um campo oposto, aí preparam seus esboços de tiro. Há toda conveniência de utilizar armas estrangeiras.

Outro exercício interessante é o de fazer o instruendo se aproximar de uma posição; antes ele escolhe o itinerário e diz suas razões.

Prescreve também exercícios de aproximação em um mínimo de tempo, sem ser pressentido por um grupo de observadores.

Foi isto que encontramos de mais interessante sobre a instrução dos atiradores de emboscada; enquanto o manual não é publicado pode ir servindo como orientação geral.

COM O TEMPO, AS COISAS TERÃO MUDADO? ...

"Considero o país na iminência de dias bem sombrios. Alguma coisa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga. Reputo insustentável a situação de *anarquia, financeira, política e moral*, em que nos debatemos. Daí o que vai sair, não sei; mas não há de ser o que os descuidados supõem."

Terão sido encontradas, as palavras acima, na algum jornal da atualidade?

Não. Trata-se de trecho de carga, datada de 10 de dezembro de 1908, de RUY BARBOSA a PINHEIRO MACHADO, transcrito de "Cartas políticas e literárias", Ruy Barbosa, Edição Livraria Catilina, Bahia, 1919, pág. 134.

(Os grifos são da transcrição.)

FÁBRICA SANTA IZABEL

Cimento Armado em geral

RUA IGARATA, 411 - 417

MARECHAL HERMES

GEN. ANTÔNIO DE CASTRO NASCIMENTO

Quase unânimemente, visto como uma única cédula, por certo a sua própria, não trouxe o seu nome nas últimas eleições, acaba de ser eleito para o cargo de Diretor Gerente da Cooperativa e da Revista, o nosso estimado camarada, General ANTÔNIO DE CASTRO NASCIMENTO, que já vinha exercendo interinamente o referido cargo.

Conhecedores que somos de seus dotes de caráter, sua capacidade de trabalho, seu alto espírito de camaradagem, não nos resta senão felicitar à Sociedade pela acertada escolha da Assembléia Eleitoral.

Ao distinto amigo apresentamos nossos votos de felicidades no exercício das funções para que foi eleito.

* *

TEN.-CEL. ÊNIO DA CUNHA GARCIA

Sentindo que os seus múltiplos afazeres profissionais não lhe permitiam sobra de tempo para continuar colaborando na administração da nossa Revista e na iminência em que se encontra de afastar-se do Rio de Janeiro para satisfazer aos requisitos legais de arregimentação e comando, solicitou exoneração do cargo de Diretor Gerente da "A Defesa Nacional", o Ten.-Cel. ÊNIO DA CUNHA GARCIA.

Na sua permanência naquele cargo, durante quase dois anos, o Ten.-Cel. ÊNIO, pelo seu esforço e dedicação ao trabalho, teve oportunidade de prestar à Cooperativa e à Revista inestimáveis serviços.

Ao ilustre e operoso camarada aqui ficam os nossos agradecimentos.

ADESTRAMENTO DO CAVALO

A LINGUAGEM EQUESTRE

Major ESPEDITO MENDES CORREIA
Diretor do Curso Especial de Equitação

Adestrar é desenvolver as qualidades inatas do cavalo, explorando suas manifestações e utilizando suas funções cerebrais.

Estar bem a cavalo, adestrá-lo, utilizá-lo habilmente, constitui uma arte: a Equitação.

O fato de montar frequentemente dá um bom assento, porém a facilidade de obter-se o máximo de resultados com o mínimo de esforços, quer para o cavaleiro quer para o cavalo, somente se adquire com uma instrução especializada.

O adestramento exige do cavaleiro uma aptidão especial, traduzida, de um lado, por uma grande dose de paciência e doçura e, de outro, pelo vigor, sangue frio, decisão e conhecimentos de equitação. É comum vermos bons cavaleiros montarem muito bem e com energia cavalos já adestrados; porém, como não possuem experiência e doçura, são incapazes de levar um adestramento a bom término.

O adestramento do cavalo consiste em sua colocação em equilíbrio e na sua submissão às ajudas. O equilíbrio é obtido com trabalhos em terreno variado e flexionamentos; estes se vão tornando mais complexos à proporção que a submissão às ajudas se adianta e aperfeiçoa.

O cavalo, como todos os animais, possui uma vontade, e para a sua submissão às ajudas precisa-se disciplinar e flexionar essa vontade, tornando-a inteiramente

dependente da do cavaleiro. O primeiro passo é fazer o cavalo confiante no cavaleiro, agindo com firmeza, sem violência, sem brutalidade e agradando-o sempre que obedecer. É preciso que o cavalo respeite o cavaleiro sem entretanto temê-lo.

Toda moderna diretriz educacional se encontra rigorosamente adstrita aos princípios da *Psicologia Educacional* (fator básico na orientação e seleção dos indivíduos) e o papel funcional da educação consiste em preparar o indivíduo para a ação. No caso, o cavalo é o indivíduo e a ação será a guerra (cavalo darmas), ou as corridas, ou o salto de obstáculos, ou ainda a alta-escola, etc.

Um cavalo estará pronto para uma das ações acima quando for possuidor de determinadas qualidades, por exemplo: o cavalo darmas deve suportar uma carga considerável, marchar em andaduras vivas durante muito tempo e em todos os terrenos, ser dotado de grande resistência física e possuir a destreza. O cavalo de corridas pode entrar em ação quando tiver bem desenvolvido o seu poder muscular, a sua caixa torácica e for capaz de galopar durante algum tempo em grande velocidade. O cavalo que estiver bem musculado, flexionado, impulsionado e franco, é um cavalo de saltos e entrará em ação transpondo sem hesitação todos os obstáculos encontrados nas pistas. O cavalo de alta-escola estará apto quando a

impulsão e a flexibilidade das molas se equilibrarem, permitindo a execução das diversas figuras que lhe serão exigidas.

O adestramento ou educação prepara o indivíduo para a ação, como já dissemos acima, não dando nenhuma das qualidades enumeradas; apenas as desenvolve e torna o cavalo capaz de utilizar as que possui, pois tais qualidades são inatas, fixadas pela hereditariedade e provêm do equilíbrio natural das andaduras, do tipo e da qualidade do indivíduo.

O equilíbrio natural permite ao cavalo ser sempre senhor das suas forças, mesmo sob o peso do cavaleiro, podendo como consequência passar com facilidade de uma andadura a outra. As andaduras devem possibilitar ao cavalo ganhar o máximo de terreno com o mínimo de esforço; só as rasantes, isto é, as rasteiras e distendidas, o permitem. O tipo é dado pelo esqueleto que deve possuir, entre outras qualidades, uma espádua longa e oblíqua para acompanhar um garrote saliente e proeminente para trás, uma garupa larga e ligeiramente inclinada, canelas e quartelas curtas, etc. A *qualidade do indivíduo* é a resultante do sangue e da índole; o primeiro dá a energia permitindo ao organismo defender-se das causas comuns de enfraquecimentos, e a segunda é revelada pela maior ou menor capacidade de resistência nos vários modos de utilização do cavalo. A qualidade, depende muito da alimentação racional que o potro recebe, da região de nascimento ou de criação, em que a constituição orgânica do solo favorece ou prejudica o desenvolvimento do esqueleto e a densidade dos tecidos, para só enumerar alguns dos mais importantes fatores.

Para adestrar-se um cavalo precisa-se explorar todas as suas manifestações: a percepção, a atenção, a lembrança, o julgamento parcial e a imaginação; e utilizar as suas funções cerebrais: as sensações (táteis, gustativas, olfativas, visuais e auditivas), o sentido dos movimentos e o caráter, estabelecendo-se o que se denomina a

Linguagem Equestre. Essa linguagem convencional é baseada na lei da "Associação de Sensações", pedra angular da Psicologia:

"Quando algumas impressões ou sensações são produzidas simultaneamente ou se sucedem imediatamente, é suficiente que uma se apresente ao espírito para que todas ressurgam ao mesmo tempo".

Com a aplicação dessa lei formam-se os engramas que serão ecofreados desde que uma das sensações (ou irritações) se apresente.

Engrama é a modificação feita na substância irritável do organismo vivo por uma só ou várias sensações associadas.

Euforia é a lembrança do engrama pela presença de uma das sensações que foram associadas. Devido à euforia e a lei motora sensitiva, os ensinamentos recebidos pelo cavalo sob a ação da linguagem equestre são traduzidos exteriormente em forma reflexa, onde há automatismo motor sensitivo.

Quando se começa o trabalho de um cavalo novo, ele é completamente ignorante, não sabe que as ações da perna são para dar-lhe o movimento para a frente e que as de rédeas são para governá-lo.

As primeiras lições, na guia, são feitas do modo seguinte: segura-se a guia na mão esquerda e, na direita, o pingalim. Aproxima-se da espádua do cavalo, acariciando-o e evitando assim qualquer temor por parte do cavalo. Em seguida, atua-se na guia, puxando-o e o incitando por meio de estalos de língua ou de lábios e, se for preciso, alguns toques de pingalim sobre a garupa. Com essas ações provoca-se sensações ou irritações sucessivas que atuam sobre o tato e a audição do cavalo.

Inicialmente, talvez o instruendo não compreenda o que se lhe pede. Com a repetição das mesmas sensações e devido à sua percepção e atenção acabará por entender e se lançará para a frente. Assim que der dois ou três passos, dá-se alguns puxões na guia, seguidos da palavra "Olá!" proferida em tom carinhoso e arras-

tado. Quando parar, prodigalizam-lhe guloseimas (açúcar, rapadura) e festas; é a recompensa merecida pelo esforço dispendido em compreender o que se lhe ensina.

Repete-se a lição e se vai formando, com o estalo da língua e o toque de pingalim, um engrama para provocar o movimento para a frente. Com a palavra olá e puxões na guia, outro engrama se estabelecerá com o objetivo inverso, isto é, de fazer parar.

Com o decorrer dos dias dessa lição, bastará o estalo de língua ser ouvido pelo cavalo para que o mesmo rompa o movimento para a frente e a anúncio da palavra olá para que pare.

Pode-se então montar a cavalo... A cavalo!...

Para montar necessita-se inicialmente dar a lição de montar. No trabalho montado associa-se a pressão das pernas (ou batidas de pernas) ao estalo de língua. Se,

no entanto, não se obtém o movimento para a frente associa-se então o toque de chicote e o cavalo lança-se à frente.

Para o alto associa-se uma sensação nova: a ação intermitente das rédeas à já conhecida palavra "Olá!". Com a repetição obter-se-á o movimento para a frente apenas com a pressão das pernas e o alto com a ação intermitente das rédeas, pois bastará a presença de uma das sensações para que todo o engrana seja esfareado.

E assim será todo o trabalho no adestramento: sempre partindo dos ensinamentos simples para os compostos, associando-se as sensações necessárias para se obter o que se deseja a um engrama já formado. É por isso que LE BON afirmava:

"A memória é a característica fundamental da educação do cavalo."

A ENERGIA E O PROGRESSO

A bem conhecida análise do economista Dr. L. Rostas mostrou que a capacidade de produção de um largo grupo de indústrias americanas é dupla da de seu correspondente na Grã-Bretanha.

Mostrara antes que a maior eficiência da indústria americana é relativa ao fato de dispor ela de cerca do duplo de instalações de fontes de energia (horsepower) para emprego operativo. De outra feita, o professor de física, Megnad Saha, indú, disse que a enorme diferença da riqueza por cabeça de países pouco industrializados, como a China e a Índia de hoje, ou a Europa Ocidental da Idade Média, para a dos países altamente industrializados, como os Estados Unidos, é proximamente a mesma entre os totais de energia disponível, incluindo as energias humana e animal. Estimou que a energia per capita disponível na Índia, produzida por outras fontes além do esforço do homem, é cerca de um dezesseis avos da disponível na América. Na Índia, cerca de 70 % de toda energia é produzida pelo trabalho do homem e dos animais; na América, esta é inferior a 4 % (Fear, War and the Bomb — prêmio Nobel de 1948 — por P. M. S. Blackett).

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

A DEFESA ANTIAÉREA

SUA IMPORTANCIA NA ÚLTIMA GUERRA

NECESSIDADES A CONSIDERAR TENDO EM VISTA A NOSSA DEFESA

Major FLORIANO MOURA BRASIL MENDES

O avião de combate, transportando bombas e surgindo sobre o território inimigo em formação, parece que teve seu aparecimento durante a 1ª Grande Guerra.

Tudo indica que esse emprêgo militar teve seu início na madrugada do dia de Sto. Antônio do ano de 1917, quando 14 aviões Gothas, ao comando de Brandenburg, despejaram grande número de bombas sobre Londres, causando a morte a 162 pessoas.

Esse ataque e alguns outros, que se sucederam, foram coroados de êxito, sobretudo em virtude da deficiência da defesa. A Aviação Britânica difficilmente conseguia abater um ou outro avião inimigo e a Antiaérea nada conseguia.

É possível, pois, dizer-se que, na Inglaterra, o estudo objetivo da Defesa Aérea teve lugar no último semestre de 1917. Os trabalhos iniciais ficaram a cargo de uma comissão presidida, no papel, pelo Primeiro Ministro, porém, na realidade, pelo então Ten.-Gen. Jan Smuts.

A duplicação da força aérea e a instalação de postos de vigilância foram medidas que surgiram inconfintemente, deixando perceber a impressão reinante de que, unicamente, na Aviação, repousava a possibilidade de reação. É verdade, entretanto, que os relatórios de Smuts previam a necessidade da ação conjunta — da Aviação e da

Antiaérea — e preconizavam a conveniência de um comando único para ambos os meios. No fim da guerra, alguma coisa já havia sido feita, sobretudo com relação à própria Aviação. Até mesmo um Estado-Maior de Aeronáutica fôra criado.

Também na França e na Alemanha, durante aquêles primeiro conflito mundial, os estudos relativos à Defesa Aérea tiveram regular incremento. Nestes países, havia, igualmente, acentuada tendência para o emprêgo da própria Aviação.

Terminada a guerra, em todos os países houve certo abrandamento no entusiasmo com que vinham sendo realizados os estudos relativos à Defesa Aérea.

Após 1930, porém, dois fatores deram lugar a novos estudos: a tensão política entre as nações do velho continente e o extraordinário desenvolvimento que vinha tendo a Aviação (militar e comercial).

Passou-se a falar com frequência em nova guerra e muito se discutia sobre o emprêgo que teria a Aviação "no próximo conflito". Chegaram a julgá-la capaz de, por si só, resolvê-lo.

O exemplo do que já acontecera aos beligerantes, na guerra anterior, e êsses ousados prognósticos, movimentaram os Estados-Maiores e os técnicos militares. Surgiram novas doutrinas sobre o emprêgo

dos meios de defesa e grande foi o avanço obtido no setor material. Os aviões de caça apresentavam características consideradas extraordinárias. Os canhões construídos exclusivamente para os misteres Antiaéreos, já possuíam aparelhagem de direção de tiro, por meio da qual, o cálculo da posição a ocupar pelo avião alvo era realizado com grande precisão. Os aparelhos de escuta associados aos projetores permitiam a realização do tiro noturno.

Ao se iniciar a 2ª Grande Guerra, era essa a situação dos países europeus. O maior desenvolvimento era notado na Alemanha.

Iniciado o conflito, tomou a nação germânica a ofensiva geral, com emprêgo em massa da Aviação de Bombardeio. Sucumbem diante da brutalidade da "BLITZ" a Polónia, a Tchecoslováquia e a França. A Grã-Bretanha resolve suportar com estoicismo os violentos e assíduos ataques ao seu território. Torna-se, assim, incalculável a responsabilidade atribuída aos meios de Defesa contra a Aviação. A ação desenvolve o órgão.

Verificou-se, então, estranho fenómeno. Nos primeiros anos de guerra, os meios de defesa germânicos permaneceram os mesmos existentes ao ter início o conflito. É que a ofensiva não impunha a necessidade de melhorar e aumentar os meios de defesa. Enquanto isso, a Inglaterra, subordinando a sua própria sobrevivência a uma defesa obstinada, viu desenvolverem-se e aprimorarem-se os meios de que dispunha ao se iniciarem as operações. Gruparam-se técnicos e cientistas. Surgiram novos tipos de aviões de caça, dotados de grande poder de fogo. Aperfeiçoaram-se os canhões antiaéreos existentes. Abandonaram-se os aparelhos de escuta e os dados para o tiro passaram a ser fornecidos por aparelhos rádio-localizadores, de precisão comparável aos telímetros. Os meios de alarme tomaram notável incremento, à base de Radars de grande alcance, de modo que, nenhuma incursão inimiga, de dia ou de noite, era tentada sem que os

meios de Defesa fossem alertados em tempo útil.

Quando os ataques aéreos ao território alemão passaram a ser frequentes, houve necessidade de identificar os aviões que regressavam às suas bases na Inglaterra. Surgiu, então, a aparelhagem identificadora, anexa ao Radar (I.F.F., Identification, friend or foe).

Os meios de defesa, graças ao sistema de vigilância adotado e ao desenvolvimento atingido pelos meios de transmissões e rádio comunicação, passaram a ser acionados de centros de operações espalhados pelo território.

Os aviões de caça alçavam voo e iam ao encontro das formações adversárias, conduzidos por oficiais interceptores instalados nas salas de operações.

A ação da Artilharia Antiaérea era, da mesma forma, controlada pelos representantes das unidades, instalados também nas salas de operações.

A Defesa Passiva, auxiliada por um serviço de vigilância perfeito e completo, realizava prodígios.

Com a entrada dos Estados Unidos e Rússia na guerra, a Alemanha, açoitada pela luta em várias frentes, ficou na defensiva. Viu-se forçada a realizar, como fizera a Grã-Bretanha, aperfeiçoamentos nos seus meios de defesa. Estes, porém, não chegaram a ser todos postos em prática, visto que, antes de sua utilização, houve o colapso do bando nazista.

A ofensiva aérea, empreendida sobretudo a partir de 1943 contra a Alemanha e os territórios ocupados, exigiu a necessidade de atender a novo problema: — o de evitar a ação da Caça e da Antiaérea germânicas. Com relação a esta última surgiu o estudo denominado pelos americanos: "FLAK ANALYSIS".

"FLAK ANALYSIS"

A Análise Flak surgiu como estudo do dispositivo antiaéreo inimigo abrangendo, não só o material, como o seu emprêgo tático.

"Flak" era a denominação dada pelos alemães à Defesa Antiaérea

por canhões (Flieger ou flug, ab-
were, kanone).

As forças americanas no teatro europeu apreenderam o termo e passaram, inicialmente, a usá-lo ao se referirem ao dispositivo anti-aéreo das defesas germânicas. Depois da guerra, continuaram os americanos a utilizá-lo e mesmo consagraram-no em seus regulamentos, abrangendo, então, não só o estudo do emprego do material por parte do inimigo, como também a sua utilização pelas tropas amigas.

Os ingleses, por sua vez, não deixaram de assimilar esse termo e usam as expressões "heavy flak" e "light flak" para indicar, respectivamente, as defesas antiaérea por canhões e canhões automáticos. E, assim, por mais estranho que pareça, um termo genuinamente alemão ingressou no vocabulário militar das nações aliadas.

Dão hoje, os americanos, excepcional importância a esse assunto, a que denominam "Análise Flak", ministrando-o ao pessoal da Antiaérea e aos pilotos militares. E, sem dúvida, interessa-lhe profundamente a nós e outros. Aos primeiros, fornecendo-lhes meios capazes de permitir um estudo da força defensiva do material desdobrado, dando assim lugar a uma distribuição mais conveniente, correspondendo ao máximo possível de eficácia; aos segundos, isto é, aos pilotos, permitindo que se familiarizem com os princípios básicos que regem o emprego do material anti-aéreo, colocando-os em condições de, com conhecimento de causa, melhor evitarem o fogo da defesa.

As forças armadas americanas possuem regulamentos onde esse assunto é abordado pormenorizadamente, como acontece com o TM4-260.

O desenvolvimento do estudo da Análise Flak foi consequência dos inúmeros danos causados à 8ª Força Aérea, no teatro europeu, comandada pelo General Doolittle. Tais perdas eram o resultado da invulgar importância atribuída pelo comando alemão à Artilharia

Antiaérea, bastando citar que era ela constituída de, aproximadamente, 15.000 canhões pesados e 50.000 armas automáticas, e que era acionada por mais de 1,5 milhão de homens.

Em 1944, a Grã-Bretanha dispunha de 3.000 canhões, 3.000 a 4.000 projetores e 2.000 balões de barragem. Dispunha ainda de 250 estações de rádio localização, umas instaladas no litoral, outras no interior e mais de 1.400 postos de vigilância. (Artigo do Marechal do Ar Sir Roderic Hill, publicado no Journal of the Royal United Service Institution — Inglaterra — Maio de 1946).

Em 1947, a imprensa, divulgando dados referentes aos efetivos Norte-Americanos, atribuiu 640.000 homens ao Exército, 300.000 à Marinha e 300.000 à Aeronáutica, perfazendo um total bem inferior ao que os alemães possuíam, durante a guerra, apenas na Defesa Antiaérea...

A Antiaérea Nazi foi distribuída pelo território alemão, sobretudo com a finalidade de proteger as indústrias essenciais de guerra, estabelecimentos e depósitos militares vitais, aos quais, de um modo geral, denominamos "Pontos Sensíveis" (P.S.). Uma parte ainda dessa Antiaérea operava adida aos exércitos de campanha, com dupla finalidade, emprego anti-aéreo e de campanha. Tivemos um exemplo disso quando, na campanha da África, na sua fase derradeira, Von Rommel, numa última esperança de deter as forças blindadas de Montgomery, lançou mão de inúmeras unidades de Artilharia Antiaérea, Krupp 88, sacrificando-as e desfalcando pontos importantes do solo alemão de excelentes meios de defesa.

O fato é que, segundo estatísticas oficiais, porque divulgadas pela Escola de Artilharia Antiaérea, de Fort Bliss, U.S.A., e outras publicadas em revistas norte-americanas, especializadas em assuntos militares (1), a Flak alemã causou duas vezes mais danos aos aviões

(1) Ver "Coast Artillery Journal", número de março-abril de 1946 e "Artillery Journal", número de novembro-dezembro de 1946.

aliados, empenhados em missões de combate sobre a Alemanha e países ocupados, que todas as outras medidas de defesa alemã reunidas e, além disso, é, isoladamente, a responsável pela perda de, aproximadamente, metade de todos os aviões abatidos no teatro europeu.

Em 1944, o Gen. Doolittle, seriamente preocupado com as perdas em consequência do fogo antiaéreo e, sobretudo, em face do elevado número de aviões de bombardeio danificados pela ação das baterias alemãs (2), determinou a execução de estudos capazes de reduzir as perdas face ao perigo antiaéreo.

Experimentados elementos de aviação de seu Estado-Maior, auxiliados por oficiais de Antiaérea de longo tirocinio (que para ação mais profícua tomaram parte em várias missões de bombardeio), realizaram acurados estudos de que resultaram excelentes medidas, logo aproveitadas em outros teatros.

O primeiro passo dado no sentido de avaliar a força defensiva do dispositivo inimigo, foi simples: como resultado de reconhecimento e fotografias aéreas, as posições das Baterias inimigas eram localizadas sobre uma carta da região e, em torno dessas posições, era traçado um círculo, correspondendo à zona de ação de cada Bateria. Feito esse trabalho preliminar, um simples exame da região permitia concluir, pela situação dos círculos, em alguns pontos superpostos, quais as rotas mais ou menos perigosas para abordagem do objetivo.

É evidente que tal modo de agir exigia sucessivos reconhecimentos, tendo em vista que uma simples missão de bombardeio contra determinado objetivo, através de rotas pouco batidas, deveria redundar na colocação por parte do inimigo de novos elementos de reforço ao dispositivo anterior, a fim de atender a essas rotas, já então consideradas, pela defesa, como prováveis ou, pelo menos, deveria dar lugar a uma alteração no dispositivo. (Mu-

dança de posição de algumas Baterias).

Esse primeiro passo sofreu, logo a seguir, algumas alterações tendentes a aperfeiçoá-lo, ou melhor, a facilitar a sua execução e divulgação. Assim é que, em lugar de se traçarem na carta os círculos correspondentes à zona de ação das Baterias, esses eram previamente cortados em celulóide colorido e fixados sobre a carta, sendo esta estendida sobre uma prancheta de vidro. Sob a prancheta era colocada uma lâmpada e o trecho da carta, assim preparado, era fotografado. Nestas condições, em virtude da coloração dos círculos de celulóide, a parte fotografada tomava tonalidades de sombra diferentes. Completamente claras nas partes não batidas e as partes onde os círculos se superpunham, isto é, as mais batidas pelo fogo antiaéreo da defesa, ficavam em tons mais escuros. Este processo facilitava a rápida obtenção de inúmeras cópias para distribuição aos escalões subordinados.

O prosseguimento dos estudos deu lugar a um outro passo, naturalmente tendo em vista avaliar a força defensiva de diferentes rotas e facilitar o fornecimento desses dados aos pilotos em forma de rumo (cap.). Esse novo processo consistiu em traçar, sobre um calco, diferentes rotas, convergindo para o ponto a bombardear e intervaladas de 30°. Colocado esse calco sobre a carta da região, onde previamente as posições das Baterias inimigas eram localizadas, efetuava-se um estudo de cada uma das rotas, verificando-se, a partir de determinada distância do objetivo, quantas Baterias poderiam atirar em cada segundo de voo sobre a rota em estudo. Selecionavam-se, assim, as rotas menos perigosas.

Esse processo sofreu também alterações, passando-se a determinar o número de tiros que poderiam ser disparados pelas diferentes Baterias, ao longo de cada uma das rotas consideradas.

(2) Durante o ano de 1944, 50 % dos danos sofridos pela Força Aérea Americana foram causados pela Flak inimiga. Durante esse mesmo ano, no teatro do Pacífico, 70 % dos danos foram motivados pela Flak Japonesa.

Mais tarde, foi construído um gráfico, traçado em matéria transparente, celulósida por exemplo, com o qual era efetuada rapidamente a medida da eficiência de um objetivo de Defesa Antiaérea. A construção desse gráfico, que tomou o nome de Avaliador Flak, é baseada em dois fatores dos quais depende a eficácia do fogo antiaéreo de canhões. São eles:

- a) quantidade de arrebitamentos ao longo da rota;
- b) probabilidade de impactos de cada arrebitamento.

O emprego de qualquer dos processos, embora diminuindo, como é fácil imaginar, os prejuízos causados pelo fogo antiaéreo, não era, entretanto, suficiente como medida acauteladora. Tornava-se necessário ainda divulgar medidas capazes de orientar os comandos aerotáticos subordinados, tendo em vista também diminuir os efeitos da Flak, quer durante as rotas de acesso ou regresso dos objetivos, quer durante a execução dos bombardeios. E medidas dessa natureza foram frequentes na 8ª Força Aérea.

Foi, por exemplo, observado que muitos dos aviões abatidos ou danificados, o eram durante o voo na direção do objetivo, ou dele regressando. Em tais ocasiões, pilotos descuidados, ou ignorando que sobrevoavam posições defendidas pela Antiaérea, realizavam voo retilíneo, expondo-se, perigosamente, ao fogo das baterias terrestres.

Convém notar que há dois princípios, jamais esquecidos pelos artilheiros antiaéreos, um, preconizando a ação por surpresa, outro, prescrevendo atirar o maior número de véses no menor espaço de tempo. Ambos têm sua razão de ser e se completam, procurando impedir que uma ação precipitada e pouco expressiva dê lugar à evasão do alvo, visto que ele manobrá assim que se sentir alvejado.

Com o fim de alertar os pilotos durante esses vãos sobre território inimigo, foi divulgada uma ordem de operações preconizando EVITAR VOAR SOBRE ÁREAS DEFENDIDAS PELA FLAK NAS ROTAS DE

ACESSO E RETORNO AOS OBJETIVOS.

Com relação à penetração na região dos objetivos, foi aconselhado que a ENTRADA E SAÍDA FOSSE FEITA PROCURANDO ATRAVESSAR OS PONTOS ONDE A DEFESA SE MOSTRASSE MAIS FRACA.

É fácil avaliar que tais precauções, só por si, evitassem perdas e danos numerosos, muito embora exigissem constantes esforços para obtenção de informações seguras e em dia, relativas à localização das defesas para o planejamento das rotas e verificação da Força do conjunto defensivo. Por outro lado, tornara-se necessário adotar medidas especiais a fim de assegurar que as rotas previstas fossem realmente as percorridas. Isto porque as guarnições, constituídas de elementos jovens, confundiam, muitas vezes, a prudência aconselhada por certas ordens de operações, com falta de coragem, daí uma tendência frequente em desatender certas prescrições de voo.

Ainda como medida acauteladora contra surpresas nos percursos sobre a zona ocupada pelos alemães, foi determinado que os vãos sobre essas áreas fossem realizados AS MAIS ALTAS ALTITUDES.

A atenção do experimentado comandante da 8ª Força Aérea não se limitou a ordens sobre o voo isolado. As formações de combate, como não podia deixar de acontecer, mereceram cuidados especiais.

No início das operações aéreas, as tripulações dos bombardeiros viam, exclusivamente na caça, a possibilidade de reações por parte do inimigo. Por isso, procuravam por meio de formações adequadas, quer se tratando apenas de bombardeiros, quer se tratando de bombardeiros escoltados, impedir a ação dos caças inimigos. Mas essas formações, quase sempre cerradas, tornavam-se alvos excelentes para a Artilharia Antiaérea.

Essa circunstância deu lugar mesmo a uma operação de estreita colaboração da caça com a Antiaérea. Mantinha-se aquela na expectativa, em posição de franco co-

mandamento e aguardava a abertura de fogo pelas baterias de terra. Sentindo-se alvejada, a formação inimiga procurava esquivar-se do perigo do momento: — o antiaéreo. Para tal, a providência imediata era, e é ainda, dissociar a formação. Justamente na ocasião em que isto se dava, a caça se atirava sobre seus objetivos, encontrando-os em condições desfavoráveis para o combate pelo abandono da formação que lhes garantia a ação defensiva. E o resultado dessa operação, fruto sem dúvida de uma ação conjunta dos dois valiosos meios de defesa aérea ativa (Caça e Artilharia Antiaérea), ia, nas estatísticas, figurar como danos ou perdas ocasionados pela caça.

As ordens relativas às formações para o cumprimento de missões de bombardeio mereciam, portanto, cuidados especiais. O número de aviões dessas formações oscilava, frequentemente, variando de acordo com os estudos realizados e as experiências para aplicação ou consolidação desses estudos. A dificuldade maior estava em que, geralmente, as formações que melhor atendiam à defesa contra a caça, eram as que menos atendiam no tocante ao fogo de terra.

Esses fatores, ainda que muitos outros não houvessem, revelam a extraordinária complexidade no planejamento de operações por parte dos comandos das Forças Aéreas.

Segundos dados que puderam ser colhidos no teatro europeu, o simples fato de espalharem-se os elementos de uma formação de 12 ou 18 aviões, em extensões superiores a 1.000 m de profundidade, reduzia os riscos causados pela Flak inimiga a menos de metade. Mas, uma formação de combate assim diluída, além de difícil de operar (exigindo visores individuais para alcance e deflexão e equipamento adequado para voo cego), torna-

va-se extremamente vulnerável à ação da caça inimiga.

O fato é que, pesados os prós e os contras, foi determinado um princípio preconizando **REDUZIR AO MÍNIMO O NÚMERO DE BOMBARDEIROS VOANDO JUNTOS, EM FORMAÇÃO.**

Essa prescrição deu lugar a que fossem comuns as formações de 3 aviões. Cedo, porém, a intensidade da reação da caça inimiga, obrigou novamente esse número a crescer, passando a 6 e chegando até a 18.

Naquele teatro, entretanto, o número que ficou considerado como melhor atendendo à situação, foi o de 12, não só por permitir certa possibilidade de manobra capaz de reduzir o efeito da Flak, como também por ser já capaz de oferecer, a ação da caça, uma sólida parede de fogo contra ataques de nariz e cauda.

Como se as dificuldades já não bastassem, surgiu ainda mais um aspecto da questão. Verificou-se que a modalidade de tiro antiaéreo era variável. O mais comum era o tiro de pontaria contínua (3). Entretanto, havia certos objetivos que eram defendidos pelo tiro de barragem (4).

As formações, consoante devessem sofrer ataques por uma ou outra espécie de tiro, atenderiam as influências desse fato. Assim, quando as informações referentes aos objetivos permitiam antever reações por pontaria contínua ou quando, em ataques anteriores, esse processo tivesse sido o adotado, as formações deveriam obedecer ao seguinte princípio: **"CERRAR NA COLUMNA DE MODO A REDUZIR O TEMPO ENTRE AS VAGAS DE ATAQUE DAS UNIDADES DE BOMBARDEIO"**.

Os conhecedores da técnica do tiro antiaéreo não ignoram que esse princípio, se bem aplicado, reduz a eficácia de uma defesa por

(3) O tiro por pontaria contínua é o executado continuamente pelas Baterias sobre pontos sucessivos, de acordo com os dados que a todo instante são fornecidos às peças pelo Diretor de Tiro.

(4) O tiro de barragem é o que se executa em determinada região do espaço a ser percorrido pela formação atacante. Tem, normalmente, duração limitada.

canhões, pela impossibilidade que têm as baterias de abandonar um alvo e, imediatamente, executar o tiro sobre outro. Sucedendo-se as formações de bombardeio em intervalos de tempo adequado, é possível obter excelentes resultados.

Quando, porém, se tratava de ataques a objetivos impondo direções de ataque (5) e cuja defesa seria facilitada pelo tiro de barragem, então outro princípio deveria nortear a formação dos elementos de bombardeio. Preconizado era, neste caso, **AUMENTAR A DISPERSÃO DA FORMAÇÃO EM ALTITUDE E EM LARGURA.**

Evidentemente, os efeitos do tiro de barragem não seriam reduzidos com a dispersão em profundidade, realizada em obediência ao princípio abordado anteriormente. Entretanto, obediência ao princípio agora enunciado, bastante reduzidas seriam as conseqüências do tiro de barragem. É que, sendo esse tiro realizado em determinada região do espaço a percorrer pelas formações de bombardeio, desde que estas se diluam, vertical e horizontalmente, por um aumento de dispersão em altitude e largura, respectivamente, muitos dos aviões da formação podem atravessar o espaço situado fora da zona batida pela barragem.

No caso de não passar despercebida dos elementos da defesa a dispersão da formação e for imediatamente ordenado o aumento da zona batida pela barragem (variação da duração de trajeto no tiro de algumas unidades, modificação na direção de outras, etc.), ainda o fim colimado pelo princípio será alcançado pois os diferentes elementos que atravessarem a região da barragem ficarão, evidentemente, expostos a menor risco, visto que, o aumento das dimensões do enquadramento da barragem, redundará numa diminuição da densidade do fogo.

AÇÃO EVASIVA — Princípio pequeno no seu enunciado, porém grande nas possibilidades que encerra de redução dos riscos da Flak. Visa, primordialmente, evitar o voo na hipótese fundamental, tão desejada pelos artilheiros anti-aéreos. Poderia mesmo o seu enunciado ser mais objetivo — "evitar, sempre que possível, voar na hipótese fundamental do tiro anti-aéreo". Seguido à risca, ficariam os artilheiros em sérias dificuldades para fornecer, aos aparelhos calculadores de tiro, os dados necessários para a determinação da posição futura (6). Mas, o seu cumprimento a todo instante, se possível por um avião isolado, apresenta certas dificuldades no caso de formações de combate, pela limitação da manobra, em face de serem, neste caso, as alterações da rota realizadas a comando.

Quando se trata de grupo ou ala, a ação evasiva deve ser planejada a fim de manter na formação o indispensável caráter defensivo. Essas formações de grande vulto (cuja ação comporta mesmo a determinação de pontos de reunião, além de outros cuidados), para atender ao princípio acima enunciado, tinham seus planos de voo estabelecendo percursos a diferentes altitudes, até a zona crítica (7).

A ação evasiva deveria também ter aplicação imediata quer após os primeiros indícios de hostilidade anti-aérea, quer após o lançamento das bombas contra o objetivo visado.

Casos houve de travessias, ainda que a elevada altura, através de regiões densamente defendidas, em que os planos de voo determinavam variações irregulares na rota, algumas mesmo impondo variações da ordem de 20° em cada 20 a 40 segundos.

Os estudos realizados, completos como foram, não podiam deixar de

(5) Objetivos situados, por exemplo, numa encosta ou numa ravina.

(6) Posição onde se deve encontrar o avião, no fim do tempo correspondente à duração de trajeto do projétil. No problema do tiro, é o ponto onde se devem encontrar avião e projétil.

(7) Espaço percorrido pelo avião de bombardeio em voo horizontal e velocidade uniforme, geralmente necessário para a execução de um bombardeio de precisão.

cogitar também de medidas tendentes a anular, ou pelo menos diminuir, a ação do Radar inimigo — Foi então preconizado: PLANEJAR O INTERVALO E OS EIXOS DE ATAQUE DAS UNIDADES DE BOMBARDEIO, A FIM DE OBTER O MÁXIMO PROVEITO DAS MEDIDAS ANTI-RADAR ADOPTADAS.

As medidas anti-Radar visavam prejudicar a atuação dos operadores desses aparelhos. Um agiam por interferência na própria onda em que operava o Radar (bloqueio eletrônico) (8), outras, por meio de falsos objetivos (bloqueio mecânico) (9).

Quer uma forma, quer outra, visava permitir a passagem dos aviões atacantes, iludindo a vigilância, possibilitando, dessa forma, o ataque sem que as defesas fossem alertadas em tempo útil. Nestas condições, mister se tornava uma coordenação perfeita do lançamento das medidas com o planejamento do ataque. Era justamente essa coordenação que o princípio acima procurava tornar realidade, sem o que, nulo seria o esforço para perturbar os Radars da defesa. E não era pequeno, normalmente, esse esforço, sobretudo levando em consideração que a eficiência dessas medidas anti-Radar, exigia que elas fossem perfeitas, isto é, capazes de obscurecer por completo a tela (painel) do indicador dos Radars.

Tanto os alemães e japoneses como os aliados, muito se valeram das medidas anti-Radar, parecendo, entretanto, que só a partir de 1942, tiveram elas emprego corrente. Tudo indica ter ocorrido em novembro deste ano, a primeira operação de vulto com utilização do bloqueio eletrônico por parte dos alemães. Nessa ocasião, iludindo

completamente as defesas costeiras, o Scharnhorst e o Gneissau conseguiram passar pelo canal da Mancha.

A 8ª Força Aérea só em 1943 fez uso das medidas contra-Radar, iniciando-as pelo bloqueio eletrônico. Não tardou, porém, a verificar que o simples desencadeamento das medidas pouco adiantaria, se essas não estivessem perfeitamente coordenadas com as formações atacantes e preparadas especialmente para o tipo de Radar utilizado pelo inimigo.

Assim, por exemplo, foi verificado que a perturbação provocada pelas "janelas" lançadas de um avião, era eficaz a partir desse avião e do momento do lançamento, até 4.000 metros à sua retaguarda. Esse fato impunha a necessidade de um avião, especialmente equipado para esse fim, anteceder a primeira formação de bombardeio e a manutenção da coluna cerrada dentro dessa distância, sendo que, o lançamento de outras "janelas" poderia ser feito dos próprios aviões da formação.

Obedecidas todas essas prescrições, o resultado, sem dúvida, não se fazia esperar e o mascaramento total da expedição, seria capaz de impedir até a realização do tiro de barragem realizado pela Antiaérea, sempre que, um mascaramento imperfeito deixava perceber alguns dados sobre direção, distância e momento de uma incursão.

CONCLUSÕES

O presente estudo, realizado através de alguns dados obtidos de notas de aula, fornecidas pela Escola de Artilharia Antiaérea de Fort Bliss e de revistas norte-americanas, especializadas nestes assuntos,

(8) Bloqueio eletrônico — interferência provocada por outros aparelhos radiotransmissores em irradiações de alta frequência, na mesma onda do radar.

(9) Bloqueio mecânico — outra forma de perturbação provocada. Consistia em apresentar falsos objetivos que aparecessem aos operadores, na tela do radar como alvos verdadeiros. Verificou-se que um conjunto de folhas metálicas de comprimento proporcional ao comprimento de onda do radar, era capaz de devolver "ecos" relativamente fortes. Pacotes contendo milhares de lâminas eram atirados no espaço momentos antes da passagem dos aviões atacantes. Os japoneses, no Pacífico, usavam pranchas com chapas metálicas capazes de produzir "ecos" semelhantes aos de grandes embarcações. Essas duas modalidades de bloqueio foram usadas pelos aliados e pelos alemães na última guerra.

permite avaliar a importância que vem sendo dada à Antiaérea desde o último conflito armado. Trata ainda de parte de assunto por nós ministrado no Centro de Instrução de Defesa Antiaérea e na Escola de Aeronáutica.

Dentre as nações aliadas, a Inglaterra e a América do Norte, dedicaram extraordinário interesse às questões ligadas à Defesa Antiaérea. E, ainda hoje, as notícias que nos chegam, sobretudo deste último país (com o qual mantemos maiores relações no que tange a esses assuntos), permite-nos crer que os ensinamentos colhidos durante a guerra estão sendo aplicados numa evidente demonstração de que à Antiaérea continua destinado relevante papel numa guerra futura.

São bem recentes as informações relativas à instalação de uma rede de Radars em torno de todo o vasto território dos Estados Unidos, de modo que nenhum avião possa vir a penetrar no país sem que, à grande distância, tenha sido desvendado e identificado. Fala-se igualmente na instalação de uma "cinta" de Radars em torno da "Zona Americana" do território ocupado da Alemanha.

A substituição dos grandes canhões de Costa das fortificações, por outros Antiaéreos, capazes de cumprir também as missões de tiro naval, constitui outra demonstração da evolução da Antiaérea neste período de pós-guerra. A própria instrução ministrada hoje no Advanced Course (10) incluindo, além das noções de campanha, que eram as únicas anteriormente ministradas, outras de regular amplitude, relativas à Antiaérea, evidencia também, de modo insofismável, a grande parcela representada pela Antiaérea entre os mistérios atinentes à segurança nacional naquela poderosa república.

A França, apesar de ser a terra onde a técnica do tiro antiaéreo teria firmado seus primeiros passos, conduzida pelas mãos firmes de Pagezy, encontrava-se, por ocasião da 2ª Grande Guerra Mundial, em relação a material antiaéreo, em condições bem inferiores à Alemanha. É o que podemos concluir pelo testemunho insuspeito do General Gamelin quando, em seu livro "Servir", após mostrar que a França, em vários aspectos de suas forças armadas, não estava em condições inferiores à Alemanha, acentua que, em relação à Defesa Antiaérea, a diferença era flagrante. E, quem nos dirá que, dessa diferença, não se tenha originado o insucesso francês, uma vez que teria facilitado à Aviação Germânica pleno êxito em sua atuação inicial, quer destruindo os pontos vitais, principalmente aqueles de onde deveria surgir o potencial a empregar na reação, quer atingindo rudemente o moral das forças vivas da Nação?

A Itália apareceu na luta também mal preparada para a defesa contra aviões. Bem nos lembramos de que, logo após sua entrada na guerra, os comunicados referentes a ataques aéreos contra determinados pontos de seu território vinham, geralmente, seguidos do lacônico esclarecimento: "a Artilharia Antiaérea não funcionou". O que, provavelmente, se dava era a existência de material insuficiente para a defesa daqueles pontos e ausência, ou imperfeição, do Serviço de vigilância.

A Rússia, segundo se depreende de um discurso de Goering pronunciado parece que em fins de 1941, entrou na guerra bem preparada para a defesa antiaérea.

Os princípios do emprego preconizam um mínimo de material para atender à defesa de determinado

(10) Curso mais ou menos equivalente ao nosso de Aperfeiçoamento de Oficiais, visto que, nele, os oficiais se preparam para as funções de comando e de estado-maior dos corpos de tropa. No Advanced Course, na parte de Artilharia, os oficiais recebem instrução não só referente à Artilharia de Campanha, como acontece entre nós, mas também referente à de Costa e à Antiaérea, ficando assim aptos a exercer as funções de oficial superior em qualquer dos ramos da arma.

ponto (11). Além disso, é necessário que um sistema de alerta, instalado desde o tempo de paz (12), possa permitir o acionamento dos meios de defesa (caça e anti-aérea) em tempo útil, sem o que, tornar-se-ão ineficazes ou por demais onerosos (caça em alerta no ar).

A Alemanha, conforme já foi dito, iniciou a luta tendo assegurado aos seus pontos vitais excelente defesa anti-aérea. E foi a eficiência dessa defesa que deu azo a que os aliados empreendessem vigorosa campanha, visando reduzir seus efeitos, da qual participaram oficiais de Aviação e Anti-aérea, e cujos resultados têm, até hoje, plena aplicação. A necessidade dessa estreita colaboração, surgida por ocasião desses estudos, continua sendo prescrita pelos regulamentos atuais, pois incluem nos Estados-Maiores das Forças Aero-táticas, oficiais de Anti-aérea e impõem a responsabilidade da Defesa Aérea e, por conseguinte, a distribuição dos meios em caça e anti-aérea, ao comando de Aeronáutica (13).

No Brasil, muito pouco se tem feito em favor da Anti-aérea, sobretudo em face do vulto das necessidades, tendo em vista a vastidão territorial e a conseqüente dispersão de seus pontos vitais.

Tratando-se de material de elevado preço, muito difícil será, sem dúvida, a sua aquisição para atender ainda mesmo ao mínimo de nossas necessidades. Porém, a re-

levância do assunto e os prejuízos que poderão advir de um descumprimento completo do problema, exigem o estabelecimento, sem delongas, de um programa, abordando como pontos essenciais:

a) ampliação das atribuições do atual C.I.D.A.-Aé. com a inclusão de

- cursos para oficiais superiores do Exército e Aeronáutica;

- curso de formação de Oficiais da Reserva, na especialidade (14);

- curso de estágio para oficiais alunos da E.A.O. da arma de Artilharia;

b) criação de um Grupamento-Escola de Defesa Anti-aérea, para atender às necessidades de ensino do Centro, devendo possuir um mínimo de material moderno e tanto quanto possível renovado sempre, acompanhando a evolução do material;

c) estabelecimento na Escola Militar, de uma cadeira de Defesa Anti-aérea, com um programa de, pelo menos, 30 horas;

d) estabelecimento da defesa mínima com material moderno e adequado serviço de vigilância, dos pontos sensíveis do país, cuja destruição (de acordo com a opinião de órgão competente) seja capaz de afetar profundamente a nossa capacidade de reação. Prioridade naturalmente estabelecida pelo E.M.E.;

(11) O mínimo de canhões a utilizar na defesa de um ponto importante (fábricas, refinaria de petróleo, etc.), é um grupo (4 Baterias a 4 peças).

(12) A necessidade de instalar e organizar a defesa contra ataques aéreos desde o tempo de paz, é óbvia. Visa impedir que ataques realizados antes de declaração de guerra (Pearl Harbour é um exemplo de que sempre nos devemos lembrar), ou no início das hostilidades, possam destruir pontos importantes, trazendo incalculáveis desvantagens para o prosseguimento da luta, ou até sua impossibilidade, conforme o vulto dessas destruições e seu efeito sobre o moral da população, com todo o cortejo de conseqüências (revoluções sociais, incremento da 5ª coluna, etc.).

(13) Entre nós essa questão não se encontra ainda devidamente assentada, entretanto, para que tal preceito pudesse, de futuro, ter aplicação, parece que seria aconselhável permitir que oficiais especializados em Artilharia Anti-aérea, frequentassem a Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica e que oficiais de Aeronáutica com este curso, frequentassem o Centro de Instrução de Defesa Anti-aérea, destinado a oficiais superiores (curso BI).

(14) Os alunos do C.P.O.R. destinados à A.Aé., após a conclusão do 1º ano do curso, seriam encaminhados ao Centro, onde fariam o 2º ano. Em caso de estágio ou convocação, iriam, obrigatoriamente, para unidades de A.Aé.

e) formação de técnicos especializados nos modernos equipamentos de antiaérea, inclusive projetos dirigidos e radar. Conviria mesmo a organização de uma comissão para os necessários estudos de nossa defesa à base de projetos dirigidos e possibilidade de sua construção no Brasil;

f) organização, nas nossas oficinas militares, de Seções especializadas, encarregadas da manutenção e reparação do material existente e, principalmente, de outros mais modernos que possam ser adquiridos.

Além disso, seria de todo conveniente que ao instalarmos nossas indústrias básicas, jamais deixássemos de atender ao problema de sua defesa própria, contra ataques aéreos.

Entre nós, lamentável é reconhecer, não são muitos os entusiastas da defesa antiaérea. Para estes, aconselho uma consulta a dois quadros estatísticos, publicados ambos nos números de março-abril de 1946 da revista *Coast Artillery Journal* e novembro-dezembro de 1948 de *Antiaircraft Journal*. Um dos quadros refere-se a "danos" e o outro a "perdas" causados, pela caça e pela artilharia antiaérea, a bombardeiros pesados que incurSIONARAM sobre a Alemanha durante estes períodos de guerra compreendidos entre agosto de 1942 e

junho de 1944. Referem-se, pois, à ação das defesas nazistas. Por eles se verifica que a A.A.-Aé. alemã tendo danificado no primeiro período do considerado (agosto-dezembro-1942), 115 bombardeiros e abatido apenas 5, no último período (maio-junho-1944), danificou 7.920 e abateu 286. Com relação à caça alemã, consigna o gráfico no primeiro período 106 danos e 26 perdas e no último 269 danos e 239 perdas. Vê-se, portanto, que no último período consignado a A.A.-Aé. chegou mesmo a ultrapassar a caça na missão de abater aviões. Não é, consoante os testemunhos das estatísticas, um elemento de defesa de importância secundária, como a alguns menos avisados pode parecer.

Julgo ainda oportuno ao concluir essas notas, lembrar àqueles que têm qualquer parcela de responsabilidade na nossa segurança algumas palavras do Marechal do Ar Sir Roderic Hill, em artigo já citado sobre a defesa antiaérea da Grã-Bretanha, em considerações sobre o futuro. Essas palavras, bem se adaptam a qualquer nação: "Enfrentemos o problema. Uma boa defesa antiaérea é dispendiosa; mas uma defesa deficiente é fatal. Está claro que temos que organizar a melhor que pudermos e mantê-la sempre pronta para entrar em ação."

COMPRE MAIS BARATO

Geladeiras General Electric

de 6 pés com chave na porta — Bicicletas Phillips e Monarch — Máquinas de Costura Alfa e Minerva

no

PONTO FRIO

à Rua Uruguaiana, 134

onde Você é quem faz o prazo para seu crédito

A ARTILHARIA NO COMBATE DEFENSIVO

(A. D. e A. C. Ex.)

Major ORIGENES DE SOLEDADE LIMA
Major NELSON MESQUITA DE MIRANDA
Major JOSÉ DE AZEVEDO E SILVA
Capitão NILTON FREIXINHO
Instrutores da E.E.M.

I — GENERALIDADES

O regulamento C-100-5 Capítulo XI, estuda os princípios relativos ao combate defensivo, que servirão de base sem dúvida ao emprego da artilharia em tal fase do combate.

O regulamento C 6-20 Capítulo 5, estabelece as regras para o emprego da artilharia no combate defensivo. Na defesa, cabe ao FOGO DA ARTILHARIA papel proeminente, posto que, é um elemento decisivo que dispõe o comando para :

- RETARDAR a progressão inimiga ;
- DESARTICULAR o ataque antes de sua partida ;
- AUXILIAR A DETÊ-LO quando desencadeado ; e,
- APOIAR os contra-ataques para restabelecer a posição.

Os fogos de artilharia devem ser aplicados em massa nas regiões que o inimigo exerce o esforço principal. Desde que a rápida concentração do fogo de artilharia sobre objetivos importantes é essencial ao sucesso da defesa, a centralização da artilharia nas mãos do Comando, deve sempre que possível ser realizada. Em resumo todo o esforço é feito para fazer face ao ataque inimigo com a massa de fogos de artilharia.

Estudemos pois os fogos a serem realizados pela artilharia da defesa e procuremos especificar a quem

cabe tais fogos ; depois fácil será, concluir qual a MISSÃO da A. C. Ex. e da A. D. no combate defensivo.

Para maior facilidade do entrosamento dos fogos da artilharia na defesa, faremos o seu estudo no âmbito do C. Ex. partindo da consideração inicial duma posição defensiva, estabelecida com tempo suficiente contra a qual o inimigo avança.

"No combate defensivo os fogos da artilharia compreendem normalmente quatro fases :

- (1) fogos realizados antes, do inimigo ter montado o seu dispositivo de ataque à posição ;
- (2) fogos de contra-preparação ;
- (3) fogos para quebrar o ataque inimigo após seu desencadeamento ;
- (4) fogos para apoiar os contra-ataques." C 6-20 n. 87.

Analisemos com minúcia cada uma dessas fases.

A) FOGOS REALIZADOS ANTES DO INIMIGO TER MONTADO O SEU DISPOSITIVO DE ATAQUE

Nesta fase cabe à artilharia :

- retardar a progressão do inimigo ;
- apoiar os PAG ; e,

— dificultar ao máximo a tomada do dispositivo de ataque, atuando portando em toda a profundidade do terreno ocupado pelo inimigo. Tendo em vista obter aqueles resultados, a artilharia executa nesta fase os seguintes fogos:

**FOGOS LONGÍNQUOS;
FOGOS DE CONTRA-BATERIA;
FOGOS DE APOIO AOS P.A.G.;
FOGOS APROXIMADOS.**

1 — Os FOGOS LONGÍNQUOS visam retardar o inimigo, obrigando-o a sair das estradas, ocasionando-lhe baixas que diminuam seu valor combativo. São executados especialmente sobre os pontos sensíveis na retaguarda inimiga e nas linhas de comunicações (cruzamento de estradas, obras d'arte e pontos de suprimentos e sobre reuniões assinaladas). Cabem em regra à A.C.Ex., podendo nêles cooperar as A.D. Inicialmente podem ser conduzidos por observadores avançados junto aos Destacamentos de cobertura; após o acolhimento dêsses são conduzidos durante o dia pela observação aérea e durante a noite ou em períodos de visibilidade reduzida, de acôrdo com plano pré-estabelecido.

2 — Os FOGOS DE CONTRA-BATERIA são iniciados desde que o inimigo desdobre a sua artilharia e continuam a ter grande importância durante todo o combate defensivo.

"A artilharia do atacante é mais vulnerável desde o momento em que fica sob o alcance da artilharia do defensor até o momento em que completa seu desdobramento. Durante êsse período, constitui um dos principais objetivos do fogo da artilharia e da aviação do defensor. O fogo de toda artilharia disponível deve ser concentrado a fim de destruir a artilharia inimiga antes que possa entrar em ação. Durante todo o combate a contra-bateria continua a ser a principal missão de uma parte da artilharia, especialmente a média" (C 100-5 n. 607).

Tal como os longínquos, êstes fogos cabem normalmente à A.C.Ex. que de acôrdo com as necessidades imporá ou não a cooperação das A.D.

O trabalho das A.D. em relação aos fogos longínquos e de contra-bateria, resume-se em designar as unidades que cooperarão com a A.C.Ex.; normalmente estas unidades por identidade de missão e de calibre devem ser retiradas da A.Ac. Conj. (artilharia de Ação de Conjunto).

3 — Os fogos em benefícios aos P.A.G. são executados por uma artilharia de apoio, designada seja pela D.I. seja pelo C.Ex. conforme o escalão que organizou o P.A.G. Esta artilharia executará em proveito daquele elemento os fogos aproximados e de deter.

Cabe à A.C.Ex. fixar o limite em profundidade entre seus fogos e os da artilharia de apoio ao P.A.G.

4 — Os FOGOS APROXIMADOS visam perturbar a montagem do dispositivo inimigo, restringindo ao máximo sua atividade após a tomada de contacto com a posição.

Os fogos aproximados são realizados dentro das zonas atribuídas às A.D. e são da responsabilidade dessas. O limite entre a A.C.Ex. e as A.D. marca o divisor entre os fogos longínquos e os aproximados. Este limite é fixado levando em consideração os seguintes fatores:

- a observação terrestre da posição de resistência;
- o terreno;
- o alcance dos materiais das A.D. no dispositivo da defesa.

**B) FOGOS DE CONTRA-
PREPARAÇÃO**

A contra-preparação é desencadeada quando está iminente o ataque inimigo, fazendo abortá-lo no nascedouro, dissociando as formações de ataque, desorganizando os sistemas de comando, de transmissões e de observação inimigos, diminuindo a eficácia da preparação da artilharia inimiga, quebrando

enfim o espírito ofensivo do adversário.

A contra-preparação pode ser geral ou local. A geral é planejada contra um ataque geral. Engloba a totalidade da frente e dela participa a totalidade da artilharia com o Corpo.

Como o inimigo pode realizar o ataque principal partindo de mais de uma direção, o planejamento deve encerrar mais de uma contra-preparação geral, correspondendo a cada hipótese formulada. Neste caso, cada contra-preparação recebe determinada designação particular.

A contra-preparação local abrange somente a parte da frente ameaçada por um ataque local. No Corpo de Exército, a palavra "local" aplica-se a uma contra-preparação realizada por uma ou mais divisões em linha, mas não por todas. O menor escalão que realiza a contra-preparação é a Divisão.

O inimigo empregará todos os artifícios possíveis para levar o defensor a desencadear prematuramente a contra-preparação. Dêse modo, a contra-preparação fornecerá preciosos dados ao inimigo para a execução dos fogos de contra-bateria de sua própria preparação, indicando-lhe as zonas que devem ser evitadas pelas unidades de ataque e acarretando um consumo de munições que não poderá ser repostas. De outro lado, a contra-preparação deve ser desencadeada antes do desembocar do ataque inimigo. Então, as informações para a decisão de seu desencadeamento devem ser seguras e transmitidas sem demora. Por tudo isso, a ordem para o desencadeamento da contra preparação é da competência do comando da G.U.

A contra-preparação deve incluir: a contra-bateria, a desorganização dos sistemas das A.D. Estas terão como missão: neutralização de itinerários ou zonas de reuniões das tropas para o ataque, conhecidas ou suspeitas; os sistemas de transmissões, de comando e de observação inimigos; os elementos inimigos avançados, zonas

de reunião de carros e de reservas, conhecidas ou suspeitas.

Os obuses médios divisionários podem reforçar a A.C. Ex. na contra-bateria.

C) FOGOS PARA QUEBRAR O ATAQUE INIMIGO

Após o desencadeamento do ataque inimigo a artilharia executa os FOGOS DE DETER e prossegue na CONTRA-BATERIA.

Os de deter visam conter o ataque inimigo se possível fora da P.R., seus objetivos são o escalão de ataque, suas bases de fogos, reservas e órgãos de comando, sendo dada especial atenção aos elementos motomecanizados inimigos. Estes fogos cabem em regra às A.D. que poderão ser reforçadas pela A.C. Ex.

Os de contra-bateria são realizados exclusivamente pela artilharia de C.Ex. Os fogos longínquos ficarão limitados pela disponibilidade de munição e material.

Todos estes fogos são aplicados em massa nas regiões onde o ataque inimigo ameaça comprometer a posição.

D) FOGOS PARA APOIAR OS CONTRA-ATAQUES

Têm o caráter dos fogos na ofensiva.

II — MISSÃO E ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

A — A.C.Ex.

a) Missão da Art. C. Ex.

No combate defensivo o emprego da A.C.Ex. visa:

- retardar ao máximo a progressão do inimigo e sua tomada de contacto com a posição, principalmente com fogos longínquos;
- dificultar a montagem do dispositivo inimigo, atuando com fogos de contra-bateria e longínquos;
- auxiliar a deter o ataque inimigo quando desencadeado, atuando em particular com fogos de contra-bateria, podendo também se dispuser de

meios reforçar os fogos de deter das A.D. ;

- apoiar os contra-ataques com fogos de contra-bateria e longinquos.

Em consequência, deve ser fixado: a linha inicial de atuação, região onde a maioria dos meios deve poder concentrar-se, meios mínimos a empregar em determinadas ações, e outras prescrições necessárias à coordenação da artilharia com a manobra projetada.

b) Organização — Dosagem de meios.

1 — Com os meios de que dispõe, o C.Ex. reforça as A.D., de acordo com as missões atribuídas às respectivas D.I. e constitui sua própria artilharia (A.C.Ex.), organizando-a em Agrupamentos.

Os dados abaixo permitem estimar as necessidades de artilharia de uma operação defensiva:

DOTAÇÃO	NÚMERO DE BIAS. POR KM DE FRENTE			
	Situação estabilizada		Situação de movimento	
	Leve	Média ou pesada	Leve	Média ou pesada
Máxima (1).....	6	6	2	1
Média (2).....	3	3	1	1
Mínima (3).....	2	2	1	1

(1) Máxima — Defensiva prolongada.

FM 6-100

(2) Média — Defesa contra um ataque bem preparado.

(3) Mínima — Quando não se prevê ataques coordenados do inimigo.

Comparando os dados da tabela acima, com os meios totais de artilharia que dispõe o C.Ex., o Comandante da A.C.Ex. terá uma primeira idéia de extensão da frente que poderá apoiar. Isto deve ser esclarecido ao Cmdo. da G.U. quando a operação é planejada.

A A.C.Ex. para repartir os reforços pelas D.I. deve levar em

conta os dados da tabela acima. Entretanto, o terreno, a situação tática e a manobra projetada pela G.U. serão sempre os fatores preponderantes na repartição de meios e reforços de fogos da A.C.Ex. às A.D. O quadro abaixo pode facilitar o planejamento da repartição da artilharia atribuída ao C.Ex.

G.U.	Frente (km)	Necessidades (1)				Existente (orgânico D.I.)		Falta			Disponibi- lidade no C.Ex.		Repartição de reforços					
		105		155														
		Bia.	Grupo	Bia.	Grupo	105	155	105	155	Soma	105	155	105	155	Fogos (2)			

(1) Função da dotação estimada no quadro que fixa a dosagem.

(2) A coluna "Fogos" indica o reforço de fogos a ser fornecido pela A.D. vizinha ou pela A.C.Ex.

2 — A organização para o combate da A.C.Ex. deverá entretanto permitir ao Cmdo. do C.Ex. manobrar os fogos da artilharia, de modo a estar em condições de fazer face a atuações do inimigo, diferente das que foram previstas pelo Cmdo., quando da montagem de sua manobra. Portanto a manobra de fogos cresce de importância no combate defensivo, posto que o inimigo tendo a iniciativa atacará onde achar conveniente e neste ponto escolhido pelo adversário a artilharia da defesa deverá concentrar

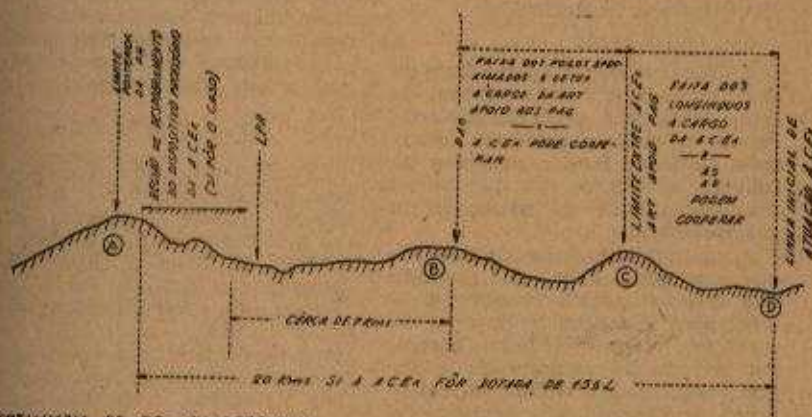
não só para os Agrupamentos da Art. C. Ex. como também às A.D. a fim de facilitar a manobra de fogos da artilharia da defesa.

B — A.D.

a) Missão da A.D.

A missão da A.D. na defesa de uma posição, será a partir de uma linha que limita as ações entre a A.C.Ex. e as A.D., fixada na ordem daquela:

- retardar ao máximo a montagem do ataque inimigo;



ARTILHARIA DE CEX NA DEFESA

ESQUEMA DOS FOGOS A SEREM REALIZADOS (Nº 1)

SITUAÇÃO APROXIMAÇÃO DO INIMIGO ATÉ OS PNC
PROXIMIDADE DOS FOGOS
LONGINQUOS
CONTRA-BIA

NOTA - OS ESQUEMAS PARA
SÃO VERBAIS PARA OS
SEGUINTE MATERIAIS
105 (M2) - ALCANCE 2.500 m
155 (M1) - ALCANCE 13.700 m
155 L - ALCANCE 20.000 m

a massa de seus fogos. Parece ficar evidente que a necessidade de manobrar fogos que tem o Cmdo. do C. Ex. determina que se deixe a maior dosagem possível para a A.C.Ex. que no momento oportuno reforçará com fogos a D.I. onde o inimigo exerce seu esforço. Na realidade porém em virtude da escassez de meios que caracteriza a defensiva, satisfeitas as necessidades mínimas das A.D., pouco sobrá para A.C.Ex. no desempenho de suas missões de fogos contra-bateria e longínquos. Portanto torna-se imperioso a imposição de zonas de ação eventuais

- atuar em apoio ao dispositivo da defesa durante o ataque; e,
- cooperar com a A.C.Ex., se for o caso.

Uma vez fixada a maneira pela qual a G.U. fará o cumprimento da sua missão, o Cmdo. da A.D. terá de estabelecer uma dosagem global de meios que servirá de base para a organização.

Esta deverá fixar os meios a atribuir aos S/S (Subsetores), dando o valor da A.Ac.Conj., o valor da artilharia a empregar no apoio aos P.A.G., no retardamento e nos contra-ataques previstos.

A dosagem para o apóio aos P.A.G. é influenciada sempre:

- pela missão atribuída ao P.A.G.;
- crédito de munição atribuído; e,
- necessidade de organizar desde logo o dispositivo da artilharia da P.R. (Posição de Resistência).

Nos contra-ataques, deverá ser empregado o máximo de meios disponíveis, o que vai condicionar esse total, são as condições de desdobramento e ainda o tempo, se fôr possível deslocar materiais.

b) Organização.

A organização para o combate da A.D. deverá permitir ao Cmdo. da D.I., manobrar os fogos da artilharia, de modo a estar em condições de fazer face a atuações do inimigo, diferentes das que foram previstas, quando da montagem da sua manobra.

A necessidade de manobrar fogos que tem o Cmt. D.I. manda que se deixe a maior dosagem possível para a artilharia de ação de conjunto. Na realidade, porém, em virtude da escassez de meios que caracteriza a defensiva, satisfeitas as necessidades mínimas do apóio direto pouco sobrar para a A.Ac.Conj.

A A.D. manobrará sempre com facilidade os fogos de uma artilharia de ação de conjunto. O mesmo já não acontece com os fogos dos Agr. Ap. Dir. que difficilmente poderão ser retirados dos elementos apolados; não deve ser despresada, porém, a possibilidade de manobrar os fogos dos Agr. Ap. Dir., principalmente quando tenham meios disponíveis. A A.D. fixa zonas de ação eventuais aos Agr. Ap. Dir. tendo em vista a manobra de fogos.

Uma vez organizada a artilharia para a defesa, a A.D. deverá ainda indicar os meios que agirão:

- em apóio ao P.A.G.;
- em cooperação com a A.C.Ex.

A artilharia para o apóio aos P.A.G. será constituída por elementos provenientes dos Agr. já constituídos para a defesa da po-

sição. A A.D. para resolver essa questão terá de considerar:

- que os P.A.G. constituem um problema da G.U., nada tendo a ver com os S/S;
- a existência ou não de um Cmdo. único para o P.A.G.;
- a maior ou menor facilidade de ligação infantaria-artilharia; e,
- as vantagens em colocar os elementos de artilharia à disposição dos P.A.G.

A cooperação com a A.C.Ex. na proporção determinada por este escalão, caberá normalmente à A.Ac.Conj. (superioridade de calibre, facilidade de ligação e identidade maior das missões).

III — DISPOSITIVO

Considerando que o que caracteriza um dispositivo de artilharia não são somente as posições ocupadas pelo material, mas também um sistema de ligações, observação e transmissões instalado para o cumprimento de determinada missão é tendo em vista o que foi dito anteriormente referente a execução dos fogos nas diferentes fases do combate defensivo, poderemos considerar na A.C.Ex. os seguintes dispositivos:

- dispositivo da defesa;
- dispositivo provisório.

O dispositivo da defesa é montado "a priori" e é utilizado desde o momento em que o P.A.G. retira e o inimigo inicia o contacto com a posição de resistência.

Tendo em vista retardar o inimigo desde o mais longe possível, parte da artilharia da defesa (A.C.Ex. com a cooperação da A.D.) ocupa posições avançadas, se possível a coberto da L.P.R. e em ligação com os destacamentos de cobertura lançados à frente, realizando os fogos longínquos. Uma vez tendo o adversário tomado contacto com os P.A.G. esta artilharia prossegue nos fogos longínquos e inicia a contra-bateria contra a artilharia inimiga desdobrada para atacar os P.A.G. e poderá mesmo cooperar nos fogos de deter da ar-

tilharia em apoio aos P.A.G. Esta artilharia ocupa então um dispositivo provisório, que deixará de existir quando os P.A.G. se retraírem.

Podemos considerar na A.D. os seguintes dispositivos:

- dispositivo da defesa;
- dispositivo de apoio aos P.A.G.

O dispositivo da defesa, como vimos, é montado "a priori" e é utilizado desde o momento em que o inimigo inicia o contacto com a posição de resistência; a totalidade dos meios de artilharia deve entrar no dispositivo da defesa, estes serão revelados de acordo com o evoluir dos acontecimentos.

Os elementos de apoio ao P.A.G., sendo obrigados a organizar um sistema de observação, ligações, transmissões e às vezes posições, que difere do estabelecido no dispositivo da defesa, constituem um novo dispositivo que chamamos "dispositivo de apoio ao P.A.G."

A A.D. pode dispor de materiais seus no dispositivo provisório da A.C.Ex. por imposição do C.Ex.

Tanto a A.D. como a A.C.Ex. podem organizar um dispositivo de manobra, para atender a manobra defensiva da G.U., se for o caso.

IV — DESDOBRAMENTO DOS MATERIAIS E MUNIÇÕES

A — MATERIAIS.

1 — Tendo necessidade de aplicar os seus fogos em toda a profundidade da posição, a Artilharia terá que se desdobrar em profundidade. O escalonamento em profundidade da artilharia leva em consideração:

- o alcance dos materiais;
- a localização dos objetivos; e,
- as possibilidades de neutralização pela contra-bateria.

Entretanto é limitado pelas seguintes considerações:

- toda a artilharia deve estar em condições de concentrar seus fogos à frente da L.P.R.;
- a maior parte da artilharia leve e média deve poder atuar em toda a profundidade

da posição de resistência, tendo em vista não só permitir sua atuação na defesa do conjunto da posição, como também sua participação nos contra-ataques.

2 — Levando em consideração estas limitações, o alcance dos materiais hoje utilizados e o limite mínimo de segurança para a infantaria podemos concluir que a artilharia do dispositivo da defesa da A.D. é desdobrada numa região cujo limite anterior está a 1.500 metros dos núcleos de resistência mais recuados da P.R. e o limite posterior da ordem de 6 km da L.P.R.

Os agrupamentos da A.C.Ex. podem ser desdobrados da ordem de 5 a 6 km da L.P.R., logo à retaguarda dos Agrupamentos de Conjunto da A.D. ou mesmo na sua altura. Os Agrupamentos constituídos só de grupos longos poderão ficar mais recuados.

3 — O dispositivo da defesa compreende sempre diversas posições, ditas de troca, pois a artilharia para permanecer em ação face a um inimigo superior, deve explorar sua mobilidade. As unidades que devem atuar antes da contra-preparação devem fazê-lo de posições que não sejam aquelas onde realizarão tais fogos.

Em períodos de calma quando o inimigo já está em contacto com a posição, as unidades de artilharia designadas para fogos de contra-bateria e longínquos, dentro do dispositivo da defesa, podem ser deslocados para posições provisórias, a fim de desencadear seus tiros; tais deslocamentos, ocupação de posição, desencadeamento de fogos e retorno à posição, são geralmente executados à noite.

Falsas posições são preparadas para iludir o inimigo e nelas executam-se normalmente as regulações.

4 — As posições de desdobramento do dispositivo provisório, devem ser judiciosamente estudadas pela A.C.Ex. O ideal será que as posições deste dispositivo estejam dentro da posição e que permitam um retraimento rápido para as posições do dispositivo da

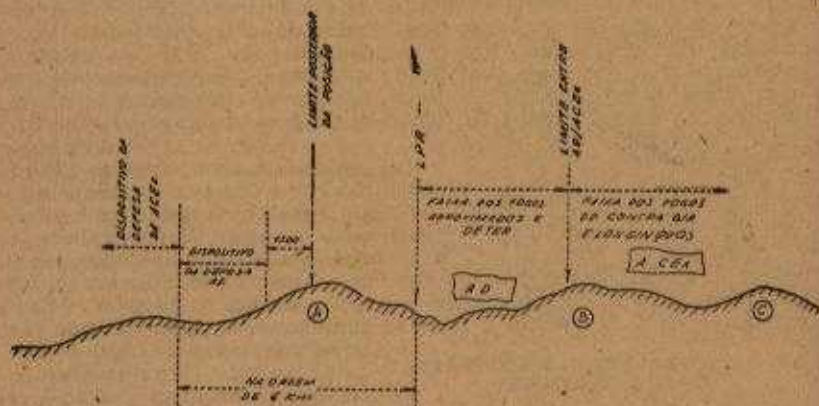
defesa. A dosagem dos meios para o dispositivo provisório é variável para cada caso, sendo entretanto influenciada pelos seguintes fatores:

- crédito de munição atribuído;
- valor do retardamento que o comando impor à aproximação do inimigo de acordo com sua manobra;
- necessidade de ter o grosso das unidades empenhado na organização desde logo do dispositivo da defesa, para que este esteja pronto quando o inimigo iniciar o contacto com a P.R.

P.A.G., caberá ao Cmt. da artilharia escolher as regiões de desdobramento de forma a atender o que ficou dito acima.

Uma artilharia de apoio ao P.A.G., por ocasião do retraimento desse, é liberada passando automaticamente para o dispositivo da defesa, quando atinge suas novas posições.

6 — O desdobramento dos materiais da A.D. que têm de cooperar com a A.C.Ex., é feito em posições avançadas, mas em regra dentro da P.R., estas posições que o C-8-20 chama de posições provisórias, não devem ser as mesmas do dispositivo da defesa.



ARTILHARIA DE CEA NA DEFESA
ESQUEMA Nº 2
SITUAÇÃO - APROXIMAÇÃO DO INIMIGO ATÉ A P.R.

5 — As posições de desdobramento do dispositivo de apoio aos P.A.G., devem ser judiciosamente estudadas pela A.D. O ideal será que para o cumprimento de suas missões, possam os materiais desdobrar-se dentro da posição; quando porém, isso não for possível, a A.D. tendo em vista o principal, isto é, o aproveitamento dos mesmos na defesa da posição, deverá fixar regiões de desdobramento, tais que, o retraimento para o interior da posição seja feito em condições de segurança.

Nas situações em que a artilharia de apoio, passar à disposição dos

B — MUNIÇÕES.

Quanto às munições devemos inicialmente ver as dotações do Vade-Mecum, referentes a uma situação defensiva.

1 — Antes do ataque inimigo, isto é, na fase de aproximação, tomada de contacto e montagem de um dispositivo podemos tomar para cada consumo médio diário a dotação fixada pelo V.M. para tomada de contacto, isto é, 0,5 U.F. para os obuses 105 e 155 e 0,3 U.F. para o canhão 155.

O desdobramento das munições para as ações antes do ataque, será

antes de tudo função dos créditos atribuídos e do material empregado na mesma; sendo os meios de defesa revelados progressivamente "de modo que o inimigo fique sujeito a um fogo cada vez mais denso à medida que se aproxima da posição defensiva", isto é, à medida que aumentam os objetivos compensadores que justifiquem o emprego da massa da artilharia, o consumo autorizado pela A.C.Ex. (A.D.) para suas unidades, variará diariamente.

O F.M. 6-40 classifica em três categorias a munição concedida para as intervenções diurnas e prescreve a conduta dos executantes dos fogos antes do ataque inimigo:

- *dotação mínima* — inferior a 20 tiros por peça — só bater objetivos que estejam atuando diretamente contra os órgãos da defesa ou contra elementos que trabalhem fora da posição em proveito dela;
- *dotação média* — entre 20 a 100 tiros por peça — atacar os elementos acima mencionados e também os que revelarem possibilidades de agir em certo prazo contra a defesa;
- *dotação máxima* — superior a 100 tiros por peça — bater todos os objetivos que surjam na zona de ação.

O V.M. dá ainda uma estimativa de munições para a situação inativa (força em contacto, quando não está sendo atacada), isto é, para períodos de calma: 0,1 U.F.

2 — Durante o ataque:

Defesa de uma posição	105	155
Primeiro dia.....	2 UF	2 UF
Dias sucessivos.....	1 UF	1 UF

C — REALIZAÇÃO DO DISPOSITIVO.

1 — A realização do dispositivo dos materiais e das munições é feita em regra à noite; os conhecimentos que exigem luz processam-se durante o dia. Cabe ao E.M./Art. regular, articulada com

as 3ª e 4ª seções da G.U., a entrada em linhas dos materiais e munições, de modo que o dispositivo da defesa já esteja realizado quando o inimigo tomar contacto com a posição. (Plano de Entrada em Posição e Plano de Remunicação).

2 — Os deslocamentos dos materiais de uma posição para outra (dentro ou não do mesmo dispositivo), são feitos sob a responsabilidade do escalão considerado (A.C.Ex. ou A.D.), de acordo com a evolução dos acontecimentos.

V — ORGANIZAÇÃO E CONDUTA DOS FOGOS

A — REGULAÇÕES.

Tendo em vista a existência de elementos de segurança à frente da posição e para evitar possíveis danos sobre os mesmos a A.C.Ex. (A.D.) coordena o problema das regulações de seus grupos, que dependerá sempre de entendimento com as unidades apoiadas. Esta coordenação é trazida pela distribuição de A.A. e fixação do início e fim de regulação para cada grupo.

B — FOGOS LONGINQUOS.

Como já foi visto a A.C.Ex. iniciará o mais cedo possível os fogos longínquos.

A A.C.Ex. organiza o PLANO DE FOGOS LONGINQUOS, que são refeitos diariamente.

Os planos têm sua origem em geral na reunião diária do E.M.C.Ex.

A A.C.Ex. baixa diretrizes para as interdições e inquietações, para estabelecer zonas de responsabilidade para a montagem dos planos subordinados, tendo em vista coordená-los posteriormente, organizando um plano definitivo.

As A.D. devem caber os objetivos que constituem ameaça imediata às operações da divisão: P.C. mais avançados, posição de combate; devem solicitar à A.C.Ex. o ataque a objetivos que exigem artilharia média ou pesada além de suas possibilidades e propor-lhe as interdições a realizar no interior da zona que lhes toca.

A A.C.Ex. encarrega-se dos objetivos além da zona atribuída às A.D., e a interdição das vias de comunicação com a retaguarda; pode distribuir às A.D. outros objetivos.

C — FOGOS DE CONTRA-BATERIA.

Assim que a ARTILHARIA inimiga ficar sob o alcance da A.C.Ex. deverá ser contra-batida, especialmente antes de completar o seu desdobramento, quando é mais vulnerável.

A contra-bateria é organizada e conduzida pela C.T./A.C.Ex., que pode ou não impôr a cooperação das A.D. em certos períodos da operação.

D — FOGOS APROXIMADOS.

Estes fogos que são da iniciativa das A.D., serão realizados de dia, sob a forma de tiros observados, contra objetivos cuja natureza deverá ser fixada como veremos adiante. E à noite sob a forma de interdições ou inquietações, realizadas de acordo com Plano diário, visando particularmente os caminhamentos de acesso à posição e às regiões prováveis de reunião.

A A.D. deverá repartir a munição creditada pelas ações diurnas e noturnas, de forma a manter o inimigo sempre sob a ação dos fogos de artilharia.

Na execução dos fogos aproximados durante o dia a A.D. geralmente dá iniciativa de desengateamento dos mesmos aos Agr. Ap. Dir., nas respectivas zonas de ação, podendo reservar para a A. Ac. Conj. determinadas zonas do terreno. O Agr. Ap. Dir. que vê a oportunidade de bater os diferentes objetivos, quando julgar necessário empregar mais meios que os autorizados, apela para a A.D.

A fim de manter o grosso da artilharia em silêncio, até que surjam objetivos compensadores; a A.D. restringe a iniciativa de seus Agr. Ap. Dir., limitando o valor dos meios a empregar e fixando a munição a ser consumida nas intervenções diurnas. Dêsse modo o emprego da totalidade dos meios do Agr. Ap. Dir. depende da au-

torização da A.D., salvo em caso de um ataque local.

O Plano de Fogos para as intervenções noturnas é da responsabilidade da A.D., esta poderá determinar que um Agr. Ac. Conj. o organiza, os dados básicos para o mesmo serão em qualquer caso fornecido pelo S-2 da A.D.

E — FOGOS DE CONTRA-PREPARAÇÃO.

O C.Ex. fixa as regiões de aplicação de fogos.

A A.C.Ex. estabelece os diversos sistemas de contra-preparação, traça as diretrizes para a confecção do Plano de Contra-preparação, regulando a participação das A.D. e da A.C.Ex.

Cabe a A.D. organizar, trate-se de uma contra-preparação geral ou local, os planos de fogos respectivos. Em qualquer caso deverá repartir os objetivos entre os seus Grupos; a organização da A.D. deve ser feita tendo em vista permitir, se possível, que a totalidade dos meios possa intervir em cada sistema.

A A.C.Ex. coordena os Planos de Fogos organizados pelas A.D. para os diversos sistemas e estabelece em definitivo os PLANOS DE CONTRA-PREPARAÇÃO do C.Ex.

O Vade-Mecum dá a seguinte dotação para uma contra-preparação expressa em projéteis por peça por hora:

Contra-preparação.....	105	155
	60	25

Uma contra-preparação em geral não excede de 30 min.

F — FOGOS DE DETER.

São da alçada das A.D.

São assentados inicialmente pelos Cmts. de Agr. Ap. Dir. em ligação com os Cmts. do R.I., em seguida são coordenados pela A.D., que fixa então as condições de intervenção da A. Ac. Conj. nos mesmos. Em regra a A.D. toma a seu cargo os objetivos mais da retaguarda ou aqueles que interessam à manobra de mais de um R.I.

REFERÊNCIAS

C 100 — 5
C 6 — 20
C 6 — 100

Doc. n. 1 — Anexo da A.C.Ex. na defesa (um exemplo).

Doc. n. 2 — Anexo da A.D. na defesa (um exemplo).

DOCUMENTO N. 1

II Ex.
4º C.Ex.
A.C.Ex.
N. 13

Carta: São Paulo
Fóllas: Campinas —
Piracicaba — Itá
Escala: 1/100.000

Bomfim
1700/D-2

ANEXO ARTILHARIA N. 4
A OGO N. 3

I — ARTILHARIA COM O CEX

Meios

301º, 302º, 303º e 304º G.O.-105
401º, 402º, 403º, 404º e 405º
G.O.-155
501º e 502º G.A.-155

II — A CEX

A) Missão

Atuar a partir da linha RIO CAPIVARY — Estrada CAPIVARY, FAZ. STA. ALICE (incl.) — RIO LAMBARY e ao S da linha INVERNADA — BOM RETIRO, em condições de concentrar a maioria dos meios na região compreendida, entre as alturas ao Sul do RIBEIRO DE SÃO LUIZ e estrada FAZ. PAU A PIQUE (8,5 km NE CAPIVARY) — MONTE MÓR.

B) Organização dos Agrupamentos

Agr	CMDO. E COMPOSIÇÃO	ZONA DE AÇÃO		OBSERVAÇÕES
		Normal	Eventual	
1	Cmdo Agr n. 1 501º GA 155 403º GO 155 402º GO 155	VER CALCO		O 501º GA 155 atuará inicialmente em ligação com a 1ª DC, na zona de ação normal do Agr 1. Reforçará com um grupo, os fogos da AD/10.
2	Cmdo do 405º GO 155 502º GA 155 405º GO 155			O 502º GA 155 atuará inicialmente em ligação com a 1ª DC, na zona de ação normal do Agr 2.

C) Desdobramento

1 — Dispositivo

a) Material — Ver croquis.

b) Munições — Dispositivo da defesa estocar nas P.B. 1,5 U.F. na noite de D-2/D-1 e 1,5 U.F. na noite D-1/D.

Dispositivo provisório — munição orgânica na noite D-2/D-1.

c) Realização

Entrada em posição do material

— Noite D-2/D-1 (de acordo com a Ordem de Movimento do 4º C.Ex.)

Munição — Apêndice REMUNICIAMENTO.

2 — Realização do Dispositivo

a) Reconhecimentos — Iniciados às 1300/D-2.

b) O dispositivo provisório deverá estar realizado até 0700/D-2.

O dispositivo de defesa deverá estar realizado até 1000/D-2.

D) Organização e Conduta dos Fogos

1 — Planos de Fogos entregues — até 1900/D-2.

2 — Fogos longínquos.

Planos a cargo dos Agr. 1 e 2 em suas zonas de ação normal.

Desencadeamento — A cargo dos Agr. nas respectivas zonas de ação normal, até o acolhimento da 1ª D.C. pelos P.A.G.

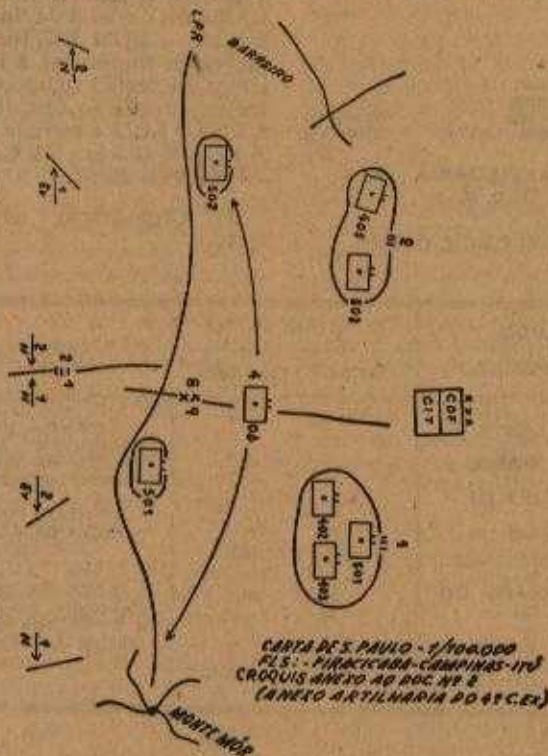
b) C.P.1 — Região SE, E e N do MORRO DO ESCUTADOR.

C.P.2 — Região compreendida entre MONJOLO VELHO (6 km WSW de CAMPO) e FAZENDINHA (7 km SW de CAMPO).

c) Meios.

Sistema A.

C.P.1 — Totalidade de Meios da A.C.Ex. e A.D./10.



DO ARTIGO: A ARTILHARIA NA DEFESA.

Posteriormente, durante o dia a cargo da C.D.F./A.C.Ex. e a noite de acordo PLANO INQUIETAÇÃO INTERDIÇÃO.

3 — Contra-bateria.

Organizada e desencadeada pela C.D.F.

4 — Contra-preparação.

a) Duração — 10 minutos.

C.P.2 — A.D./8.

Sistema B.

C.P.1 — A.D./10 (menos 2 grupos).

C.P.2 — Maioria de meios da A.C.Ex. — A.D./8 e 2 grupos da A.D./10.

d) A.C.Ex. organizará os sistemas A e B.

5 — Regulação.

Para o dispositivo da defesa:

Uma peça por grupo, na manhã de D-1, de acordo com horário a ser estabelecido pela A.C.Ex. e distribuído oportunamente.

Para o dispositivo provisório:

Uma peça por grupo na tarde de D-2, a cargo dos 501º e 502º G.A.-155 em ligação com a 1ª D.C.

6 — Consumos autorizados.

Antes do ataque:

Contra-bateria e fogos longínquos durante o dia: 0,4 U.F.

Fogos longínquos durante a noite: 0,1 U.F.

Para o 1º dia da defesa 2 U.F., incluindo a contra-preparação.

III — AD

A) Reforços.

1 — A.D./10.

302º G.O.-105 em EST. DESERTO — 304º G.O.-105 em CHAPADÃO e 404º G.O.-155 na região E de BOA VISTA, às 1400/D-2.

2 — A.D./8.

303º G.O.-105 em LAGOA, 301º G.O.-105 e 401º G.O.-155 em FAZ. DESERTA às 1400/D-2.

B) Missões.

1 — Atuará inicialmente a partir da linha FAZ. SOBRADINHO (5 km SW MONTE MÓR) — alturas 3 km SSW e 4 km NW MORRO ESCUTADOR. Após o retraimento dos P.A.G. atuará a partir da linha FAZ. SOBRADINHO — alturas 5 km SE, 2 km E e 2 km N de MORRO DO ESCUTADOR;

— Atuará eventualmente na zona de ação da 8ª D.I. com 2 grupos até a linha MONJOLO VELHO — FAZ. BERNARDINO.

— Contará com o reforço de fogos de 1 grupo do Agr. 1.

— Cooperará com a A.C.Ex. na contra-preparação.

2 — A.D./8.

— Com a totalidade das missões ao N da linha INVERNADA — BOM RETIRO — foz do RIB. SÃO LUIZ.

— Atuará inicialmente a partir da linha INVERNADA — FAZ.

4 km S BOM RETIRO — alturas NW FAZ. 7 km SE BOM RETIRO;

— Após o retraimento dos P.A.G., atuará a partir da linha alturas 3 km SE e 1 km NW de FAZEN-DINHA — alturas N de MONJOLO VELHO.

— Atuará eventualmente na zona de ação do 4º R.C.Mec. com 1 grupo.

— Cooperará em A.C.Ex. na contra-preparação.

C) Medidas que interessam ao conjunto das A.D.

1 — Munição — Crédito para contra-preparação e 1º dia de defesa 1 1/2 U.F.

Crédito diário: 0,5 U.F.

2 — Plano de Fogos.

a) Plano de Fogos Longínquos até 1900/D-2.

b) A A.D./10 e A.D./8 apresentarão até às 2100/D-2 proposta de PLANO DE CONTRA-PREPARAÇÃO, respectivamente para C.P.1 e C.P.2.

IV — PRESCRIÇÕES DIVERSAS

— PRANCHETA DE TIRO — Mosaico Controlado escala 1/25.000.

— Boletins Meteorológicos — De 4 em 4 horas a partir das 1600/D-2.

V — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

A — P.C./A.C.Ex. — BOA VISTA a partir das 2000/D-2.

B — Silêncio de rádio até nova ordem.

VI — SERVIÇOS

Em vigor a O.G.S. n. 3.

Distribuição: Lista B.

Apêndices n. 1 — REMUNICIAMENTO.

N. 2 — PLANO DE FOGOS.

(As.)
Gen. Cmt. A.C.Ex.

Confere:

.....
Ch. E.M. do 4º C.Ex.

DOCUMENTO N. 2

3º C.Ex.
4º D.I.
A.D./4
S-3
N. 21
Carta de S. Paulo
Es.: 19 e 25
Esc.: 1/100.000

Retiro
2 Jul. às 15,30

ANEXO A ARTILHARIA N. 5
A OGO N. 5

I — MISSÃO DA AD

— Atuar inicialmente a partir da linha RIO JACARÉ GRANDE — RIB. DO FELJÃO e após o retrai-

regiões das alturas NL do EST. RETIRO e SL do IBATÉ.

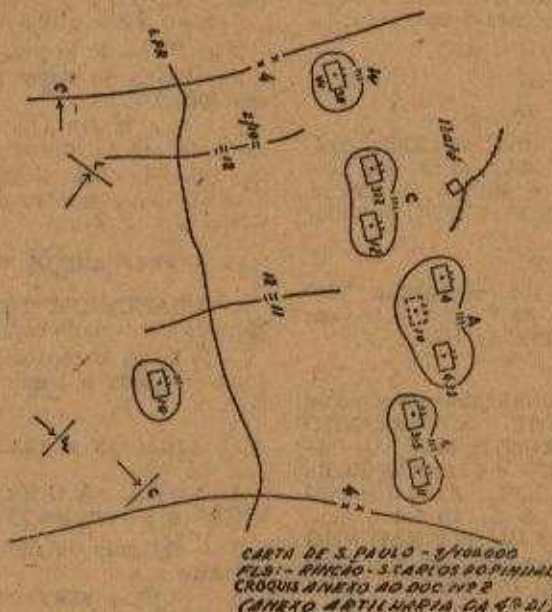
— Participar na contra-preparação com a totalidade dos meios nas regiões SW do EST. ANGICO e de FAZ. S. ROSA.

— Cooperar com a A.C.Ex., até o retraimento do P.A.G., com o valor de 2 Gr.

Reforços: 55º Cmdo. Agr. — 311º, 312º e 313º G.O.-105 — 433º G.O.-155.

II — ORGANIZAÇÃO

Agr. W — 311º G.O.-105 — Ap. Dir. ao 1/10º R.I. Atuará inici-



DO ARTIGO: ARTILHARIA NA DEFESA.

mento do P.A.G. da linha FAZ. ÁGUA BRANCA — FAZ. S. ROSA — FAZ. S. MARIA (tudo exclusive).

— Atender a defesa da P.R. em condições de concentrar a maioria de meios, principalmente nas regiões das alturas SW do EST. RETIRO e N e L de FAZ. PAU D'ALHO, e ainda de apoiar novas resistências a serem oferecidas nas

almente com o valor de 1ª Bia.

Agr. C — 12º e 312º G.O.-105 — Ap. Dir. ao 12º R.I. Atuará inicialmente com o valor de 2 Bias.

Agr. L — 11º e 313º G.O.-105 — Ap. Dir. ao 11º R.I. Atuará inicialmente com o valor de 2 Bias.

Agr. A — 55º Cmdo. Agr. — 10º G.O.-105, 4º e 433º G.O.-105 Ac. Conj. Inicialmente apoiará o P.A.G. com 1 Gr. e com 2 Gr.

cooperará com A.C.Ex. Após o retraimento dos P.A.G. atuará com o valor de 2 Gr. nos fogos aproximados. Para a defesa contará com o reforço de fogos de 1 Gr. do Agr. 1 da A.C.Ex.

III — DESDOBRAMENTO

A) Dispositivo.

1 — Materiais — croquis.

2 — Munições — para as ações antes do ataque — 0,5 U.F. para o material empenhado.

— para a defesa (inclusive contra-preparação) — 2 U.F.

3 — Órgãos de Comando — P.C. em RETIRO.

C.I.T. — junto ao P.C. — aberto desde 1200/2.

P.O. da A.D. — Cota 835 SW do EST. RETIRO.

— Garupa 800 1 km NW de FAZ. SALTO DO CANCAN.

B) Realização do Dispositivo.

1 — Dispositivo realizado — para o apôio ao P.A.G. — até 1700/2.
— para a defesa da P.R. — desde 0630/3.

2 — Reconhecimentos — iniciados na 1ª da jornada de 2. Reconhecimentos do 10º G.O.-105 para a defesa da P.R. a cargo do Agr. A.

3 — Entrada em posição:

a) Materiais — para o apôio ao P.A.G. — tarde de 2.

— para a defesa da P.R. — noite de 2/3.

b) Munições — noite 2/3; excepto para o 10º G.O.-105, de acordo com a Ordem do remuniciamento.

IV — ORGANIZAÇÃO E CONDUTA DOS FOGOS

A) Entrega dos Planos de Fogos até 2100/2.

B) Fogos aproximados.

Particularmente nas regiões: — NW de FAZ. S. ROSA — NW de S. CRUZ e ANT. CARLOS, executados sob a forma:

— durante o dia — tiros observados.

— à noite — inquietações de acordo com plano diário organizado pela A.D.

Desencadeamento:

— de dia — cargo dos Agr. Ap. Dir. nas respectivas zonas de ação.

C) Fogos de contra-preparação.

C.P.1 (região N de FAZ. S. ROSA) — Agrs. W, C, L e A.

C.P.2 (região SW de EST. ANGICO) — Agrs. C, L e A.

Duração — 20 minutos.

Desencadeamento — a ordem do Cmt. da D.I.

D) Regulações.

— para os fogos aproximados — na manhã de 3 mediante ordem da A.D.

— para os fogos de deter — livres após a tomada de contacto com a posição.

E) Consumos consentidos.

— fogos aproximados — 0,5 U.F.

— fogos de contra-preparação e de deter — 2 U.F.

V — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

Silêncio de rádio até a tomada de contacto do inimigo; após, rádio restrito.

VI — PRESCRIÇÕES DIVERSAS

A) Carta de tiro — P.T.T.

B) Boletins meteorológicos — 0400 — 0800 — 1200 — 1600 — 2000 — 2400.

VII — SERVIÇOS

— Para o remuniciamento da noite 2/3 os Grupos serão reforçados nas seguintes condições:

— G.O.-105 — 3 caminhões 2,5 ton com reboque de 1 ton.

— G.O.-155 — 5 caminhões 2,5 ton com reboque de 1 ton.

Distribuição: — Lista A.

Apêndice 1 — Plano de fogos

Gen.

(As.)

Cmt. A.D./4

Confere:

Cel.

.....

Chefe E.M./4ª D.I.

AS PROMOÇÕES NO EXÉRCITO AMERICANO

1º Tenente GUALTER GILL

I — APRESENTAÇÃO

Na organização dos regulamentos americanos houve uma preocupação interessante: a facilidade de serem atualizados, substituídos ou aperfeiçoados.

Assim, são eles sempre publicados em folhas separadas, que são colocadas em um classificador. Toda vez que há modificação em algum regulamento, ou ele é substituído integralmente por outro, ou é imediatamente distribuída para todos os detentores oficiais uma nova cópia, que vai tomar o lugar da antiga no classificador.

Não devemos, portanto, estranhar que leis básicas como a de promoções sejam modificadas quase que anualmente, muitas vezes de maneira radical, com facilidade, e sem trazer o menor entrave administrativo. Para elaborar este artigo lancei mão do regulamento AR 605-12 de 17 de agosto de 1944, do AR 605-12 (o mesmo já alterado) de 13 de agosto de 1946, ambos tratando das promoções temporárias, e ainda dos AR 605-40, AR 605-230 e 600-185.

Entretanto em 1947 uma lei do Congresso, o "Officer Personnel Act", já alterava profundamente os regulamentos acima citados.

2 — CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE "OFFICER PERSONNEL ACT"

I — A seleção dos oficiais qualificados para promoção é um elemento vital no exercício do comando. Uma boa seleção só pode ser alcançada se é dada consideração cuidadosa aos requisitos que a nova posição exige e aos méritos de todos os oficiais candidatos. Além disso, é preciso apresentar aos oficiais uma carreira promissora e assegurar aos melhores,

possibilidade de alcançar os postos mais altos rapidamente.

II — Com este fim foram estabelecidos os seguintes pontos básicos:

a) Haverá dois tipos de promoção: a permanente e a temporária.

b) A promoção será feita na base de seleção (que veremos mais tarde em que consiste) para todos os postos acima de 1º Tenente.

c) Nos postos de Tenente-Coronel, Coronel e General haverá um mecanismo sistemático de reforma, para que não seja diminuído o ritmo de promoções.

d) O tempo de serviço máximo para ser promovido ao posto seguinte será de 7 anos para Capitão, 14 para Major e 21 para Tenente-Coronel. De 2º para 1º Tenente haverá um interstício de 3 anos.

Chamo aqui a atenção para:

1º — Neste tempo não está incluído o tempo como aluno em escola de formação.

2º — Este tempo de serviço é o máximo, não significando que o oficial não possa ser promovido aos postos acima com menos tempo de serviço. Apenas, ao atingi-lo, ele será obrigatoriamente promovido independentemente de vaga, desde que seja selecionado.

e) Eliminar do serviço ativo os oficiais que não forem selecionados para promoção por duas vezes consecutivas, quando lhes couber a vez.

III — Para que haja uniformidade os oficiais serão considerados em uma lista única para efeito de promoção, independentemente de arma e de certos serviços. Somente serão considerados separadamente os médicos, dentistas, veterinários e capelães, devido a suas funções eminentemente técnicas.

Desta maneira são evitados os ressentimentos entre as armas decorrentes de disparidade nas promoções.

IV — Ao invés de comissionar os médicos, dentistas, veterinários e capelães simplesmente como Tenentes, aos mesmos será computado um tempo de serviço, considerado como o necessário para adquirir prática na vida civil. Assim, por exemplo, aos médicos serão computados quatro anos de serviço ao ingressarem no Exército, sendo equiparados aos 1^o Tenentes com um ano de serviço no posto (considerando que o interstício de 2^o para 1^o Tenente é de três anos). Por este sistema é considerado o tempo que aqueles oficiais dispenderam completando sua eficiência profissional fora da academia, tornam-se mais homogêneas as idades de acordo com os postos e assegura-se um maior equilíbrio nas promoções.

3 — COMO SERÃO AS PROMOÇÕES PERMANENTES

I — Os 2^{os} Tenentes serão promovidos a 1^o Tenentes após três anos de serviço no posto. Aquêles que nesta ocasião não estiverem devidamente qualificados para desempenhar funções de oficial, serão licenciados do serviço ativo. O Ministério da Guerra Americano preceitua que os homens que não estão aptos para a carreira militar devem ser afastados o mais cedo possível.

II — Para os postos acima de 1^o Tenente não haverá promoção automática, só se processando quando ocorrerem vagas ou for atingido o tempo máximo de serviço no posto, para os oficiais que forem para isto selecionados. Com este fim serão anualmente organizadas listas, por ordem de antiguidade, com o nome de todos os oficiais em condições de serem promovidos, em uma quantidade que não exceda de 20 % o número de vagas prováveis que ocorrerão no ano seguinte. Estes nomes serão considerados por um Conselho de Seleção (Comissão de Promoções) da seguinte maneira: Para escolher os que serão indicados

para promoção para cada posto será primeiro estudado o mais antigo do posto imediatamente anterior, que será selecionado ou não. Serão da mesma maneira considerados os demais. Os que forem selecionados irão sendo promovidos no correr do ano seguinte, à medida que ocorrerem as vagas, em ordem rigorosa de antiguidade. Os que não forem selecionados permanecerão em seus postos.

III — Serão promovidos independentemente de vagas mas não de seleção os oficiais que completarem o tempo de serviço como oficial 7, 14 e 21 anos respectivamente aos postos de Capitão, Major e Tenente-Coronel.

IV — Em virtude do item anterior é possível que haja temporariamente um excesso de oficiais em determinados postos de determinadas armas. Entretanto eles serão empregados em comissões de estudo e desenvolvimento, como instrutores em escolas, em funções burocráticas, enfim, onde não haja necessidade dos postos serem obedecidos rigorosamente.

V — Os oficiais acima do posto de 1^o Tenente ou os 1^{os} Tenentes, cujos nomes forem retirados da lista selecionada por duas vezes consecutivas, serão licenciados do serviço ativo.

VI — As promoções aos postos de Coronel e General também serão por seleção. As promoções serão feitas apenas quando ocorrerem vagas, não havendo promoção por tempo máximo de serviço.

VII — Os Tenentes-Coronéis, Coronéis e Generais com um ano no posto poderão ter seus nomes nas listas de promoção, para permitir promoções mais rápidas. Entretanto, antes de serem selecionados, deverão ser considerados todos os oficiais mais antigos que eles no posto.

4 — TRANSFERÊNCIA COMPULSÓRIA PARA A RESERVA

I — Depois da I Guerra Mundial foi constatado que Coronéis permaneciam naquele posto até 22 anos sem serem promovidos e bloqueando os demais. Pela nova lei haverá 20 % aproximadamente

de transferências para a reserva, anualmente, nos altos postos, o que assegurará o necessário fluxo de promoções, dando possibilidades dos oficiais mais modernos atingirem os altos postos.

II — Serão transferidos para a reserva:

a) Os Tenentes-Coronéis com 28 anos de serviço.

b) Coronéis e Generais de Brigada com cinco anos no posto e 30 anos de serviço, cujos nomes não tenham sido incluídos na lista de promoções.

c) Generais de Divisão com cinco anos no posto e 35 anos de serviço e que não estejam comissionados em uma função mais alta.

d) Coronéis e Generais de Brigada ao atingirem 60 anos de idade independentemente do tempo de serviço no posto.

e) Generais de Divisão com 62 anos de idade.

III — Os oficiais não selecionados por duas vezes consecutivas para promoção serão transferidos para a reserva.

IV — Os oficiais transferidos para a reserva, que contarem menos de 20 anos de serviço, receberão uma indenização de dois meses de vencimentos por ano de serviço, sem ultrapassar o correspondente aos vencimentos de dois anos. Os que contarem mais de 20 anos de serviço passarão para a reserva remunerada, com uma percentagem dos vencimentos da ativa correspondente a 2,5 % por ano de serviço.

1 — COMO SÃO AS PROMOÇÕES TEMPORÁRIAS

I — As promoções temporárias destinam-se a cobrir a diferença existente entre o efetivo autorizado de oficiais em cada posto e as necessidades do Exército no momento.

Assim, atualmente, por exemplo, devido à ocupação militar americana na Alemanha, no Japão e na Coreia, o número de oficiais necessários orça por 100.000 o que ultrapassa o efetivo autorizado de oficiais do Exército permanente que em 1947 foi de 50.000. Por

isto o Ministro da Guerra é autorizado a efetuar promoções para cobrir estes claros.

II — Em tempo de paz estas promoções são centralizadas no Ministério da Guerra e são feitas levando-se em conta todos os oficiais em serviço ativo, sendo baseadas na antiguidade, seleção, idade e eficiência, dando a todos, independentemente da localização, ou unidade, uma igual oportunidade.

III — Em tempo de guerra estas promoções são descentralizadas para os comandantes dos Exércitos em campanha.

IV — O oficial pode ser rebaixado de sua promoção temporária pelas seguintes razões:

a) Por determinação de um Conselho de Reclassificação, que o julgue inadaptado para as funções que vem desempenhando, mas capaz nas funções de um posto mais baixo.

b) A pedido do próprio oficial que não se julgue em condições de bem desempenhar as funções correspondentes ao novo posto. (Em geral este pedido é feito por sugestão de seu superior ou comandante, para evitar que o oficial seja submetido a Conselho).

c) Por necessidade de redução dos efetivos do Exército.

V — O Ministério da Guerra Americano acredita que as promoções temporárias apresentam duas grandes vantagens:

a) Possibilidade de serem revogadas.

b) Flexibilidade e controle dos efetivos do Exército.

Entretanto, desde que as necessidades em oficiais caiam abaixo dos efetivos existentes, serão suspensas todas as promoções temporárias.

6 — COMO SÃO FEITAS AS INFORMAÇÕES PARA SELEÇÃO

Do que foi exposto verificamos que a responsabilidade na seleção dos oficiais para promoção é muito grande, pois aqueles que não o forem por duas vezes consecutivas depois de seus nomes passarem a constar das listas serão excluídos do serviço ativo.

Entretanto o oficial pode ser selecionado e não ser promovido, por não terem ocorrido as vagas como se presumia. Neste caso, nenhuma sanção sofrerá, evidentemente.

Uma das maiores armas na mão do Conselho é o "Relatório de Eficiência" por meio do qual todos os oficiais são bianualmente analisados pelos seus dois superiores imediatos, sendo estas observações enviadas à Ajudância Geral, em Washington.

7 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo que foi exposto vimos como há uma preocupação muito grande de achar a "melhor solução" para o problema sempre atual das promoções em um Exército, tanto em tempo de paz como de guerra.

A mais recente lei a respeito, que data de 1947, e que foi a que procuramos resumir, vem substituir duas outras bem recentes. Não há estagnação. Conselhos de Estudo os mais variados, compostos não somente de oficiais do Exército mas também de civis, de comprovada eficiência, estão sempre em ação e os regulamentos estão sempre sofrendo constantes alterações, com o fim de melhorar sempre.

Por este Ato do Congresso vemos que tanto a seleção como a eliminação dos elementos menos capazes começa dos mais baixos postos. As promoções são mantidas sempre vivas pela transferência compulsória para a reserva dos mais antigos.

Tornando equiparadas as promoções entre as armas e os serviços, por meio de uma lista única, mantém alta a moral entre os oficiais e não cria ambiente propício a descontentamentos.

Vemos não somente assegurada a promoção dos mais capazes como garantido o direito de promoção ao posto imediato depois de um determinado tempo de serviço, de uma maneira genérica e universal, não atendendo a casos particulares e imediatos como aconteceu recentemente entre nós.

O excesso no posto ou na arma

é resolvido de uma maneira inteligente, jogando com as funções que não são propriamente de tropa, o que permite, como uma válvula de escape, estabelecer o equilíbrio entre o excesso de oficiais em um determinado posto ou em uma determinada arma e o número existente de vagas.

Há uma grande preocupação de ter oficiais jovens nos postos superiores. Com este fim é requerido somente um ano de interstício como Tenente-Coronel ou como Coronel para ser o oficial promovido a Coronel ou General. Em hipótese alguma há limite mínimo de idade para promoção a determinados postos, como acontece em nosso Exército, o que acarreta poder um oficial capaz e mesmo excepcional ser ultrapassado por outro mais moderno, simplesmente por ter este nascido um ou dois anos antes.

O mecanismo de informações a respeito dos oficiais é o mais científico possível. O "Relatório de Eficiência" é uma obra notável dos maiores conhecedores de testes e métodos de computagem e apreciação dos indivíduos da nação americana, tanto civis como militares.

Torna esta operação o mais matemática quanto é materialmente possível, elimina de uma maneira ponderável a possibilidade de informações desonestas com o fim de beneficiar ou prejudicar e dá ao Ministério da Guerra uma apreciável fonte de consulta sobre seus oficiais, que se presta não somente às promoções mas também às seleções mais variadas tais como indicação para cursos, funções a desempenhar, etc.

Sei perfeitamente que alguns dos itens vistos anteriormente neste artigo não poderiam ser adotados em nosso Exército por entrarem em conflito com alguns regulamentos básicos nacionais, mas espero ter trazido à atenção dos oficiais brasileiros muitas sugestões interessantes, que deram ótimos resultados no Exército Americano e que talvez venham a resolver problemas julgados até agora insolúveis.

SÍNTESE DE ESTUDO SÔBRE OS PROBLEMAS DO BRASIL

Major JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I — INTRODUÇÃO

A Geografia, a História e a Religião, são os três grandes fatores do progresso material, intelectual e espiritual dos povos.

A influência da Geografia sobre o progresso material, através dos recursos naturais (fisiografia) e econômicos (produção e transportes) é fundamental e decisiva.

A interferência da História sobre o desenvolvimento intelectual se faz através da formação etnográfica, da evolução política e das descobertas científicas.

A Religião é a base do valor espiritual porque ensina os princípios a serem observados pelo indivíduo no seio da humanidade. O atraso econômico, político e social é pois uma consequência direta da deficiência destes fatores.

Assim, o atraso do Brasil em relação aos países mais adiantados, tem fundamentos nas fatalidades geográficas (particularmente a falta de carvão e petróleo — forças propuloras do progresso até o presente), nos defeitos da formação etnográfica e da evolução política, e na falta de conhecimentos dos princípios que devem reger todos os pensamentos e ações dos homens.

II — EXPOSIÇÃO

A) Problemas sociais

1 — Problema de Educação (analfabetismo e deficiência geral de instrução)

Os defeitos da formação etnográfica, o desinteresse pelo saber e as deficiências do ensino são as causas principais. A consequência é a incapacidade intelectual.

Para resolver este problema, cabe ao Governo difundir o ensino primário; simplificar o ensino secundário, tendo em vista torná-lo atraente e objetivo; ampliar o ensino profissional, tendo em vista a crescente necessidade de técnicos; valorizar o ensino superior, verdadeiro instrumento da cultura nacional. Por sua vez, o povo deve dedicar mais tempo ao estudo sem, entretanto, prejudicar as distrações salutaras ao espírito e ao corpo, tão necessárias à vida quanto o saber.

2 — Problema de Saúde (alta porcentagem de doentes e mortalidade infantil)

As deficiências de alimentação e as precárias condições sociais são as causas principais; a incapacidade física é a consequência. As providências indicadas são: difundir a Educação Física e os princípios de higiene e alimentação, promover recursos médicos preventivos e curativos.

3 — Problema de Povoamento (desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior e entre o norte e o sul)

Os defeitos da formação etnográfica, as facilidades de vida no litoral e as dificuldades fisiográficas do norte são as causas principais.

O desequilíbrio econômico entre a produção e o consumo, a escas-

sez de mercadorias e o encarecimento da vida são as consequências mais importantes.

Eleva o padrão de vida das populações do interior, tendo em vista reduzir o desequilíbrio demográfico, econômico e social entre o litoral e o interior; a fertilização da terra e a mecanização da lavoura e da pecuária; e a recuperação econômica do norte e do nordeste, são as providências indicadas.

4 — *Problema de Habitação* (desequilíbrio entre a população rural e a população urbana)

A falta de recursos do interior é a causa principal.

O congestionamento das cidades, o abandono do campo e as dificuldades de ordem geral são as consequências.

Mostrar à Nação os inconvenientes da aglomeração nas cidades; promover a instalação de indústrias relacionadas com a habitação e a alimentação na orla do planalto (fábricas de cimento, comestíveis, etc.) são as medidas indicadas.

5 — *Capacidade para o Trabalho* (fraco rendimento de trabalho)

A falta de instrução e saúde é a causa principal; a deficiência de produção cada vez mais acentuada e o atraso econômico são as consequências mais importantes.

A providência indicada consiste em empreender inteligente campanha para demonstrar que o ritmo da prosperidade nacional deriva do rendimento de trabalho "per capita" e que este rendimento depende do vigor físico e do preparo do cidadão.

B) Problemas Econômicos

1 — *Deficiência de Transportes* (fraco rendimento das ferrovias, má categoria das rodovias, falta de navios e aparelhamento dos portos)

As causas principais deste importante problema são: a configuração fisiográfica do País, a falta de combustíveis (carvão e petróleo), o reduzido aproveitamento do potencial hidroelétrico,

e as deficiências da produção siderúrgica.

As dificuldades à circulação da riqueza (obstáculo à prosperidade econômica) e a deficiência para os transportes militares (dificuldades à defesa), são as consequências.

As providências indicadas devem ter em vista: melhorar as estradas de ferro para aumentar o rendimento das mesmas (problema de siderurgia e energia); ampliar a rede rodoviária e pavimentar os eixos principais (problema do petróleo e do cimento); reaparelhar os portos e renovar a frota mercante; estabelecer rotas e bases aéreas sobretudo nas direções em que as comunicações de superfície são precárias.

2 — *Problema Agro-Pecuário* (escassez e encarecimento dos gêneros alimentícios nos mercados consumidores)

A falta de meios de transportes rápidos e apropriados entre os centros produtores e consumidores, e o abandono da lavoura e da pecuária em vista das vantagens oferecidas pelas indústrias instaladas no litoral, são as causas principais.

O desequilíbrio econômico entre a produção e o consumo e entre a produção agro-pecuária e a produção industrial; o comércio ilícito e a inflação são as consequências mais importantes.

Melhorar as comunicações do interior para o litoral, tendo em vista facilitar o escoamento da produção; mecanizar e fertilizar a lavoura, tendo em vista aumentar e melhorar a produção agro-pecuária; instalar usinas, fábricas, frigoríficos, etc., nas proximidades das áreas produtoras e não no litoral; são as providências indicadas.

3 — *Problema de Combustíveis* (falta de carvão e petróleo — forças propulsoras da economia)

As contingências fisiográficas, o atraso na exploração das jazidas nacionais e a exploração econômica estrangeira são as causas principais.

O atraso econômico em relação aos países produtores de carvão e petróleo e a dependência econômica são as consequências.

Intensificar a exploração das jazidas em produção, construir usinas para refinar o petróleo bruto importado, tendo em vista reduzir a evasão do capital; adquirir meios de transportes apropriados à importação do óleo bruto e à distribuição dos derivados da refinação; controlar os interesses da economia e da defesa nacional, tendo em vista evitar a interferência dos "trusts" nos negócios do Estado; são as providências mais indicadas.

4 — *Problema Siderúrgico* (dificuldades de fabricação)

O atraso da Siderurgia Nacional (falta de visão no passado ou influência econômica estrangeira); a falta de carvão, as dificuldades financeiras e as restrições consequentes da guerra são as causas principais.

A dependência econômica cada vez mais acentuada (as necessidades aumentam à medida que o tempo avança) e a crescente evasão de capital (empobrecimento) são as consequências.

Explorar os recursos de energia elétrica — força propulsora do presente; desenvolver a Siderurgia Nacional, tendo em vista proporcionar ao País os meios para acelerar o seu progresso (máquinas para a lavoura e para a indústria, material para as oficinas das estradas de ferro e para os estaleiros navais), isto é, benefícios à produção, à fabricação e aos transportes, são as providências mais indicadas.

C) *Problemas Financeiros*

1 — *Dívida cada vez maior*, em razão do crescente aumento das necessidades.

O abuso da importação, os déficits e os gastos supérfluos são as causas principais.

A evasão de capital, o desequilíbrio entre a importação e a exportação e o aumento de impostos são as consequências.

Reduzir a importação dos artigos indispensáveis ao desenvolvimento econômico do País; melhorar a qualidade e aumentar a

quantidade dos produtos de exportação, tendo em vista a ampliação dos mercados consumidores; restringir as despesas; são as providências indicadas.

2 — *Inflação* (desequilíbrio entre os meios de pagamento e o volume da produção)

O desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior, o desequilíbrio econômico entre o consumo e a produção, o desequilíbrio financeiro entre o valor da mercadoria e o valor da moeda, são as causas principais.

O encarecimento da vida, as emissões e a desvalorização da moeda são as consequências.

Fomentar a produção (medida econômica); suspender o recurso da emissão (medida financeira); controlar a importação tendo em vista evitar que a evasão de capital prejudique o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro; são as providências indicadas.

D) *Problemas Políticos*

1 — *Preservação do Regime Democrático*

As consequências da guerra e a crise moral são as causas do enfraquecimento do regime.

As explorações, a incompreensão e a desconfiança, são as consequências.

Resguardar a Nação contra os perigos que ameaçam o Regime Democrático (soberania, liberdade e direito do povo); preservar o progresso moral contra as paixões da alma (egoísmo, ambição e orgulho); cultivar o amor ao próximo, a verdade e a justiça; são as providências indicadas.

2 — *Falta de Cooperação*, entre os Poderes da União, entre os Partidos Políticos, entre os Estados da Federação e entre o povo e o Governo.

As deficiências de formação política e os defeitos da evolução política são as causas principais.

A desarmonia em lugar do entendimento, as dificuldades para resolver os problemas nacionais, a perda de tempo e o atraso são as consequências.

O estudo de Geopolítica, História, Direito e Religião, por parte dos homens que ocupam funções de relêvo no País, tendo em vista orientar as suas ações de acordo com os interesses do Estado e com os princípios da razão e os sentimentos humanitários, parece muito indicado.

III — CONCLUSÕES

1 — Os problemas do Brasil são próprios da Nação, isto é, da terra e do povo.

2 — Os Governos não poderão resolver estes problemas sem a colaboração geral do povo.

3 — Devem os Governos orientar e coordenar a mais ampla discussão sobre os Problemas Nacionais tendo em vista identificar a Nação com os mesmos e sentir a opinião pública para que as consequências dos sucessos ou fracassos nas soluções adotadas sejam da responsabilidade do próprio povo.

4 — As ações para recuperar o atraso e acelerar o progresso do Brasil devem ser dirigidas especialmente sobre:

— a exploração das fontes de energia, sobretudo as de energia elétrica;

— a siderurgia, tendo em vista proporcionar ao País meios próprios para o desenvolvimento da

produção agro-pecuária, da indústria e dos transportes;

— os transportes, tendo em vista aumentar o rendimento das estradas de ferro, melhorar a categoria das rodovias, ampliar os portos e renovar a frota mercante, para facilitar a circulação e assegurar a Defesa Nacional;

— a fertilização da terra e a mecanização da lavoura, tendo em vista aumentar e melhorar a produção agro-pecuária.

5 — Todas estas ações devem ser dirigidas no sentido de desfazer:

— o desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior e entre o norte e o sul;

— o desequilíbrio social entre as classes sociais (maioria pobre e ignorante — minoria rica e negociante);

— o desequilíbrio econômico entre a produção e o consumo e a importação e exportação;

— o desequilíbrio financeiro entre o valor da mercadoria e o valor da moeda.

6 — Como a prosperidade econômica e a soberania nacional, isto é, o progresso e o futuro da Pátria dependem da solução destes problemas, estudá-los e ajudar a resolvê-los é um imperativo da consciência e do sentimento de todos os brasileiros.

"...a potência militar duma nação não deve ser determinada pela importância dos exércitos que ela mantém em tempo de paz, mas pelo número e qualidade de suas reservas bem instruídas, e pela rapidez com que pode constituir corpos de exército e divisões, com essas reservas."

("Idéias sobre a organização militar de uma nação e sobre o comando" — Marechal Visconde de MONTGOMERY DE ALAMEIN.)

Casa Rádio Luz Limitada

Importadora — Materiais para rádio e eletricidade em geral —
Receptores de rádio — Kits — Peças — Artigos para presentes
— Lustres — Abat-jours — Fantasias — Utilidades domésticas

RUA SÃO BENTO, 540 — FONES 2-5885 e 2-3500

End. Teleg. "RADIOLUZ" — Caixa Postal, 915 — São Paulo

EFEITOS DA DESINTEGRAÇÃO ATÔMICA

Conferência realizada pelo Capitão **HERNANI A. L. AMORIM**, no Centro de Estudos do Serviço de Saúde da 1ª R.M.

I — OBJETIVO

Na nossa conferência, desejamos mostrar aos Senhores que a utilização da energia nuclear na guerra, pela primeira vez, contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, veio fazer com que todos os conceitos táticos e estratégicos tivessem de ser revistos, bem como as organizações, e distribuição das forças terrestres, navais ou mesmo das instalações civis e militares dos diversos países.

II — EMPREGO

A bomba atômica é uma modalidade de arma que se destina, principalmente a ser utilizada com fins estratégicos, dado não só o seu grande efeito, como também o seu custo de produção.

Uma de suas finalidades, como arma estratégica, é abater o moral da população civil do país inimigo e, em consequência, forçar uma decisão contrária aos desejos do governo do país atacado.

Foi visto na última guerra que o emprego de duas bombas desse tipo acelerou sobremaneira o fim da conflagração que ameaçava durar, ainda, por vários meses, num desperdício incalculável de vidas, materiais e tempo.

III — IMPORTANCIA

Do fato de ser a bomba, principalmente, utilizada contra zonas de retaguarda, conclui-se que seja necessário criar um sistema de defesa contra essa arma, da qual faça parte integrante — e de grande im-

portância — a instrução e treinamento das forças armadas e da população em geral, no sentido de evitar o grande efeito desmoralizante da arma, bem como permitir que sejam tomadas, com precisão e rapidez, as medidas de proteção e socorros necessários no caso.

IV — O ATOMO

Para podermos compreender perfeitamente não só o fenômeno da desintegração nuclear, da qual resulta a explosão da bomba, como os seus efeitos, torna-se interessante recapitularmos certas noções de física e química já conhecidas, o que fazemos procurando, de um modo sucinto, explicar os complexos fenômenos que se passam durante a desintegração.

Sabemos que até o fim do século passado, o átomo era considerado como sendo a menor partícula de matéria capaz de existir isoladamente e, por isso mesmo, indivisível. A descoberta da rádio-atividade e o estudo dos corpos rádio-ativos, nos quais se salientam as figuras de BECQUEREL e do casal CURIE, vieram modificar pouco a pouco o conceito existente e daí surgiram várias hipóteses para explicar os diversos fenômenos que iam sendo estudados. Dentre as hipóteses acima referidas, surgiu a da constituição do átomo, por Lord RUTHERFORD, pelo qual aquele era considerado como sendo constituído de uma parte central, contendo toda a massa do átomo, e carregada de eletricidade positiva e de uma série de partículas elétricas negativas, de massa despre-

zível, girando constantemente e em grande velocidade em torno da parte central.

Esta, denominada *núcleo*, podia ser comparada ao sol no nosso sistema solar, em torno do qual giram as cargas elétricas negativas chamadas eletrões, de modo semelhante aos planetas.

A fim de que o átomo se mantivesse eletricamente neutro, o número de eletrões era, pela hipótese, igual ao de unidades elétricas positivas do núcleo.

Estudos posteriores, baseados em certos fenômenos que não se subordinavam àquela hipótese, fizeram com que se fôsse, pouco a pouco, modificando ou aperfeiçoando a hipótese de RUTHERFORD, até que hoje, conquanto permaneça a ideia básica inicial, a hipótese da constituição do átomo é ligeiramente diferente.

Assim, por exemplo, para explicar a existência de corpos com a mesma carga elétrica e pesos diferentes (os chamados isótopos), foi introduzida a hipótese de existirem, no núcleo, unidades de massa sem carga elétrica, e essas unidades foram chamadas *neutrões*.

Podemos, então, resumindo a hipótese atualmente aceita da constituição de um átomo, dizer que ele é composto de um núcleo central eletropositivo, contendo partículas carregadas de eletricidade — prótons — e partículas sem eletricidade — neutrões; em torno desse núcleo, girando em órbitas mais ou menos definidas, se encontra uma série de cargas elétricas negativas — os eletrões.

V — FENÔMENO DE DESINTEGRAÇÃO

A força que mantém grupadas essas diversas partículas é bastante grande, de modo que, até bem pouco tempo, não se dispunha de nenhum aparelho ou processo capaz de interferir no átomo, separando as suas partes, principalmente as componentes do núcleo.

No entanto, podia-se supor que se fôsse possível quebrar o núcleo de um átomo, a energia libertada seria bem grande e se por um meio

qualquer se conseguisse fazer com que o fracionamento de um núcleo conduziisse ao de um outro, no seio da matéria, a energia assim libertada pelos diversos fracionamentos poderia atingir a valores tais que pudesse ser utilizada pelo homem para mover máquinas, fornecer calor, luz, etc. e mesmo, libertado de um modo instantâneo, produzir uma fortíssima explosão.

Assim, os cientistas dos diversos países se lançaram à busca de um processo que permitisse, não só fracionar um átomo, mas, ainda mais, fazer com que esse fracionamento se transmitisse aos demais átomos.

Logo na escolha da substância a ser desintegrada, surgiram grandes dificuldades que, estudadas, contornadas ou eliminadas, fizeram com que se chegasse a conclusão de que só os corpos pesados poderiam ser desintegrados, devido à sua já pequena estabilidade, pois que já estão se desintegrando, constantemente, pelo processo denominado rádio-atividade natural.

Entre os corpos que poderiam ser desintegrados, surgiram, com grandes possibilidades, o tório e o urânio, sendo que esse último seria talvez o mais fácil de desintegrar, por ser o mais pesado elemento existente.

O urânio, porém, apresenta três isótopos, de pesos atômicos 234, 235 e 238; o trabalho sobre eles foi feito durante anos e conseguiu-se com grandes esforços obter a desintegração do isótopo de peso atômico 235. Essa desintegração foi obtida pela primeira vez pela cientista alemã Dra. LISE MEITNER, trabalhando em ligação com o Dr. OTTO HAHN.

Porém, o U235 existe, no urânio comum, na proporção de 1 para 140 partes de U238, de modo que era necessário isolar uma quantidade suficiente de átomos de U235 para que se pudesse conseguir que a desintegração de um átomo produzisse a de um átomo vizinho.

O processo de desintegração que foi possível obter consistiu em lançar sobre o U235 um feixe ou jato de neutrões, únicas partículas capazes de penetrar até o núcleo do

átomo, pois, desprovidas de carga elétrica, não eram influenciadas pelo campo negativo formado pelos elétrons.

Quando um neutron atinge o núcleo de um átomo de U235, éle o parte em duas partes de pesos aproximadamente iguais, formando, portanto, duas outras substâncias.

Ao mesmo tempo é libertada uma grande quantidade de energia e, o que é bem importante no caso, ficam livres alguns neutrões, que assim vão se chocar de encontro a átomos vizinhos, repetindo o processo.

É a chamada reação em cadeia e, se não fôr detida por qualquer processo, irá se transmitir a toda a massa do urânio, dando como resultado uma explosão fortíssima.

Em resumo, o fenômeno da desintegração consiste em partir o núcleo do átomo de urânio por meio de um bombardeio com neutrões; essa desintegração dá origem a dois outros elementos, liberta grande energia e os neutrões necessários para a desintegração de outros átomos, mantendo a reação em cadeia.

VI — EFEITOS DA EXPLOSAO

Até esse momento, vimos como se dá a desintegração.

A seguir, estudaremos os efeitos resultantes da explosão obtida, baseados nas explosões de Hiroshima e Nagasaki e, ainda, nas experiências dos "atolls" de Bikini e Eniwetok.

A) Efeitos imediatos

Ao explodir uma bomba atômica, a energia e os neutrões libertados quase instantaneamente dão origem a uma súbita explosão, que produz, no ponto de arrebentamento, uma onda de choque que, semelhante à do alto explosivo, começa a se expandir em forma de esfera crescente, em velocidade maior que a do som.

Essa onda nada mais é que uma súbita compressão do ar no ambiente, fazendo com que a pressão atmosférica se eleve de várias libras por polegada quadrada.

Após a passagem da onda por um ponto do espaço, há uma diminui-

ção de pressão, consequência da grande alta.

Essa variação brusca se dá por um tempo que, no tipo de explosão estudado vai até um décimo do segundo. A proporção que a onda se afasta, ela vai perdendo sua força até desaparecer.

O fenômeno é semelhante para qualquer explosão, porém, no caso da bomba atômica é de grande importância em virtude da força obtida e do tempo durante o qual se exerce a pressão.

Comparada com a explosão do trotil (T.N.T.), a explosão tem uma força muito maior devido a uma onda de choque muitíssimo mais forte e com a duração cerca de 100.000 vezes a da onda de T.N.T.

Essa pressão é responsável pelos desabamentos e destruições em torno do local da explosão. Geralmente diz-se que foi o "sopro" da explosão que produziu tais resultados.

Em Hiroshima, dentro do raio de uma milha (1.600 m) foram severamente danificados vários edifícios de construção de alvenaria e mesmo os de concreto, sofreram graves danos, num raio de 600 metros aproximadamente.

O fenômeno da explosão estudado, diz respeito a qualquer explosivo, de modo que a não ser em força e duração, é semelhante a qualquer explosão.

No entanto, além da onda de choque, a bomba atômica produz uma série de radiações, que só ela pode produzir, isto é, que a diferem de qualquer outra bomba jamais produzida. Essas radiações podem ser grupadas em:

- 1 — Espectro eletro-magnético;
- 2 — Neutrões;
- 3 — Partículas alfa;
- 4 — Partículas beta.

1 — As radiações do espectro eletro-magnético consistem em vibrações do éter, em diversas frequências, produzindo os efeitos luminosos, caloríficos, ultra-violeta e os raios gama.

a) *Luz*:

A luz produzida no momento da explosão é devida à grande elevação de temperatura, que faz com que fiquem incandescentes os gases existentes junto do ponto da explosão.

Essa luz é fortíssima e pode produzir cegueira temporária de quem olhar diretamente para ela, sem proteger os olhos.

A cegueira, contudo, não é permanente pois o organismo refaz o tecido da retina que foi queimado.

A proteção consiste em desviar os olhos da zona luminosa.

b) *Raios ultra-violeta*:

Esses raios são semelhantes aos existentes na luz solar, se bem que em maior intensidade pois a origem está muito mais próxima do terreno.

Produzem queimaduras da pele como as do sol, porém, uma exposição de poucos segundos equivale a várias horas ao sol.

A proteção contra eles consiste no uso de vestimentas de cor clara, que os reflete facilmente, impedindo sua penetração.

c) *Raios infra-vermelhos*:

No momento da explosão há uma grande produção de calor e esses raios caloríficos são responsáveis pela combustão de material facilmente inflamável, até uma distância de 2.000 metros da explosão.

Em Hiroshima as roupas das pessoas se inflamavam a essa distância. Presume-se que, até 600 metros, a elevação da temperatura vai a 2.000° centígrados.

Eles poderão produzir queimaduras na pele exposta a grande distância e o uso de roupas escuras, que não os refletem pode conduzir a queimaduras mesmo na pele coberta.

Ao contrário, o uso de roupas claras e colocadas frouxamente é uma boa proteção.

d) *Raios gama*:

De todos os efeitos imediatos da explosão atômica são, talvez, os raios gama os que maior ação têm sobre o organismo animal.

Semelhantes aos raios-X, porém de uma intensidade muito maior que a obtida com aqueles, os raios gama têm um poder de penetração e um alcance tal que praticamente é impossível obter uma boa proteção contra eles. A distância de 1.600 m (1 milha) é necessária uma espessura de 0,80 m de concreto para proteger um homem.

Os principais efeitos sobre o organismo são:

1) *Perda de cabelo*. Cerca de duas semanas após a exposição, há perda temporária de todo o cabelo.

2) *Ação sobre o aparelho digestivo*. Logo após a exposição, surgem náuseas e vômitos, seguidas de lesões nos tecidos da boca e garganta.

Alguns dias após, aparece uma diarreia sangüínea.

3) *Efeitos sobre os órgãos reprodutivos*:

Sabe-se que as células, quanto mais jovens mais facilmente são destruídas por esses meios. Assim, as células reprodutoras, muito jovens, são em grande parte destruídas, produzindo esterilidade temporária.

Parece que os órgãos femininos são mais facilmente atingidos que os masculinos.

4) *Efeitos sobre os órgãos formadores de sangue*:

Esse tipo de raio, penetrando na medula dos ossos, destrói as células formadoras de corpúsculos vermelhos do sangue, produzindo anemia e fraqueza geral. A resistência orgânica às doenças desaparece quase totalmente e os atingidos pelos raios devem ser tratados com todos os cuidados de assepsia, inclusive transfusões sangüíneas e emprego de penicilina para evitar qualquer infecção, que poderá ser fatal.

2 — Os neutrões são emitidos em grande número no momento da explosão.

Seus efeitos sobre o organismo não são bem conhecidos. No entanto, seu efeito principal consiste em tornar rádio-ativos vários sais com que entra em contacto.

3 — Partícula Alfa.

Essas partículas consistem em núcleos de hélio e são muito pesadas, de modo que atingem, por si sós, uma distância muito pequena, não podendo, portanto, causar dano a pessoa alguma. Se, no entanto, por um meio qualquer, chegarem a um indivíduo, só terão efeito se respiradas na poeira, por exemplo, ou engulidas por meio de alimentos contaminados. Ai, atingirão as medulas dos ossos destruindo as células formadoras de sangue. As pessoas que tiverem de trabalhar em locais onde houve uma explosão atômica, deverão usar máscaras contra gases (a existente é eficaz) e não deverão fumar, beber ou comer enquanto na área.

4 — Partícula Beta.

O alcance destas partículas é de poucos metros, de modo que não constituem perigo, no momento do arrebrandamento. Contudo, os resíduos da explosão são emissores dessas partículas e podem atingir o indivíduo provocando os mesmos efeitos das partículas alfa.

B) Efeitos Retardados

Os efeitos retardados da explosão são devidos a:

a) Material não desintegrado: Nem todo o material que constitui bombas se desintegram, mas pela explosão é reduzido a pó e lançado a grande distância, levado pelo vento. Esse material emite partículas alfa, que respiradas irão causar os danos já mostrados.

b) Material resultante da desintegração: O urânio ao se desintegrar se transforma em substâncias rádio-ativas naturais que emitem partículas beta e gama.

c) Átomos de urânio: Alguns átomos de urânio podem não se ter desintegrado e são espalhados pela explosão, emitindo partículas alfa e beta, sem perigo a não ser que respiradas sob a forma de poeiras contaminadas.

d) Neutrões: Essas partículas são semelhantes às "alfa" e "beta" com a diferença de terem grande

poder de penetração. Tornam rádio-ativos vários corpos com os quais entram em contacto e, dessa maneira, esses corpos passarão a constituir material contaminado, que emitirá por algum tempo partículas "beta" e "gama".

Nos testes de Bikini, as águas do atol ficaram com o sal rádio-ativo emitindo radiações perigosas até vários dias após o teste.

VII — RESUMO

Vimos, assim, que o emprego da bomba atômica provoca, além da ação explosiva semelhante a de qualquer explosivo, perigos devido às diversas radiações e contaminações resultantes da desintegração nuclear.

Estudamos o grande efeito dessas radiações e podemos concluir, apoiados nos relatórios dos técnicos norte-americanos, que até 1.600 metros do ponto de explosão, qualquer indivíduo desabrigado, ou ligeiramente abrigado, será atingido fatalmente por vários tipos de irradiação e nenhum socorro poderá ser prestado. Além dessa distância, ou até algum tempo depois, será perigoso a penetração, moradia ou trabalho no terreno circundante.

Essa bomba foi a primeira onde foi utilizado o princípio da desintegração nuclear.

Os estudos continuam em ritmo acelerado e os próprios norte-americanos já falam em bombas mil vezes mais fortes como a de hidrogênio.

Assim, podemos imaginar que em guerras futuras haverá largo emprego desse tipo de bomba, desde que não haja perigo de represália.

VIII — BIBLIOGRAFIA

1 — "Radiological Defense Indoctrination Course for Armored Force Schools" — Publicação reservada do Chemical Corps School-Army Chemical Center-Maryland — USA.

2 — Por que se desintegram los átomos — obra por K. SALOMON.

3 — Liberação explosiva da ener-

gia intra-nuclear. Bomba atômica — Pelo Ten.-Cej. ORLANDO RANGEL.

4 — Brinda-nos a Física com a técnica nuclear — Por E.U. CONDON, diretor do Bureau de Normas do E.U.A.

5 — Atomic Warfare and the Veterinary Profession — por WAYNE O. KESTER e EVERETT B. MILLER.

6 — The atomic age opens — preparado pelos editôres do Pocket Book.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, diminuir o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

QUE É INFLAÇÃO MONETÁRIA?

Extraído de "La Monnaie", de LOUIS BAUDIN,
pelo Cel. J. B. MAGALHÃES, da 1ª classe
da reserva do Exército

A inflação monetária é sempre uma fonte de injustiças. Só a defendem os que por ela são beneficiados ou os que o fazem por leviandade ou ignorância. Os beneficiados economicamente (profiteurs), são os seus campeões. Os primeiros, dizem que ela estimula a produção e têm sua falaciosa argumentação, apoiada pelas aparências enganosas do início de um movimento inflacionista, com que se perturba o entendimento dos homens comuns. Estes vêem surgir certas construções e crescer a expressão numérica do seu dinheiro e não se dão conta de que aquelas são consequência de um estímulo enganoso e de que diminuiu o poder de compra deste por se haver diminuído o valor real da sua unidade.

Pensam que estão enriquecendo...

A euforia, porém, que isto causa, dura pouco. Logo sobrevêm dificuldades e sofrimentos, com os efeitos fatais do prosseguimento da inflação: alta contínua de preços, aumento da especulação em desfavor da produção, instabilidade do valor cambial do dinheiro, subida das taxas de juros, etc. etc.

Subversão, na situação social dos indivíduos.

Os segundos, os exploradores da demagogia política, gestam dela, entre outras razões, porque lhes permite pugnar pelo reajustamento dos salários e assim agradar à massa dos votantes nas eleições. Mas este reajustamento não se faz sem perda de tempo, acompanhando "pari-passu" a desvalorização da moeda e só se realiza de-

sigualmente para as diversas categorias de assalariados... Jamais alcança o nível relativo do valor efetivo do dinheiro, para toda a gente, nos momentos de estabilidade monetária, permitindo uma vida de sua situação estável, conhecida pelos indivíduos.

A inflação, porém, é ainda mais. É imoralidade política e dos políticos. Fere desigualmente os habitantes do país em que se a faz, sem nenhum respeito pelos legítimos interesses de cada qual e pelos seus méritos dignos de apreço. Suas mais lastimáveis vítimas são os possuidores de pequenas economias, os que as guardam em bancos ou caixas econômicas ou as empregam em títulos do Estado. Estes com a perda de valor da unidade do dinheiro vêem suas rendas e os títulos, nominalmente sempre os mesmos, diminuir continuamente, de modo efetivo, seu valor.

Mas enquanto isto se dá, e aqui está grande injustiça, os abonados, cujos dinheiros se empregam em ações de empresas que lucram com a alta de preços, ou em moeda estrangeira, que tanto mais vale quanto mais decresce o valor da unidade da moeda nacional, lucram.

Com a inflação, além de tudo isto, quem tem dívidas a pagar ganha tanto quanto perdem os credores seus, porque se mantém a expressão nominal delas mas o dinheiro perde em valor ou poder de compra...

Todos estes efeitos se viram vivamente na inflação alemã de

1922-1923 e se vêem em tôdas as outras.

Ao comentar os efeitos da alemã a que nos referimos, diz Louis Baudin:

"O pior é a crise de moralidade que a inflação produz. O hábito de enriquecer a custa dos criadores, de desprezhar a importância da economia, de contar com o crédito, de lucrar com as especulações, de viver na instabilidade, no efêmero, acaba por deteriorar a mentalidade mesma do povo alemão."

O que se tem passado no Brasil depois de 1930, notadamente após o desenrolar do movimento inflacionista, efetuado aceleradamente a partir de 1940, cuja mais lídima expressão é o *negocismo* com que se macula ainda a nossa juventude, bem nos permite compreender a nocividade de uma política monetária inflacionista.

Arruína tudo...

Isto é só o que significa a inflação monetária, tanto mais pejorativamente quanto menos se pode explicá-la por um motivo de calamidade pública, como sói ser uma guerra a fundo...

A AÇÃO CORRUPTORA DA INFLAÇÃO

"The Economist", de Londres, de 24 de dezembro último (1949), observa que há 250 anos nota-se na Inglaterra uma recrudescência de crimes por fraudes, sempre que há inflacionismo monetário. Parece natural tal fenómeno pela desorganização geral que a inflação provoca nas atividades econômicas e sociais, relaxando os costumes. De resto, a inflação é já, por si mesma, uma fraude.

Os seus malefícios do ponto de vista social, vêm-se facilmente, entre nós, compulsando o noticiário dos jornais, cujas páginas vêm cheias de escândalos de negociatas; de carações, de burlas de variadas espécies, fatos denunciadores de grave descontrolo do sistema social.

Nas Ilhas Britânicas, verificam-se mais uma vez tais efeitos maléficos do inflacionismo monetário, como assinala "The Economist" apoiado numa estatística criminal relativa à Inglaterra e ao País de Gales. Conforme os dados aí consignados os crimes, por *vigarrismo* e *falsificações diversas*, foram, em 1945 — 14.007; em 1946 — 14.879; em 1947 — 19.615; em 1948 — 21.067. Mas "The Economist" faz ver que estes foram somente aqueles de que a Justiça tomou conhecimento...

E ainda há ingênuos que não vêem mal algum em cobrir déficits, em estimular a produção, em fomentar progressos só por efeito de papel moeda fabricado, olhado como uma espécie de pedra filosofal...

J.B.M.

QUE VALE O DINHEIRO?

"É importante ver-se bem nitidamente o fato: — o capital constitui-se de utilidades e não de dinheiro. O homem de negócios muitas vezes refere-se ao capital falando em dinheiro, mas se nós o inquirimos a respeito minuciosamente, verificamos que o que realmente o interessa são as utilidades que pode obter com o seu dinheiro, e que simplesmente por comodidade é que as exprime em dinheiro."

(Fundamentals of Economics, 5ª Ed., N. Y., 1949, Paul F. Gimmell.)

O NOVO REGULAMENTO DE OPERAÇÕES E A BATALHA DE MONTE CASEROS

Cap. AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA

JUSTIFICATIVA

I — Durante o ano letivo de 1948, quando cursávamos o 1º ano da E.E.M., foi determinado pelo curso de História Militar, a elaboração de um estudo da Batalha de Monte Caseros com ênfase especial sobre a atuação das forças brasileiras.

II — Coube ao autor dêste, participante de uma das equipes de trabalho, a elaboração da parte referente "às conclusões sobre o papel do comando; papel do E.M.; ação e importância das diferentes armas na Batalha; ligações de comando e ligações das armas na Batalha".

III — A fim de observar aquele feito histórico à luz dos conhecimentos militares modernos, resolvemos situá-lo no quadro das conceituações e terminologia do nosso atual C-100-5 (Regulamento de Operações).

IV — Em virtude de haver sido solicitado por vários camaradas a difundir êste despretencioso estudo, o autor apresenta-o ao nosso órgão de classe, a "A Defesa Nacional", para apreciação e julgamento do mérito de sua divulgação.

V — As opiniões aí manifestadas são da inteira responsabilidade do seu autor, e a única finalidade da apresentação dêste, é o desejo de ser útil aos seus companheiros do Exército.

PLANO DO TRABALHO

I — *Papel do comando:*

A) *Princípios de combate:*

- 1 — Objetivos;
- 2 — Destruição das forças inimigas;
- 3 — Planos;
- 4 — Unidade de comando;
- 5 — Ação ofensiva;
- 6 — Efetivos;
- 7 — Concentração de forças;
- 8 — Surpresa;
- 9 — Segurança.

B) *O Comando e a responsabilidade.*

C) *Estudo da situação.*

D) *Terreno.*

E) *Conduta no combate.*

II — *Papel do Estado-Maior:*

A) *Generalidades.*

B) *Os E.M. das forças.*

C) *As funções dos E.M.:*

- 1 — Como auxiliares do comando;
- 2 — Como cooperadores na elaboração das ordens;
- 3 — Na instalação dos P.C. e Q.G.;
- 4 — As transmissões e ligações.

III — *Ação e importância das diferentes armas na batalha.*

IV — *Ligações de comando e ligação das armas na batalha.*

A) *Ligações de Comando:*

- 1 — Durante as marchas e estacionamentos;
 - 2 — No combate.
- B) *Ligações das armas.*

DESENVOLVIMENTO

I — O papel do Comando:

A organização geral, tanto das forças aliadas como das brasileiras, já é sabida. Resumamos, porém, a da Divisão Brasileira no que interessa a estas conclusões:

Cmt. — Brigadeiro Manoel Marques de Souza.

E.M.:

- 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria;
- 1º Regimento de Artilharia;
- 2º Regimento de Cavalaria.

O nosso corpo de oficiais, com sua organização extremamente aperfeiçoada (E.M. General, E.M. de 1ª classe, E.M. de 2ª classe, Corpo de Engenheiros, Corpo de Saúde, Oficiais das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia), dava-nos superioridade notável seja de direção, seja de enquadramento, sobre nossos adversários e aliados.

O papel do comando, feito este rápido lembrete, será estudado mediante a análise dos elementos cujos títulos abaixo se seguem:

A) Princípios de combate:

1 — Objetivos:

Apesar da atitude eminentemente ofensiva dos aliados, não houve propriamente uma escolha clássica do objetivo. Rosas já havia ocupado a posição de Caseros, numa atitude defensiva totalmente passiva, tanto assim que permitiu a passagem e o desfile de todo o Exército aliado por uma única ponte, e a tomada do dispositivo a 1 km à sua frente, sem praticamente nenhuma intervenção de vulto. Ao invés do dispositivo ter sido tomado em função dos objetivos, o que se processou foi o inverso: os objetivos acabaram tocando às divisões ou agrupamentos de forças aliadas em função de suas próprias posições relativas em face aos rosistas. Assim, a Divisão Oriental caberia o ataque ao reduto de El Palomar, a Divisão Brasileira o ataque ao centro do dispositivo rosista e assim sucessivamente. Afinal, a conduta do combate, obrigou a Divisão Brasi-

leira a ultrapassar a Divisão Oriental e tocar-lhe a conquista do reduto fortificado de Caseros.

2 — Destruição das forças inimigas:

Apesar da vitória alcançada, não foi obtida a destruição das forças inimigas no campo de batalha, pois a simples comparação dos efetivos iniciais inimigos (24.000 homens) com suas perdas (7.000 prisioneiros e 1.500 baixas), mostra a inexistência de sua destruição em combate. Além disto não houve acabamento do combate: nem aproveitamento do êxito nem perseguição, pois os rosistas, se bem que em desordem, abandonaram o campo de luta sem maiores consequências, inclusive seus principais chefes.

3 — Planos:

Técnicamente não havia planos para a operação e, sim, apenas manifestações imediatas da vontade dos chefes quer em face de informações decorrentes do combate, quer de impulsões de momento (intuição tática).

a) Assim, ao abordar o Arº Mórón, já o Exército aliado o fez, com um dispositivo de batalha montado à priori, sem o mínimo conhecimento da situação inimiga, e neste dispositivo vemos a Divisão Brasileira disposta no centro, para uma resistência tenaz. Ora, este dispositivo, coberto pelo obstáculo que era o Arº Mórón, continha em seu germe uma disposição defensiva. Também em face das missões atribuídas às massas de cavalaria dos flancos direito e esquerdo, continha em esboço um dispositivo ofensivo. Como, porém, os rosistas estavam na margem E do Arº Mórón e os aliados na margem W, e entre eles um obstáculo com uma única passagem, o único tipo de operação que se poderia processar, seria uma transposição do obstáculo, o que acabou se processando sem intervenção inimiga.

b) Uma vez que o inimigo não se manifestou, os aliados transpõem o Mórón pela única ponte deixada intacta, e numa ordem de

marcha, iniciada pela cavalaria da ala direita, que facilitasse a retomada de dispositivo idêntico na margem oposta. Ao mesmo tempo, foi feita na extrema esquerda aliada uma finta para simular uma travessia à altura da extrema ala direita inimiga. Resumindo, podemos admitir que o plano foi este: uma finta à esquerda e a travessia, com o grosso, à direita.

c) Antes da travessia do Mórón, o Brigadeiro Marques de Souza na tarde de 2-I-852 foi chamado ao Q.G. de Urquiza o qual lhe atribuiu o comando sobre a Brigada Rivera (3 Btlas. de Inf.) e a artilharia Pirán (21 peças), e durante a entrevista lhe foi esboçado, num papel, o plano para a operação contra a posição do Mórón, porém isto foi feito de forma tão rápida e tão rapidamente Urquiza retirou o papel da frente do General brasileiro, que este mal (ou talvez não) se apercebeu do pseudo "plano de operações".

Após a travessia da ponte, Urquiza fez então um rápido reconhecimento do terreno e alterou o plano que anteriormente havia esboçado. Cada unidade, ao atravessar a ponte, recebia ordem para uma nova colocação na ordem de batalha. Assim, foi retirado do comando de Marques de Souza o agrupamento argentino (de Rivera e Pirán), que passou a constituir forças separadas. A Divisão Brasileira continuava com a organização anterior (menos o 2º R. Cav. Lig. de Osório que estava enquadrado na Divisão de Cavalaria de Lamadrid).

Quê plano existia para que um novo dispositivo fosse adotado? A quem foi apresentado? A ninguém: só existia no cérebro de Urquiza.

d) Marques de Souza tomou sua posição no dispositivo aliado de acordo com a ordem recebida. Quando recebeu a missão, o objetivo e a direção de ataque? Sómente quando Urquiza entre 0800 e 0900 passava revista ao seu Exército disposto face ao inimigo, e às 0900 parando face às tropas brasileiras, ergueu vivas à Nação Brasileira e ao seu Imperador,

após o que deu a seguinte ordem: "— que a Divisão Brasileira atacasse o centro da linha inimiga, logo que visse em movimento a Infantaria que ficava à direita ao mando do Cel. Galán, devendo a Divisão Oriental carregar sobre o flanco direito e a Brigada Argentina sobre o esquerdo da mesma linha inimiga".

Se existia plano, foi esta a parte dele que coube à Divisão Brasileira.

e) Alguns autores deduzem que foi o seguinte o "pensamento" de Urquiza:

Primeira fase — Um ataque frontal, de finta, contra a frente inimiga, combinado com o ataque principal à direita, à base de cavalaria, envolvendo o flanco esquerdo inimigo.

Segunda fase — Rechassada a esquerda de Rosas, ataque simultâneo de todo o Exército, com a distribuição das seguintes missões aos componentes:

(1) Divisão Oriental — Atacar as fortificações da direita inimiga.

(2) Divisão Brasileira e Brigada Rivera — Atacar o centro inimigo.

(3) Divisão Galán e Artilharia Pirán — Atacar a ala esquerda.

Se de fato tivesse existido este plano, era simples e claro, e não resta dúvida que, com exceção da Divisão Lamadrid que, inicialmente, errou a direção, ele foi executado rápida, agressiva e completamente, faltando somente o acabamento da batalha.

f) Plano de Marques de Souza

Não tendo havido um planejamento superior e a missão atribuída já no dispositivo face ao inimigo, também o planejamento subordinado ficou à mercê do momento.

Como só possuía duas brigadas, dispôs, tipicamente, uma à direita e uma à esquerda, colocando sua artilharia no centro. Assim, ocupou seu local no dispositivo. Pela ordem recebida deveria "atacar o centro da linha inimiga, após o movimento da Divisão Ga-

lán..." Uma missão vaga e dependente de uma unidade-guia.

Às 0800 começou o duelo da artilharia e às 01100 a Divisão Galán ainda permanecia no mesmo lugar. Após tentativas de provocar ordens quer de Virasoro quer de Chenaut, e ao ver que a Divisão Oriental (à esquerda) já havia iniciado a progressão e que iria ficar com o flanco direito descoberto, Marques de Souza resolveu, por iniciativa, protegê-la. Qual o seu plano: com a 1ª Brigada cobrir diretamente o flanco da Divisão Oriental, atacando o inimigo; com a 2ª Brigada, atacar as posições de El Palomar. Como se vê, nada de sua missão inicial.

4 — Unidade de comando; unidade de esforço-comando das forças combinadas.

De um modo geral, aceitando-se a premissa de que a unidade de comando conduz forçosamente à unidade de esforços, na *Batalha de Caseros* houve unidade de comando. Havia um conjunto diversificado de tropas: Divisão Brasileira, coesa e disciplinada; Divisão Oriental: aguerrida e organizada; Forças de Urquiza, mista de contingentes de Entre Rios, Corrientes e Buenos Aires, porém os comandantes destes contingentes cumpriam e acatavam as determinações do comandante em chefe. Era de fato uma força combinada, mais pela capacidade de comando e de compreensão de seus chefes que pela atuação planificada do comandante em chefe.

a) Se remontarmos à marcha da Divisão Brasileira já incorporada ao Exército aliado, pela campanha argentina, verifica-se que Urquiza foi mais comandante de vanguarda que comandante em chefe, e que o Brigadeiro Marques disse, textualmente, de uma feita: "... nós formamos aqui um grupo à parte; não nos comunicamos com ninguém, ninguém se aproxima de nós... O Major General Urquiza, a cujas ordens venho, não me envia ordens".

Também a história do início das marchas, a história do "tempranito" é elucidativa.

b) Antes do Arº Mórón, o comandante da Divisão Brasileira recebeu ordem para enquadrar a Artilharia de Pirán e a Brigada de Rivera; ao passar a ponte sobre o Mórón, lhe foi retirado o contingente acima referido; antes do combate recebeu ordem para atacar o centro do dispositivo inimigo; e após a batalha, para incorporar-se à coluna de marcha rumo a Buenos Aires. Apesar de poucas, todas elas manifestam a vontade do comandante em chefe.

c) Havendo uma alta finalidade política nas operações, surgiu mais uma unidade política de chefia que tecnicamente um comandante operacional. Desta unidade política e da capacidade dos comandantes de contingentes, surgiu certa cooperação entre os elementos, como bem se constata da atuação de Marques de Souza auxiliando a Divisão Oriental, da Brigada Rivera cooperando com Marques de Souza, e ainda na cooperação prestada por Marques de Souza a uma força de cavalaria argentina hostilizada pela artilharia rosista, mandando atacá-la por duas companhias de atiradores da 2ª Brigada.

5 — Ação ofensiva: iniciativa e liberdade de ação.

Sem dúvida, a atitude e a conduta geral das operações, desde o seu início, durante a batalha de Caseros e, posteriormente, o foram nitidamente ofensivas.

Pela passividade de Rosas e pela energia de Urquiza, este último sempre possuiu a iniciativa, obtendo em consequência uma absoluta liberdade de ação. A Batalha de Caseros, com todos os seus defeitos, foi uma batalha típica da ofensiva "de qualquer maneira" contra uma defesa apassivada.

6 — Efetivos: superioridade moral e de comando.

Pela comparação global entre os efetivos rosista e aliado, verifica-se que não houve grande desproporção entre os mesmos. Se verificarmos os alcances e calibres da artilharia e das baterias de Congreve, verificamos vantagens

específicas para o material rosista. O armamento da Infantaria e Cavalaria se equivaliam de ambos os lados. Quanto ao equipamento destacava-se, de maneira ímpar, o da Divisão Brasileira pois que, felizmente naquela ocasião as tropas brasileiras eram as mais bem equipadas do continente.

Quanto à mobilidade e ao comando, a vantagem pesava decididamente em favor dos aliados. Quanto à moral, esta era excelente, pois a atuação enérgica e decidida de Urquiza e demais chefes, e a ofensiva vitoriosa em toda a campanha, aliadas à atitude apassivada de Rosas, contribuíram grandemente para a elevada moral da tropa.

Esta, estava sublimada para a Batalha de Caseros, e foi muito bem explorada por Urquiza, quando passou em revista o seu Exército, em presença do inimigo, num cavalo ricamente ajeado e acompanhado de uma lúzida comitiva à guisa de Estado-Maior, havendo antes lançado uma proclamação em que dizia que "o campo de batalha é o ponto de reunião dos exércitos aliados".

7 — Concentração de forças: emprego numa direção decisiva.

Não há dúvida que o dispositivo determinado por Urquiza, concentrando a massa da cavalaria na sua ala direita e atuando com ela na ala esquerda de Rosas (que era de fato a parte vulnerável da posição de Caseros), indica que houve uma concentração de esforços na direção decisiva.

Se examinarmos, porém, em minúcias, o dispositivo e as missões atribuídas aos diferentes elementos, verificamos faltas, tais como:

a) A ala direita de Rosas (área fortificada de Caseros-El Palomar) era a de mais resistência, e a ação contra ela foi atribuída à Divisão Oriental, fraca demais para tal.

b) A cavalaria da ala esquerda de Urquiza (2 Divisões) era demasiada para atuar no terreno pantanoso em que se apoiava a ala direita de Rosas. Uma dessas Divisões poderia ter reforçado,

perfeitamente, a massa de cavalaria da ala direita aliada.

c) A parte central do dispositivo aliado (à base da Divisão Brasileira) era a mais forte e se antepunha à parte mais fraca do inimigo porém contra a qual não houve atuação em força.

d) Na ala esquerda aliada havia excesso de cavalaria e deficiência de Infantaria; no centro excesso de Infantaria e falta de Cavalaria; na ala direita houve falta de Cavalaria. Durante a batalha, verificamos quase toda a Infantaria do centro ter de infletir para a esquerda.

e) Não se observou a existência de nenhuma reserva potencial do lado aliado, uma vez que toda a Cavalaria da ala direita engajou-se simultaneamente contra a Cavalaria de Rosas, que por sua vez engajou prematuramente as Divisões Sosa e Bustos, suas únicas reservas.

f) Apesar do emprego da massa principal de Cavalaria contra o flanco rosista, não foi este ataque principal o fator decisivo da batalha. Este, o foi a conquista do ponto vital da posição de Rosas que era a colina fortificada em torno de El Palomar, ação esta fruto da atuação enérgica e cheia de iniciativa do Brigadeiro Marques quando atuava em proveito da Divisão Oriental, e por ele ultrapassada. Este papel é confirmado pela posse de 34 canhões e 2.000 prisioneiros (no total de 60 canhões e 7.000 prisioneiros feitos pelas demais tropas).

8 — Surpresa.

Não houve na Batalha de Caseros, nem surpresa estratégica nem tática. A posição de Rosas estava descoberta e à vista, bem como o estavam os seus meios. O Exército aliado desfilou durante três horas por uma única ponte distante 5 km da posição de Rosas e foi tomar posição, em linha, a 1 km de suas tropas.

9 — Segurança.

a) Nas marchas. O conceito de segurança era muito relativo, pois

as massas de cavalaria estavam sempre aptas a manobras imediatas e além disto a concepção argentina de segurança era nenhuma, conforme bem observou Sarmiento quando disse: "— que os argentinos só sabiam surpreender ou ser surpreendidos". Apesar disto, Urquiza organizava fortes vanguardas, sempre à base de 1/4 do seu efetivo e que ele pessoalmente comandava, distanciando-se do grosso de cerca de 40 km e às vezes de um a dois dias de marcha, vanguarda esta que se protegia por pequenas patrulhas aproximadas. Não havia ligação entre a vanguarda e o grosso que geralmente era dirigido pelo chefe do E.M. de Urquiza. Além do mais, tanto a direção da vanguarda quanto a do grosso eram asseguradas por vaqueanos, pois nem cartas, nem esboços nem bússolas eram utilizadas.

b) *Nos estacionamento.* Só nos estacionamento brasileiros havia segurança imediata e serviço de vigilância organizada, tudo regulado pela Ordem do Dia n. 21 (de Caxias) já mencionada.

c) *Um combate.* Na batalha de Caseros, o dispositivo foi tomado "vis à vis" do inimigo, sem nenhum elemento que assegurasse a tomada do mesmo, e só procurou furtar-se do efeito da artilharia inimiga, inicialmente.

A segurança era obtida, em princípio, pela adoção de um dispositivo, "à priori", que permitisse quer partir ao ataque quer defender-se em raza campanha.

B) *O comando e a responsabilidade.*

Se houvesse uma característica a ressaltar, sem levar em conta a inexistência de um comando tecnicamente perfeito, esta seria uma delas: havia um comandante do conjunto, e inegavelmente possuía a responsabilidade inerente às suas decisões. Bem assim, eram de igual valor as qualidades de comando dos comandantes de contingentes aliados. Eram ciosos de suas funções e assumiam atitudes enérgicas, decididas e possuíam

iniciativa nos momentos necessários.

C) *Estudo da situação.*

A não ser no terreno político da campanha, os chefes não faziam o estudo da situação.

No terreno tático, o que valia era a intuição tática dos chefes e as decisões eram imediatas.

D) *Terreno.*

Não havendo estudo da situação nem reconhecimento do terreno, a sua utilização era, no conjunto, inexistente.

Na batalha de Caseros, vemos após um rápido reconhecimento pessoal de Urquiza, os contingentes ocuparem um lugar no dispositivo, sem ter sido avaliado qual o melhor para cada arma. Dentro de suas frentes de combate, cada elemento que se houvesse como pudesse: tratava-se de mobiliar toda frente em que houvesse inimigo, em dispositivo filiforme. O resultado não se fez esperar: assim vemos na ala direita aliada, a Divisão Medina detida por extenso charco, obrigada a desbordá-lo e perdendo tempo para reajustar-se; na ala esquerda vimos pouca Infantaria sendo empregada num terreno cujas qualidades defensivas tinham sido muito aumentadas em face de suas organizações.

E) *Conduta no combate.*

Já nos referimos às ordens que foram emitidas antes e durante a batalha de Caseros, e de como elas pouco valor tiveram na conduta do combate.

a) Urquiza dirigiu pessoalmente a ação da Cavalaria da ala direita; engajando-se no combate e deixando de atuar como comandante em chefe.

Durante o combate, entre 0900 e 1100 chegou até a haver uma reunião do M. de Souza, Pirán e Galán, que num conselho de guerra espontâneo tentaram decidir da oportunidade de ações coordenadas a serem desencadeadas no centro e esquerda de Rosas, mediante aprovação do Cel. Chénaut, ajudante de campo de Ur-

quiza, porém o mesmo nada podia resolver. Os P.C. em princípio eram na testa das tropas atacantes e a ação de comando era específica; ou por ordens diretas ou pelo exemplo.

Assim, a ação de comando de Urquiza traduziu-se pelo comando direto da massa de Cavalaria; não empregou reservas; não empregou outras unidades; não concentrou Artilharia. Ação pessoal, engajamento direto, pelo exemplo, na batalha.

b) Já o Brigadeiro brasileiro agiu de modo diverso. Havendo empregado sua Artilharia prematuramente, retirou-a de ação oportunamente. Observou o desenvolvimento de operação e percebeu o momento exato em que teve de intervir, e o fez decisiva e energicamente em proveito dos orientais com a 1ª Brigada, e ao mesmo tempo acionou a Artilharia em seu apoio; no entretanto assume o comando da 2ª Brigada para se engajar no combate à sua direita. Depois de atingida a posição de Caseros, ainda observa a difícil progressão das demais forças da sua direita detidas por uma Bateria de 14 canhões e, a pedidos destas, faz avançar elementos do 6º Batalhão que as faz calar.

Vemos, portanto, da parte do comandante da Divisão Brasileira uma influência continua no combate: seja pelo intento acompanhar das operações atuando por iniciativa em proveito dos orientais e argentinos, seja pela atuação direta, impulsionando a 2ª Brigada inicialmente; seja pela oportuna retirada e emprego de sua Artilharia, seja pela tentativa de emprego de uma unidade de Cavalaria argentina. Sua conduta no combate obedeceu aos moldes atuais; perfeitamente integrado com sua tropa, era um chefe à altura dos acontecimentos.

II — O papel do Estado-Maior.

A) Generalidades

Em 1831 já existia no Exército brasileiro um corpo de E.M. Era composto de oficiais que se haviam distinguido nos extensos cur-

sos científicos da Escola Militar, com sete anos de curso para certas especialidades. Ainda não era um Estado-Maior propriamente dito para o serviço de paz e guerra. O embrião do nosso E.M. atual é obra do 1º Ministério de Caxias (31-I-857). Mas já nesta Campanha de Oribe e Rosas contávamos com um E.M. (e em 1829 já tivéramos um chefe do E.M.: o Marechal Brown). Se as repartições existentes (Ajudante General e Quartel Mestre General) acrescentarmos uma 3ª (o Secretário Militar) teremos três Seções do E.M. do comando em chefe: só lhe faltava o chefe.

B) Os E.M. das forças

De um modo geral, o papel do E.M. não foi desempenhado, uma vez que a concepção do comando em chefe Urquiza, pode ser deduzida de sua declaração após a batalha de Caseros: "— Ai tem uma batalha e uma campanha ganha sem estado-maior..."

Vejamos, porém, como se apresentava:

1 — Do comando em chefe: Chefe do E.M.: Cel. Virasoro.

2 — Do comando da Divisão Brasileira:

a) Encarregado das repartições do ajudante e Quartel mestre: Ten.-Cel. J. P. P. Chichorro.

b) Deputado do ajudante general: Cap. A. A. L. de Oliveira Belo.

c) Deputado do quartel mestre general: A. F. Pacheco.

d) Engenheiros: Cap. E. A. Lassance Cunha e 1º Ten. F. A. A. Sarmiento Menna.

e) 1º Assistente da Repartição de Saúde: Dr. Jonathas Aboit.

f) 2 Ajudantes de ordens: ...

C) As funções dos E.M.

Tentemos, agora, dentro das possíveis funções e atribuições de um E.M., estudar as que foram executadas pelos elementos do E.M. do Gen. Marques:

1 — Como auxiliares do comando, seja proporcionando infor-

mes e dados; seja apresentando sugestões; seja preparando planos e ordens minuciosas; seja fiscalizando sua execução, nenhuma ação efetiva foi realizada. Não colaboravam taticamente com o comandante da Divisão, pela simples natureza de suas funções, meramente administrativas.

2 — Como cooperadores na elaboração de ordens (preparatórias, particulares ou gerais), o que se deduz do estudo dos documentos é o seguinte:

a) Havia as *Ordens do Dia*, geralmente assinadas pelo ajudante general em nome do general comandante ou pelo próprio general. Estas ordens do dia geralmente regulavam as operações de serviço em campanha. Assim, podemos verificar a Ordem do Dia de 12-I-852, do Brigadeiro Marques que reitera as prescrições contidas na Ordem do Dia n. 21, de 24-IX-851, baixada por Caxias que regulava em seus mínimos detalhes: o serviço interno dos acampamentos, o levantamento dos campos, a ordem de marcha nas colunas e a maneira de acampar.

b) Havia as *partes de combate*, em que os comandantes de unidades descrevem cronologicamente os acontecimentos, comentando-os convenientemente. Assim, podemos observar a parte de combate do Brig. Marques de Souza, sobre a Batalha de Caseros.

c) Havia as *proclamações*, em que os comandantes em chefe se dirigiam aos demais elementos não nacionais. Como exemplo, a proclamação de 1-III-852, do Brigadeiro Marques quando se despediu do povo argentino.

d) Havia as *ordens verbais de operações*, diretamente transmitidas aos chefes executantes. Como exemplo a ordem do Brig. Marques ao comandante da 1ª Brigada para auxiliar à Divisão Oriental.

e) Havia as *cartas-ordens*, de tom quase familiar, no trato dos escalões mais elevados, pelas quais se efetuavam os entendimentos entre os chefes nacionais que não podiam fazer ligações pessoais.

Assim podemos ver a carta de 3-I-852, pela qual o Cmt. da Divisão Brasileira envia ordens a Osório a respeito de entendimentos que deveria ter com Urquiza sobre fornecimento de cavalaria.

f) Havia as *cartas ou cartas-ofícios*, instrumento mediante o qual os chefes estrangeiros se entendiam, também de redação em tom familiar e elogioso, conforme ficou estabelecido por Urquiza quando a 1-I-852 recebeu a visita de apresentação de Marques de Souza, e se constata em toda a correspondência trocada entre Urquiza e o Brigadeiro Marques.

3 — Na instalação de Q.G. e P.C.

Não havia a conceituação de Q.G. recuado e avançado.

a) Nos *estacionamentos* a área dos Q.G. era fixada pelo escalão superior. Assim, no dia 21-I-852, no acampamento do Juncal, coube à Divisão Brasileira uma área coberta de cinzas de um acampamento precedente, e a barraca do General teve que ficar sobre um pântano, junto a uma lagoa.

b) Nas *marchas* e no *combate*, o comandante se deslocava onde pudesse dar ordens diretas aos seus subordinados: estava sempre à testa de suas unidades. Assim, na ordem de marcha de 12-I-852, vemos o Brigadeiro Marques marchar à testa da coluna com um piquete do 2º R.C. Ligeira; e na Batalha de Caseros ficar sempre à testa de uma de suas Brigadas, inicialmente da 2ª Brigada.

4 — As transmissões e as ligações.

As transmissões não existiam a não ser mediante agentes que, em virtude de suas hierarquias eram mais de ligação que de transmissão. Havia um tipo de agente especial, era o *vaqueano*, às vezes guia e às vezes agente de informações de itinerários.

Os ajudantes de ordens de Marques de Souza eram constantemente enviados ao Q.G. de Urquiza ou de Virasoro, à busca de ordens. Era uma conduta sistemá-

tica de Marques de Souza: provocar sempre ordens.

III — Ação e importância das diferentes armas na batalha.

Da análise dos efetivos em presença, verificamos a grosso modo o seguinte:

Arma principal — A Cavalaria com o dobro do efetivo da Infantaria. Era a arma da manobra e da decisão.

Arma de apoio e defesa — a Infantaria.

Armas de apoio de fogo — a Artilharia e as baterias a congreve. Daí se conclui que do choque das massas da Cavalaria resultaria a vitória ou a derrota no campo de batalha.

Porém, na batalha de Caseros, surpreendentemente, a decisão não foi obtida pela Cavalaria, pois esta apesar de sua atuação não conseguiu destruir nem a Artilharia de Chilavert nem sequer se aproximar da posição fortificada de El Palomar. A Cavalaria de Urquiza teve o mérito de dar a impulsão inicial ao combate, obrigando Rosas a empregar prematuramente suas Divisões de reserva, porém sua atuação de 0900 às 1100 em nada alterou o quadro geral do combate. Só depois que a Divisão Oriental, a Divisão Brasileira e a Brigada Rivera fizeram sua poderosa e maciça intervenção na batalha e conquistaram a posição fortificada de Caseros foi conquistada e após ela as baterias de Chilavert, é que a batalha se decidiu. Cabe assim à Infantaria, e dentro dela, à Infantaria Brasileira, a glória principal na Batalha de Caseros.

A Artilharia, em vista de seu pequeno alcance e tipo de projétil, teve sua atuação muito reduzida em face do conjunto das outras armas. Sua colocação era de um agrupamento principal e vários agrupamentos secundários intercalados entre os Batalhões de Infantaria ou agrupamentos de forças de Infantaria, e seu emprego, inicialmente em duelo contra a Artilharia inimiga, e depois atirando diretamente contra a Infantaria ou Cavalaria adversas.

IV — Ligações de comando e ligação das armas na batalha.

A) Ligações de comando

Tendo em vista a concepção geral de comando, de Urquiza, e a não existência de um E.M., as ligações de comando eram muito precárias. Acompanhando a vida da Divisão Brasileira desde sua inclusão na coluna das forças aliadas até a Batalha de Caseros, poderemos bem verificar como estas se processam.

1 — Durante as marchas e estacionamentos.

No dia 11-I-352, no acampamento dos Barrancos do Espenillo, a ordem de marcha para a Divisão Brasileira foi trazida pessoalmente pelo Coronel Galán, Ministro de Urquiza.

Como não possuía suficiente número de animais de tração para a Artilharia e trens, e como de há muito solicitara, no dia 13 o Brigadeiro Marques envia um ajudante de ordens a fim de reiterar seu pedido, e após seu fornecimento inicia a marcha.

Urquiza havia destacado o Major Rodrigues, argentino, para orientar o comandante da Divisão Brasileira quanto ao itinerário de marcha; este afinal também indicava as zonas de acampamento dos brasileiros. Depois, com a partida deste oficial, as marchas eram conduzidas por vaqueanos enviados por Virasoro, e o horário das mesmas sempre provocado por Marques de Souza para o que envia seus ajudantes de ordens. Como nunca se sabia a hora, ficou estabelecido que a alvorada da Divisão Brasileira seria sempre, duas e meia da madrugada!...

2 — No combate.

Já vimos que o Gen. Marques de Souza recebeu, durante toda a campanha, três ordens pessoais de Urquiza: a primeira a W do Ar^o Mórón; a segunda ao passar a ponte sobre o Ar^o Mórón e a terceira ao receber a missão de atacar o centro da linha inimiga. Até o final da batalha, não mais tiveram qualquer entendimento. Como

a ordem de ataque fôra dada às 0900, e como às 1100 a Divisão-Guia ainda não se tivesse mexido, o Brigadeiro Marques provoca de Virasoro uma ordem, mas este não decidiu nada.

Já nos referimos ao conselho de guerra espontâneo de Marques de Souza, Galán e Pirán, com a presença do Cel. Chenaut, ajudante de campo de Urquiza, para decidir do avanço do centro de Urquiza, mas este também nada decidiu.

Junto à Divisão Brasileira permaneceram os Cel. Indalecio Chenaut e Ten.-Cel. D. José Ramon Esquibel (este oficial às ordens do Brigadeiro e o primeiro ajudante de campo de Urquiza), que acompanhavam todo o desenvolvimento das operações da Divisão Brasileira, oficiais estes que, mais tarde, responderão aos quesitos propostos por Marques de Souza sobre os acontecimentos principais da batalha.

Foram estas as ligações de comando durante a Batalha de Caseros.

B) *Ligações das armas.*

Não havendo a conceituação exata do apoio da Artilharia à Infantaria e agindo a Cavalaria independente da atuação das demais

armas, o que podemos deduzir quanto as ligações das armas no combate é o seguinte:

1 — Quando a Artilharia inimiga hostilizava a Infantaria aliada, cabia à própria Infantaria ir se apossar e fazer calar as baterias inimigas. Assim verificamos a ordem dada pelo Gen. brasileiro ao 6º Batalhão para ir fazer calar uma Bta. de 14 canhões que hostilizava uma tropa de Cavalaria argentina que estava atuando no flanco direito dos brasileiros.

2 — A Cavalaria trabalhando geralmente nos flancos, pouco se ligava às demais armas. Assim vimos a ação independente da massa de Cavalaria da ala direita, diretamente impulsionada por Urquiza, sem absolutamente nenhuma ligação com as demais forças.

3 — Quando, após a conquista da posição de Caseros, o Brigadeiro Marques precisou de uma Cavalaria para aproveitar o êxito e perseguir o inimigo, e não dispondo do 2º R.C. de Osório que se achava às ordens de Lamadrid, tentou lançar mão de uma unidade de Cavalaria argentina, o que não conseguiu em vista da negativa do comandante argentino em participar daquela ação.

E, no mais, não houve ligações de armas na batalha.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

O NOROESTE GAÚCHO

ASPECTOS GERAIS DAS RODOVIAS

Csp. MOACYR RIBEIRO COELHO

II

A) APRECIACÃO GERAL

O rio Ijuí, compartimentando geograficamente a região noroeste em dois grandes setores, — o sul, zona de coxilhas, nitidamente pecuarista e o norte, terras de matas, essencialmente agrícola — abre igualmente uma solução de continuidade na rede rodoviária, determinando a existência de duas malhas distintas, claramente divididas pelo correntoso curso d'água, o qual além de não "dar passo" com facilidade, não dispõe até agora de pontes em número suficiente.

Este aspecto fisiográfico da região em aprêço torna-se mais evidente durante a estação chuvosa, quando as possibilidades de comunicações transversais ficam restringidas ao trânsito através das poucas pontes existentes no Ijuí, visto como a travessia por meio de "barcas", processo largamente empregado, resulta difícil, trabalhoso e demorado, quando não de todo impraticável.

Se atentarmos ainda para a topografia característica da região — lombadas justapostas que fluem da Coxilha Grande em direção à calha do Uruguai, separadas umas das outras pelos seus numerosos afluentes — poderemos presumir como melhores as rotas que se desenvolvem em direção normal ao vale

daquele rio, i. é, que correm ao longo dos divisores. Já aquelas cuja orientação geral é paralela ao eixo da grande artéria fluvial, apresentam-se bastante inferiores em virtude da existência dos inúmeros cursos d'água que devem transpor.

O objetivo deste trabalho, de natureza essencialmente informativa, consistirá apenas em procurar salientar os aspectos gerais das rodovias noroestinas, sobre as quais dificilmente poderemos formar uma idéia exata à simples vista da carta.

É somente pelo transitar assíduo nestas ásperas veredas que as ficaremos conhecendo devidamente e em condições favoráveis de poderemos apreciar as possibilidades e restrições que elas oferecem ao tráfego. A nossa tentativa não será, portanto, a de enumerar estradas contidas nas cartas de uso comum, mas sim a de procurar "retratá-las" em seus aspectos mais frisantes.

B) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DE VIABILIDADE

Embora, a rigor, as estradas difiram consideravelmente não só de uma para outra, como também de trecho para trecho, poderemos apreciá-las em conjunto agrupando-as em termos de comparação.

Considerando-se as exigências do tráfego automóvel, poderemos classificar as vias existentes em BOAS, REGULARES E CAMINHOS CARROÇÁVEIS cujas principais características técnicas e de viabilidade podem ser assim apreciadas:

1 — *Estradas boas* — Como boas poderemos considerar apenas as rodovias construídas e conservadas por um órgão técnico especializado, tipo D A E R, D N E R ou C E R. As estradas deste tipo existentes na região, possuem leito de terra natural, nivelado e drenado, dispõem das obras darte indispensáveis, além de cuidados permanentes de conservação. Proporcionam tráfego seguro e circulação

rodagem da estrada. O rendimento baixa de noventa por cento e um tráfego intenso torna-se impossível.

2 — *Estradas regulares* — Como regulares podem ser classificadas as estradas municipais de maior trânsito e que as Prefeituras interessadas lutam por manter em boas condições de tráfego. São caminhos naturais melhorados, geralmente de circulação simples, mas nos quais a existência de algumas obras darte e uma certa assiduidade nos trabalhos de conserva permitem o trânsito em condições favoráveis (em tempo seco, bem entendido). Dispõem de pontes sobre vários dos cursos d'água de menor vulto, mas, na falta destas, pode-se contar, pelo



Fig. 1 — Ponta de gado em marcha. A estrada é "boa", construída pelo D A E R, trecho — Santo Angelo a São Luiz

dupla permitindo, em tempo seco, qualquer velocidade, muito embora a intensa poeira que levantam possa prejudicar consideravelmente a visão, no caso de veículos em combão.

Já em tempo de chuva, elas oferecem aspecto totalmente diverso. As primeiras cargas d'água, o piso, de terra batida, torna-se perigosamente derrapante e vai, progressivamente, sendo transformado em um lamaçal visguento e pegajoso no qual os veículos não só resvalam com facilidade, como abrem sulcos largos e profundos que inutilizam, em pouco tempo, a chapa de

menos, com o concurso das "barcas" que asseguram a transposição nos "passos" mais freqüentados.

Na região colonial, estas estradas podem ser consideradas bastante razoáveis, ao passo que em toda a área que se estende ao sul do Ijuí elas deixam muito a desejar.

3 — *Caminhos carroçáveis* — Fora dos dois tipos de rodovias acima descritos e que merecem a denominação de estradas, todas as demais não passam de caminhos carroçáveis apresentando para o trânsito automóvel condições geralmente péssimas e que só, de raro

em raro, poderão ser consideradas regulares. Esta qualidade de "estradas", que representam na realidade mais de 70 % da rede rodoviária existente, permite uma velocidade máxima de 20 a 25 km horários a viaturas isoladas e não superior a 10 ou 12 a viaturas em comboio, ficando porém o movimento subordinado a toda a sorte de dificuldades decorrentes da existência de atoleiros, ausência total de pontes, pontilhões, boeiros, falta de conservação, etc., etc.

É pois, o colono que, necessitando transportar em carroça os seus produtos, vai tratando de melhorar as condições de viabilidade dos corredores por onde transita diariamente, levantando pontilhões, drenando o terreno, nivelando o piso. Mesmo assim, em tempo de chuva, esses caminhos resultam geralmente impraticáveis à tração automóvel.

Já na zona pecuarista, onde é escassa a produção agrícola a cujo transporte se entrega, nas colônias,

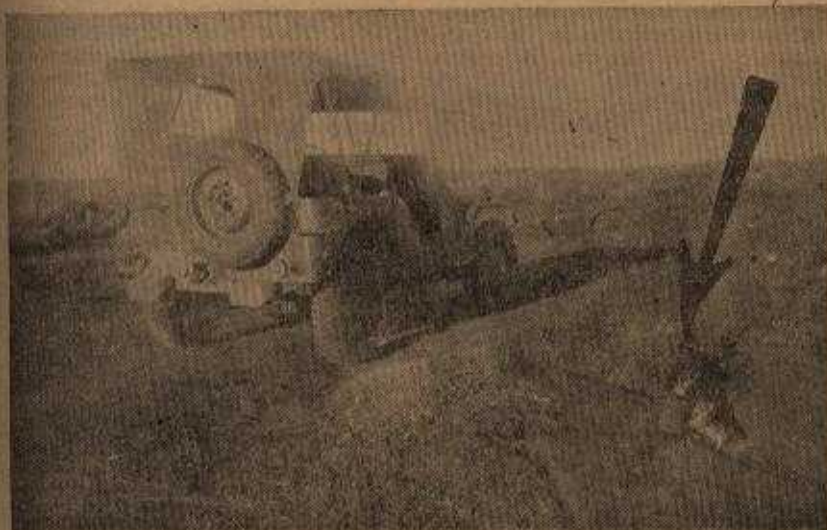


Fig. 2 — Trecho de uma estrada "regular": Santiago — Santa Tecla; são frequentes, sobretudo na linha seca de Santa Tecla, os acidentes como o assinalado nesta fotografia em que o trabalho da erosão vai seccionando a estrada. Observe-se o homem dentro da fenda.

Ainda aqui cabe uma ressalva em benefício da zona colonial onde os caminhos, que se destinam a pôr as colônias em comunicação com as estradas principais, embora precárias, apresentam condições técnicas indiscutivelmente superiores aos da zona pecuarista, mercê da cooperação direta do próprio colono, o que se torna viável em virtude da relativamente alta densidade demográfica. Toda a área acha-se praticamente povoada e as propriedades são da ordem de 25 hectares, cada uma.

uma verdadeira massa de carroças e pequenas carretas de tipo leve, o trânsito nesses caminhos está praticamente resumido ao deslocamento das boiadas e dos pesados carretões de altos rodados, tracionados por várias juntas de bois, únicas viaturas, aliás, capazes de vencer os extensos atoleiros bem como de transpor vaus que chegam a alcançar 1,20 m de profundidade.

Enquanto que na região colonial estes caminhos são como que extensas veredas que, constantemente palmilhadas prolongam-se através

das lavouras como uma trilha mais ou menos nivelada, nitidamente marcada no solo, na área pecuarista, em que o trânsito é bastante escasso, eles se apresentam, tão pouco frequentados que, muitas vezes, mal se distinguem no terreno os sinais impressos pelo tráfego das viaturas.

Aí, de uma maneira geral, estas "estradas" constantes na maioria das vezes apenas do "corredor", quando não correm através do campo, têm como chapa de rodagem os sulcos inseridos no solo pelas rodas das carretas, sulcos estes que as enxurradas encarregam-se de aprofundar. Não dispõem de obras darte senão de raríssimos pontilhões para pouco peso e freqüentemente em mau estado; não são drenadas, nem conservadas.

Além dos inevitáveis "peludos", o mais freqüente obstáculo que elas oferecem às viaturas automóveis consiste no talude central, quase sempre coberto de vicejantes touceiras de "barba de bode" ou "capim limão" e o qual vai ganhando altura à medida que se vão transformando em valetas os sulcos laterais abertos pelos altos rodados dos pesados carretões. Nesses taludes são freqüentes os "acavalamentos" dos automóveis, quando não sofrem danos mais sérios nos órgãos de direção.

C) A REDE RODOVIÁRIA AO SUL DO IJUI

A porção meridional da região em estudo, caracteriza-se pela escassez em estradas e pela má qualidade da maior parte dos caminhos existentes.

Esta é, aliás, a regra geral nas nossas regiões de pecuária e encontra explicação no grau de urgência que fomos obrigados a estabelecer para a construção de estradas, quando, há poucos anos apenas, começou-se a encarar em toda a sua amplitude este magno problema, até então relegado a um injustificável abandono.

Devendo pois o país, com seus poucos recursos, enfrentar um problema extraordinariamente vultoso e que, além do mais, encontrava-se

com um atraso de certa de cinqüenta anos, forçoso se fez o estabelecimento de um grau de prioridade para a realização dos trabalhos, destinando-se como é natural, o primeiro esforço a assegurar o escoamento da produção agrícola visto como a riqueza pastoril, que tem nos grandes rebanhos o seu principal coeficiente, prescinde, até certo ponto, de boas estradas para a sua circulação.

Por outro lado, caracterizando-se os nossos campos de criação pela configuração suave e ondulada do terreno (coxilhas) apesar da inexistência de boas vias de comunicação o caminho ao homem nunca esteve totalmente fechado, mesmo atualmente em que predomina o transporte automóvel.

A preponderância da riqueza agrícola ao norte do Ijuí atraiu, pois, para lá as nossas atividades estradeiras, enquanto que ao sul daquele rio, a rede rodoviária permaneceu entregue exclusivamente ao encargo das Prefeituras, cujas rendas exíguas muito pouco lhes permitiam realizar. Apesar de tudo, porém, o movimento, embora difícil, tem sido possível graças à topografia característica dessa zona, notável pela ampla possibilidade de deslocamentos que permite em todas as direções, quando operados através do campo.

E assim continuam, ainda hoje, a ser as carretas as únicas "tounapulls" que vão marcando ao longo das coxilhas os sulcos paralelos dos seus pesados rodados e que a continuidade do trânsito termina por consagrar em estradas de primeira... velocidade.

Não se infira, porém, destas palavras que seja fácil aqui o problema dos deslocamentos, visto como a existência dos numerosos cursos d'água tolhe a liberdade de movimentos de certa envergadura, canalizando-os para pontos forçados de passagem — os "passos".

São, portanto, os "passos" que — à semelhança de portas estreitas pondo em comunicação amplos compartimentos — vão determinar em virtude da generalizada escassez de pontes, a verdadeira importância

e praticabilidade dos diferentes itinerários.

Dai decorre um aspecto característico da rede rodoviária da porção meridional do noroeste: grande quantidade de caminhos naturais que cortam os campos em tôdas as direções, convergindo para os "passos" e dêles irradiando, mas praticáveis apenas pelos rebanhos e por viaturas de tração animal. A obrigatoriedade de transposição de cursos d'água, freqüentemente a nado, os atoleiros existentes nas baixadas e tão freqüentes nas manchas de "terra preta", os inúmeros barrancos trabalhados pela erosão e outros acidentes desta natureza, invalidam êstes caminhos para o trânsito a motor. Apenas as viaturas para "terreno variado" e, isto mesmo quando isoladas, conseguem vencer estas dificuldades, não porém sem estarem sujeitas aos inconvenientes apontados e um considerável prejuízo para o material, sobretudo para os feixes de molas.

A vista de uma carta da região, — por exemplo a "CARTA DA REGIÃO ENTRE OS RIOS IJUI E IBICUI, escala 1:250.000 — vejamos como poderemos classificar, de maneira sumária, as principais estradas nela contidas, referenciando-as aos nós de comunicações, para maior facilidade de amarração:

Quatro pontos principais, colocados a meio caminho entre a fronteira e o grande eixo rodoviário que percorre a Coxilha Grande, concentram os movimentos vindo de oeste e os irradiam para leste: São Luiz Gonzaga, Bossoroca (Cap. Porfírio, na carta acima referida), Santiago do Boqueirão e São Francisco de Assis.

São Luiz constitui um importante centro rodoviário que se liga a São Nicolau por meio de estrada regular e daí a vários pontos da costa do Uruguai por caminhos carroçáveis. A ligação de São Luiz a São Borja estava sendo realizada pelo D A E R por meio de uma boa estrada, que permite tráfego garantido nos trechos de São Luiz a Santo Antônio e Nhu-Foran a São Borja. Dizemos "estava" porque os trabalhos do trecho central, aliás

bastante adiantados, foram interrompidos em fins de 1947. Mesmo assim as condições de trânsito são aceitáveis, tanto que funciona uma linha de ônibus, regularmente, entre as duas cidades. Com Santo Ângelo, São Luiz está em ligação por meio de uma boa estrada, construída pelo D A E R. Liga-se ao norte, com Santa Rosa, por meio de uma estrada regular que transita por Serrinho e Passo do Viola. Para o norte tôdas as demais não ultrapassam a categoria de caminhos carroçáveis. Está em comunicação, ao sul, com Santiago, por meio de uma estrada regular que



Fig. 3 — Trecho de estrada boa (D A E R — São Luiz — Santo Ângelo) e ponte metálica sobre o Ijuizinho

passa em Bossoroca, Carovi, L. Carreteiro (Coxilhas das Tunas, denominação local) e Geraldo Palmeiro. Desbordando a serra do Cadeado pode-se, finalmente, assinalar uma última estrada regular, que por Carajazinho e São João Mirim, leva a Cruz Alta por Ponte Queimada ou a Tupanciretan, por Carajá Grande, Santa Tecla, Bocaverá.

A grande artéria rodoviária de São Luiz e por onde se faz o escoamento de uma importante região colonial situada ao norte do

Ijuí e que gravita em torno da economia São Luizense é, indiscutivelmente, a que liga essa cidade a Santo Angelo e por aí a Porto Alegre e São Paulo.

Bossoróca, vila pertencente ao município de São Luiz, é o segundo nó de comunicações. Esta localidade nascente, por achar-se a meio caminho da fronteira sobre o vasto coxilhão que estabelece comunicação sempre em linha seca, de Tupanciretan às barrancas do Uruguai, está se tornando um ponto importante do movimento rodoviário, embora não conte até agora



Fig. 4 — A característica passagem nos "passos de barca"

com nenhuma estrada tipo D A E R. Sua ligação com Garruchos, na margem do Uruguai, é feita por estrada regular até J. Corrêa, sendo precária daí por diante, especialmente o itinerário que passa pelo sul.

As ligações com o norte se ressentem da falta de pontes no Piratini e as comunicações para leste, em virtude dos numerosos cursos d'água paralelos ao Inhacapedum, só são favorecidas quando operadas pela linha seca D. Vieira — Carovi — Inhacapedum — S. Tecla.

Santiago constitui o grande nó de comunicações do sul do Piratini. Cinco grandes eixos concorrem aí, vindos: um, de oeste, correndo pela serra do Iguariacá; um, do sudoeste, vindo de São Francisco e, outro, de sudeste, proveniente de Jaguarí; um, do nordeste, que transita por Bossoróca, já assinalado e, finalmente, um de leste, vindo pela linha seca da Santa Tecla — Inhacapedum.

Dêstes, o primeiro, ou percorrendo a serra, região áspera, fortemente pedregosa e de trânsito difícil ou desborda pelo norte, ao longo do vale do Itacuribi, caminho menos duro, talvez, porém na dependência do passo Real.

O trajeto para São Borja é mais favorável pela Coudelaria do Rio, não a fim de livrar o trecho difícil situado entre Encruzilhada e Nhutaporan, mormente no inverno, onde esse trato de terra preta é pródigo em "peludos". O roteiro para Itacurubi, depois de transitar pelas encarpadas pedreiras da serra do Iguariacá, cai, a partir de Encruzilhada, nas planuras do Chapadão da Cruz, apresentando-se então a estrada facilmente alagável, e, mesmo no tempo de chuva. Em tempo seco é este o melhor trecho da estrada.

Em suma, dificilmente poder-se classificar como estrada regular qualquer dêstes itinerários que abordam Santiago por oeste. Mas a justa será certamente a classificação de "caminhos carroçáveis" muito embora sejam estas as únicas ligações rodoviárias entre as três cidades. Outro tanto ocorre com a pedregosa vereda que liga Santiago a São Francisco.

Restam as ligações: para São Luiz, via Bossoróca, a que já nos referimos; para Tupanciretã, pela linha seca de Santa Tecla e por onde trafega uma empresa de ônibus que liga as duas cidades; para Jaguarí, pelo Passo da Areia, atualmente detado de uma boa ponte. Estas podem ser classificadas como estradas regulares.

A ligação rodoviária da parte meridional do noroeste com Porto Alegre, opera-se via Jaguarí — Santa Maria.

Resta-nos, finalmente, tratar do quarto nó de comunicações, São Francisco de Assis, o qual, embora situado ao norte do Ibicuí, pouco contribui para as comunicações da região noroestina. Representa, isso sim, a porta de comunicação da campanha a qual, via Alegre, entra em ligação com Santa Maria por meio da estrada do D A E R que percorre a depressão central, para daí atingir as regiões norte e leste do Estado.

ROCADAS

Conforme já assinalamos, apresentam-se mais precários os eixos que seguem orientação geral paralela a do rio Uruguai. Por isso mesmo somente três roçadas poderão ser assinaladas com precisão, nesta parte do noroeste: a primeira, próximo ao vale do Uruguai, balizada por Itaqui — Recreio — Encruzilhada — Coudelaria — S. Antônio — São Luiz — Serinha — Passo do Viola, comporta, segundo a estação do ano e o estado das águas da bacia do Uruguai, algumas variantes, sobretudo entre Itaqui e São Borja. Parte desta rocada — o trecho compreendido entre São Luiz e a Coudelaria — é constituído por estrada boa, podendo os demais serem classificados de regulares. Dispõe de pontes sobre os rios Içamaquã e Piratini.

A segunda rocada desemboca do Ibicuí a 17 km da Colônia Passo Novo (neste local o D A E R está construindo uma ponte de cimento armado com 506 metros) e passa em São Francisco — Santiago — Inhacapetum — Santa Tecla — Carajezinho — Santo Ângelo. Esta rocada, situada a meio caminho entre a fronteira e a Coxilha Grande apresenta melhores condições de viabilidade que a anterior, beneficiando-se de um trecho de estrada boa até São Francisco, ao passo que todos os demais podem ser classificados como regulares, exceto os 46 km que unem São Francisco a Santiago. Não dispõe de pontes importantes, mesmo porque ela se orienta constantemente pelos divisores.

Finalmente, a terceira rocada corre pela Coxilha Grande entre Santa Maria e Irai, estabelecendo contacto com Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta e Palmeira. Trata-se de uma boa estrada a cargo do D A E R, a qual oferece tráfego garantido em muitos trechos e boas condições de trânsito nos demais. Acha-se atualmente em construção o traçado entre Júlio de Castilhos e Palmeira.

4 — A rede rodoviária ao norte do Ijuí.

Predominando aqui o terreno coberto e movimentado, a rede rodoviária apresenta características bastante diferentes das assinaladas ao sul. O terreno não ostenta aquela



Fig. 5 — Um trecho de estrada nos Campos da Ramada (Município de Palmeiras)

viabilidade através do campo que encontramos nas coxilhas, exceto, bem entendido, nas grandes manchas de campos que se alastram em parte dos municípios de Santo Ângelo, Cruz Alta e Palmeira (Campos da Ramada), de topografia idêntica às assinaladas para a zona sul e onde, conseqüentemente, são análogas as condições de viabilidade. Fora, porém, desta área de campinas, as rodovias apresentam o aspecto característico dos terrenos acidentados: correm à meia encosta, marginando por vezes vales profundos, são pródigas em curvas e dificilmente desbordáveis. A maior parte da área do norte do Ijuí sendo coberta por densa e pujante vegetação, segue-se que o movimento só é possível através das

estradas ou então por meio de picadas, abertas nas matas.

Mas não é apenas quanto ao aspecto geral que fazem profunda diferença, entre si, as malhas rodoviárias do norte e do sul do Ijuí. Notável é também a vantagem que o norte leva, mau grado as maiores dificuldades topográficas, quanto à riqueza da rede e melhor qualidade de suas rodovias.

Em matéria rodoviária esta região foi, aliás, grandemente beneficiada de vez que foi objeto de uma colonização racional, tendo sido o órgão encarregado de lotear e distribuir a gleba aos colonos (Serviço de Terras e Colonização) o pioneiro na abertura de estradas

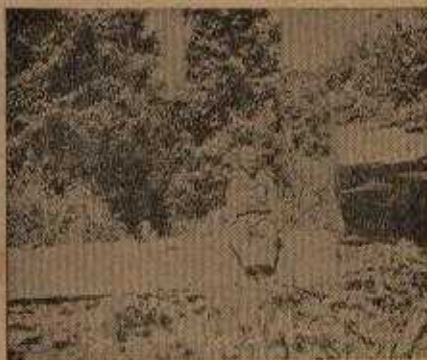


Fig. 6 — Um dos ônibus que fazem viagens regulares nas colônias. As linhas são muito frequentes em toda essa região

e caminhos, os quais iam sendo entregues ao tráfego, à medida que o Serviço procedia à distribuição das terras.

Nestas condições, ainda ao tempo em que nas outras partes do Rio Grande não se dispunha, nas zonas rurais, senão de péssimos caminhos abertos a pata de boi e roda de carreta, a região colonial noroestina já contava com uma rede rodoviária construída com regular esmero.

Esta rede, de cuja conservação o próprio Serviço se encarregava, teve início próximo à Coxilha Grande, no município de Ijuí, e foi crescendo constantemente em forma de leque, à medida que os colo-

nos foram avançando para o vale do Uruguai.

Com o advento da recente política rodoviária do Estado, coube ao D A E R, seguindo o roteiro das migrações humanas, ampliar e melhorar as comunicações existentes. De Cruz Alta, sede da 5ª Residência e à qual está afeta a região noroestina, dois grandes eixos foram lançados: — um, para o norte, com destino a Irai, via Palmeira e o outro, para noroeste, sobre Santo Ângelo, de onde se bifurca, indo um ramo para Pôrto Lucena, por Santa Rosa e o outro para São Borja, por São Luiz e Candelaria do Rincão. De São Borja irá, por Itaquí e Uruguaiana, até a Barra do Quaraí.

Completando as atividades iniciais do "Serviço de Terras e Colonização", prosseguidas atualmente pelo D A E R, temos a considerar o ativo trabalho das Prefeituras interessadas que têm ampliado, de ano para ano, a rede rodoviária, com muitos milhares de quilômetros de estradas municipais, muitas das quais já construídas com boa técnica, com 50 metros de raio mínimo, nas curvas, e rampas máximas de 5 %.

Mesmo as estradas vicinais, entregues aos cuidados dos colonos cujas propriedades são por elas servidas, oferecem condições de tráfego superiores às da maioria das estradas reais existentes na zona sul.

Seria fastidiosa, além de incompatível com a natureza deste trabalho, a enumeração dos eixos que recobrem esta rica região do Estado e que dos centros populosos situados no interior avançam rumo ao vale do Uruguai, aproveitando a orientação dos movimentos do terreno ou que estabelecem as ligações laterais entre as diversas localidades. São centenas de estradas e caminhos, algumas boas, a maioria regulares e muitas deficientes, senão mesmo péssimas, que ora permitem dupla circulação e tráfego garantido, ora mal dão passagem a um carro de bois.

Com o objetivo, porém, de dar uma ligeira idéia da importância desta grande malha rodoviária va-

mos procurar focalizar alguns dos seus aspectos mais notáveis.

Quanto à riqueza da rede e características técnicas das rodovias, poderemos distinguir nesta região duas faixas nítidas, coincidentes com a respectiva densidade demográfica. A primeira, partindo-se do centro para a periferia, tem o seu limite posterior na Coxilha Grande e a sua orla avançada balizada pelos núcleos populosos de Roque Gonzales, Campina, São Carlos, Tuparendi, Tucunduva, Horizontina, Três Passos, Herval Sêco e Frederico Westphalen. Suas estradas são algumas boas, a maior parte regulares, além de um grande número de caminhos carroçáveis, mas já vão formando malhas que se tornam mais densas à medida que convergem para o limite recuado.

A segunda faixa corre paralelamente ao Uruguai e suas estradas são quase que exclusivamente penetrantes lançadas em direção aos portos fluviais. Transversalmente, elas formam comunicações descontínuas que somente em pequenos trechos chegam a constituir roçadas, ao longo do rio.

Fortaleza, Redenção, Campo Novo, Três de Maio, Santa Rosa e Guaramano (antiga Colônia Guarani), são os pontos avançados que recebem os itinerários vindos da frente, enquanto que, em conjunto, é o sistema comandado por três núcleos populosos situados à retaguarda, para os quais aflui, ou, mais propriamente, de onde irradia todo o movimento: Santo Ângelo, Ijuí e Palmeira.

Assim, quem transpuser o Uruguai à montante da barra do Inhacorá, vai ter a Palmeira, quer se oriente por Campo Novo, por Três Passos ou por Frederico Westphalen.

O nó rodoviário de Palmeira por sua vez, liga-se a diversos pontos da via férrea, entre os quais em Erebang, Passo Fundo, Carazinho, Est. Belisário, Cruz Alta e Est. Santa Bárbara. Liga-se ainda ao ramal ferroviário de Santa Rosa nos seguintes pontos: Ijuí, Santo Ângelo e Comandá; liga-se a Santa Rosa por meio da roçada Campo

Novo — Três de Maio. Todas estas estradas possuem características que as recomendam como boas ou regulares.

E ainda de Palmeira que irradiam as estradas que vão a Irai, Itapiranga e Alto Uruguai, boa a primeira, regular a segunda e sofrível a terceira.

Para quem transpuser a fronteira abaixo do Inhacorá, Santo Ângelo é o ponto natural de destino. Esta localidade, nó rodoviário e estação ferroviária de intenso



Fig. 7 — Aspecto de um "caminho carroçável", típico da zona colonial

movimento, representa ao sul do Inhacorá idêntico papel ao de Palmeira, do lado norte daquele rio. É Santo Ângelo o centro para onde convergem todas as estradas vindas de oeste, exceção apenas de duas que se ligam diretamente a Ijuí. Santo Ângelo é um grande centro automobilístico, sede de numerosas empresas de ônibus e de várias oficinas mecânicas.

Finalmente, a cidade de Ijuí, situada em quincôncio relativamente às duas primeiras, representa o terceiro ponto chave do sistema e recebe os eixos que desbordam

Palmeira pelo sul e Santo Ângelo pelo norte.

Este importantíssimo nó rodoviário e estação ferroviária, joga na rodovia que percorre a Coxilha Grande um considerável e movimentado tráfego.

5 — Conclusão.

Difficil torna-se, sem dúvida, transmitir ao leitor uma impressão objetiva sobre um assunto desta natureza, essencialmente multiforme.

possibilidades de desbordamento através do campo; todavia os "passos" e outros pontos de passagem forçada invalidam, em grande parte, essa decantada vantagem.

Na zona colonial, de terreno mais dobrado e coberto, as estradas e caminhos correm geralmente sombreados pela mata vigorosa e alta-neira que a mão do homem tem arredado para o seu trânsito. Os itinerários coleam implantados à meia encosta, gaigando aqui altos



Fig. 3 — Aspecto comum, em tempo chuvoso, da estrada que demanda Itaqui, vinda da Encruzilhada de São Borja

Esforçamo-nos, porém, em fornecer uma visão panorâmica, destacando, sobretudo, as diferenças profundas existentes entre as duas grandes malhas de que se constitui a rede rodoviária noroestina: na zona das coxilhas, de amplos horizontes luminosos e raros, as estradas nuas, batidas de sol, marcando com um sulco avermelhado e sinuoso o dorso verdejante e abaulado das coxilhas. São quase infinitas aí as

divisores, transpondo, além os cursos d'água em socavões profundos; quase sempre são de difícil desbordamento.

Ao norte, a rede rodoviária é mais rica e suas estradas proporcionam um maior rendimento e um tráfego mais seguro; ao sul, ela é ainda pobre, precária e primitiva, avultando a primeira vista a grande falta de pontes.

O PROBLEMA DOS CORRESPONDENTES DE GUERRA

"É interesse vital, tão cedo quanto o permitam as condições de segurança, que a imprensa e o rádio possam relatar os acontecimentos da guerra, sejam ou não favoráveis, e com toda a amplitude."

Mas, isto, tendo-se em conta que "os sucessos reais não são sempre o que eles vêem." Desde então, "como evitar falsa interpretações dos correspondentes de guerra?"

"Aí está um problema que demanda o nosso mais acurado estudo?"

(Normandy to the Baltic — Montgomery.)

A ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA

Cel. FELISBERTO ESTEVAM DE OLIVEIRA
BAPTISTA

Da Diretoria de Engenharia

II

Há precisamente um ano, publicava esta Revista uns despretenhosos comentários que expendi, à margem de uma conferência do distinto camarada do Exército Norte-Americano, Tenente-Coronel Jackson Graham. Quis eu, conforme disse então "fazer chegar aos nossos Chefes o eco da angústia que nos oprime, oficiais de Engenharia, pela situação de pouca eficiência em que se debate a Engenharia Militar Brasileira".

Recebi, desde lá, algumas cartas de companheiros que, escutando o rebato, quiseram sadiamente cooperar no estudo de uma solução que possa vir a ser adotada pelos nossos Chefes para o maior e melhor preparo técnico-profissional dos Quadros de Oficiais da Arma de Engenharia.

Podem, as opiniões que me foram expressas, ser resumidas assim:

a) Formação dos Oficiais Técnicos desde a Escola Militar. Isto é, o cadete teria um curso básico comum e depois escolheria a especialidade preferida sobre cujo currículo básico sofreria o esforço principal.

b) Formação de "Oficiais de Transmissões" também desde a Escola Militar, visando melhor distribuir os assuntos — Engenharia e Transmissões — que seriam especialidades diferentes.

c) Formação, também desde a Escola Militar, por processo seme-

lhante ao do item a), de oficiais de outras "especialidades", como Topógrafos e Geógrafos.

d) Formação do oficial de Engenharia, paralelamente a essas "especialidades" (continuemos a chamá-las assim) e com maiores conhecimentos técnicos que os atualmente ministrados, de maneira a que ele venha a ser um verdadeiro "engenheiro de construção".

Estudemos cada uma das sugestões, de coração ao alto, mente serena e com desprezo pelo conformismo:

a) *Oficiais Técnicos e Quadro Técnico.*

É ponto pacífico que o atual processo de recrutamento de oficiais das Armas para o Quadro Técnico é falho, oneroso, tardio e inoperante, trazendo para o Exército sensíveis prejuízos com o definitivo afastamento da tropa dos elementos especializados quando, — principalmente os engenheiros de construção, — mais aptos estariam a prestar serviços normais do oficial de Engenharia e de primeiro plano em tempo de guerra: construção, reconstrução e melhoria de vias de comunicações.

Formar o Oficial Técnico desde os bancos da Escola Militar, em curso paralelo aos das Armas, é uma solução bem melhor que a atual mas que, no meu entender, vem onerar desnecessariamente os

cofres da Nação; e isto porque existindo as Faculdades Cívicas, mais bem aparelhadas, sem dúvida, para esse fim, poderá o Exército, sem as despesas de formação, atrair (por meio de contratos vantajosos ou pelo mesmo sistema adotado no Serviço de Saúde) para o seu meio, os elementos mais capazes nas especialidades requeridas e para as quais já houve uma primeira seleção natural.

Acresce que esta última orientação não virá retirar elementos de pendor militar que se orientaram para a Escola Militar numa fase, como a atual, em que já é insuficiente para o completo dos efetivos das Armas, o número dos egressos daquele Estabelecimento de Ensino.

Os técnicos recrutados pelo processo indicado (o normal em caso de mobilização para a guerra) poderiam fazer, com o decorrer do tempo, cursos de especialização, segundo as necessidades do Exército e com vantagens que equivaleriam a acessos a postos superiores.

Assim limitar-se-ia o Exército à formação de oficiais das Armas e aproveitaria, como lhe cabe, as forças vivas da Nação.

b) *Oficiais de Transmissões.*

Dentro da mesma ordem de idéias, não me parece vantajosa a formação de "Oficiais de Transmissões". Será criar "corpos estranhos" dentro da Arma de Engenharia e reincidir em fracionamentos da Engenharia talvez em grau mais acentuado que o de "Oficiais Técnicos" que agora se procura eliminar. Isto pareceria uma preparatória para a criação da Arma de Transmissões que o País não comporta, a prática não indica e a guerra não impõe. Parece mais aconselhável a manutenção do "Statu quo": especialização dos oficiais de todas as armas (em graus diferentes é claro) em Transmissões, assim como se especializam em Equipamentos Pesados, Purificação d'água, Camuflagem, Minas e Armadilhas, Motomecanização, Material Bélico, etc.

c) *Oficiais Topógrafos e Engenheiros Geógrafos.*

Da mesma maneira que para os cadetes que venham a tirar qualquer Curso Técnico, parece-nos desnecessária a formação em separado de Oficiais Topógrafos e Engenheiros Geógrafos; esta restrição mais se acentua no caso de cadetes de Engenharia, pôsto que estes assuntos estão compreendidos nos domínios da engenharia de construção, parte integrante que são de qualquer trabalho no terreno.

De qualquer maneira já a formação do topógrafo será obrigatória quando, no curso de engenheiro, se abordar o ramo de estradas, restando apenas a formação do Geógrafo como extensão natural da outra especialidade.

Em tal conjuntura teríamos a especialidade de Geógrafo, como curso de "Complementação" dos oficiais da Arma de Engenharia, tendo em vista a ampla aplicação que nosso extenso território oferece a esse ramo da Engenharia.

d) *Formação do Oficial da Arma de Engenharia.*

Esta é que indubitavelmente precisa ser melhorada, dando-se um preparo mais técnico ao cadete de Engenharia, ministrando-se-lhe, em suma, conhecimentos mais desenvolvidos de Construção, do que resultará fazer realmente de todo oficial de Engenharia um engenheiro.

Isto sem prejuízo da parte militar propriamente dita, para não recairmos no erro inicial em que incidia, digamos, a Escola Militar da Praia Vermelha, — função das idéias da época: — da formação de Oficiais de Engenharia com acentuado academicismo o que criou a desagradável e absolutamente injusta pecha de "paisano" com que até presentemente nos diminuem, não obstante caibam à Arma de Engenharia, agora mais acentuadamente que antes, tarefas de Campo de Batalha que a igualam perfeitamente às Armas irmãs.

Dentro da mesma ordem de idéias, urge providências que visem a melhoria do preparo técnico dos atuais oficiais de Engenharia, com uma revisão ampliada dos assuntos essencialmente técnicos, concorrentemente com essas medi-

das, poder-se-ia, desde já "reincorporar" à Arma de Engenharia os atuais Oficiais Técnicos, não há dúvida que dos seus melhores valores intelectuais, fazendo-se-os reintegrar nos Quartéis, dando-se-lhes números no "Almanaque do Exército", em uma palavra, recuperando-os para a Arma.

Tal medida teria a extraordinária vantagem de fulminar o elemento de cisão existente dentro da Engenharia Militar Brasileira, confessamo-lo francamente, com o inevitável enfraquecimento que acarretará para a nossa Arma de Engenharia.

e) Conclusão.

Já haviam sido escritas estas linhas quando recebi uma carta do Major de Engenharia, Samuel Alves Corrêa, um dos valores reais da nova geração e atualmente estagando no Fort Belvoir. Diz-me ele o seguinte, que, data vênica, transcrevo de sua carta:

"Desde o Brasil, fazia-me espécie como conseguiam os Oficiais de Eng. americano conciliar os conhecimentos táticos com os técnicos, a ponto de realizar trabalhos civis de vulto sem

nossa solução de Quadro Técnico separado! E aqui tenho procurado sentir a chave, que é simples: ao Oficial de Eng. são dadas noções fundamentais de tática e de técnica, que não o transformam contudo num "Doutor sabe-tudo". Tanto assim é, que nos trabalhos civis, nas fábricas militares, etc., as funções essencialmente técnicas são desempenhadas por engenheiros civis habilitados que, bem pagos, envelhecem na especialização requerida. E os Oficiais somente supervisionam!...

É uma solução inteligente e barata, que mantém o técnico ao serviço das necessidades da tropa!

Atuando sob a ação de ajustados interesses, o Corpo de Engenheiros é unido, tendo sob sua direção a instrução, pesquisa, publicações, trabalhos civis, etc. É pena que não tenhamos conseguido manter, como eles, nossa coesão, fragmentada atualmente aqui e acolá, com prejuízo para o conjunto e para os componentes!"

Sem comentários!

INSTRUÇÃO DE MORTEIROS

(Mrt. 60 mm — M2 e Mrt. 81 mm — M1)

Major Euro Lobo Martins

AVISO

Apareceu, finalmente, a edição por cooperação da Separata do artigo "INSTRUÇÃO DE MORTEIROS" de autoria do Major EURO LOBO MARTINS.

Os Camaradas, residentes nesta Capital, e que se inscreveram para a respectiva aquisição, são convidados a comparecerem na nossa Redação a fim de receberem o exemplar que lhes foi reservado.

O BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO NA ECONOMIA DO ESTADO E DO BRASIL

Quando da inauguração, na Capital Federal, no dia 7 de agosto de 1949, da Agência do Banco do Estado de São Paulo, o Sr. Armando Alcântara, seu Diretor Superintendente, pronunciou magnífica oração que pelos ensinamentos, conceitos justos e oportunos e pela simplicidade e clareza do estilo, se impõe como uma fecunda lição de economia e finanças.

Entendemos, por isso, que seria instrutivo e útil aos nossos leitores a transcrição de alguns trechos daquela oração, o que fazemos, aliás não sem rendermos nossas homenagens ao espírito do Sr. Armando Alcântara, que, dentre os nossos homens públicos, se destaca pela perspicaz e lucida visão dos magnos problemas do Brasil:

"A epopéia ciclópica das bandeiras, que fêz recuar, até os contrafortes dos Andes, as lindas do Tratado de Tordesilhas, arrebatando do cedido Fernando e Isabel, mais de 6.000.000 de quilômetros quadrados, para com eles integrar esse colosso que é a Pátria comum; as lutas e os sofrimentos inenarráveis do período da mineração nas longínquas Gerais nos sertões dos Guaiazes ou no distante Cuiabá; a mineração; o trabalho dos engenhos; a implantação da grande lavoura cafeeira e, mais modernamente, o aceleramento e a diversidade de sua extraordinária atividade industrial — tudo são evidências daquele determinismo histórico que erige São Paulo, desde os primórdios de nossa formação, não como fenômeno isolado, nem tão pouco como exceção regional, mas, exclusivamente, como essência de todo o país, como baluarte das aspirações nacionais. São Paulo e os paulistas, pois, como o testemunham o passado e o presente, existem em função do Brasil, vivem pelo Brasil e prosperam com e para o Brasil. Nem de outra forma podia ser, dadas as origens comuns que ligam essa unidade da Federação às demais e sua imanen- interdependência econômica.

Refere-se Roberto Simonsen — esse espírito lúcido e brilhante, cuja vida se findou há bem pouco, deixando, porém, uma luminosa trajetória a marcar a sua passagem nos fastos da nacionalidade, como um dos astros de singular grandeza da cultura brasileira —, em sua notável "HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL", que as primeiras bandeiras piratininganas construíram a nossa terra, em suas audaciosas jornadas, seguindo pelo caminho do Tietê, alcançando a bacia do Paraná e os afluentes da margem ocidental deste rio, em demanda das terras de Mato Grosso, já subindo pelo Parnaíba, visando os sertões goianos, já penetrando pelo vale do Rio Pardo, galgando a bacia do Sapucaí, e pelo Rio Grande, alcançando Goiás e, ainda, a bacia do Rio das Velhas, até o vale do São Francisco. Já nos meados do século XVIII, observa Paulo Prado, em seu precioso estudo intitulado "CAMINHO DO MAR, Paulista", o isolamento de Piratininga aos poucos se atenuou e desapareceu, passando a Cidade de São Paulo a ser o centro de uma estrela irradiando em todos os quadrantes. "Cinco grandes estradas ligaram-na ao resto do país. Para o leste, a estrada do Parnaíba, rumo a Minas Gerais e Rio de Janeiro; para o norte, demandando os sertões do Camanducaia e do Sapucaí, a estrada do Sul de Minas; a noroeste, buscando Goiás, o velho caminho das bandeiras do Anhangüera; em direção do centro oeste, pelo vale do Tietê, abria-se a estrada das Monções, e, finalmente, para o sul, o caminho que conduzia aos campos de Curitiba, das Lages e Missões".

"Essa indissolúvel comunhão de São Paulo com o Brasil faz do paulista, tradicionalmente, um fulcro de todo pátrio, onde vibram e onde passam, em sincronismo, tôdas as alegrias, todos os anseios, tôdas

as preocupações da alma nacional. Por essas razões, o forte espírito de brasilidade, plasmado em São Paulo, extravasa-se de suas fronteiras territoriais e vai repercutir, fundamente, em todos os recantos da Pátria, tornando-a uma e indivisível. Tal a vinculação de São Paulo ao Brasil, que "paulista" já deixou de exprimir somente o que nasceu em São Paulo. De fato, a significação do termo "paulista" é mais ampla do que o seu sentido geográfico, diz J. F. Normano. "Até mesmo o moderno senhor de engenho da Bahia, o moderno fazendeiro de Minas Gerais e o proprietário de uma fazenda de criar, do Rio Grande do Sul, são, economicamente falando, paulistas". "Paulista — resume aquele notável professor americano — é o "homo economicus" brasileiro, o "iânque" do continente sulino".

É preciso, pois, ter presente, ao espírito, essa extraordinária identidade de sentir e de agir, existente entre o paulista e os demais brasileiros, para bem se compreender a missão de São Paulo dentro da Federação, tanto no passado, como no presente e no futuro. Não, de certo, por pretender exceder, em merecimento, a qualquer outro Estado irmão; não por se julgar o primeiro, nem o mais poderoso da comunidade brasileira. São Paulo, entretanto, por sua capacidade realizadora, orgulha-se, por justo título, de ser a força econômica que é e, fiel aos seus ideais, quer ser ainda mais, marcando com um cunho de inconfundível brasilidade todos os seus atos e empreendimentos. Sem doentias preocupações e particularismos, cumpre tranquilamente e com decisão, a missão histórica que lhe foi destinada, contribuindo, sem reservas, com o seu trabalho, o seu patriotismo e seu altaneirismo, para o fortalecimento da grande Pátria comum, objetivando torná-la mais poderosa!"

"O programa da expansão deste estabelecimento, que vem sendo paulatinamente executado há mais de 3 lustros, e ao qual tem dado decidido apoio o ilustre governador Dr. Ademar de Barros, seguindo as mesmas linhas da inter-comunicação da economia brasileira, que se entrosou por vias diretas e indiretas, no parque manufatureiro bandeirante, exige que as acompanhemos até onde se aprofundem com maior intensidade. Na execução desse programa, cuidou o Banco, primeiramente, de dotar o próprio Estado de apreciável número de Agências disseminadas por todo o interior da sua circunscrição territorial, havendo, até agora, instalado, precisamente, 58 desses Departamentos, e mais o de Campo Grande, no progressista Mato Grosso, guardião avançado de nossas fronteiras, onde, sem falsa modéstia, temos prestado reais e proveitosos serviços no intercâmbio econômico-financeiro das duas unidades da Federação, tradicionalmente irmanadas.

É, pois, bem compreensível e muito natural, convindo mesmo assinalar-se que um país como o nosso, pontilhado por verdadeiras ilhas geo-econômicas, em virtude da sua enorme extensão territorial, das dificuldades extremas de comunicação, e com uma população orçada por 45 milhões de almas, se veja na contingência de buscar na sua própria economia, através dos seus institutos de crédito, os meios de deferimento às necessidades mais condizentes com a civilização que vai criando nesta parte do hemisfério sul-americano. Há a considerar, além disso, que, por força do nosso frágil arcabouço econômico, as exportações do país são, praticamente, baseadas em produtos da agricultura ou da indústria extrativa, limitando-se, por assim dizer-se, ao café, algodão, cacau, herba-mate, borracha silvestre, carnes, couros, peles, frutas, carnaúba e poucos artigos outros.

Não resultando, em tal circunstância, superávits do nosso comércio com o exterior, é de meridiana evidência a impossibilidade em que se vê o nosso país, de realizar a aquisição, em maior escala, de bens de produção indispensáveis ao nosso eficiente equipamento, e, ainda, de umas tantas utilidades de consumo forçado, que as demais Nações procuram colocar em nossos mercados internos.

Por esses e outros motivos, formais e indiscutíveis, é que temos de limitar, inapelavelmente, os nossos gastos com a importação de artigos supérfluos, somente utilizando aqueles absolutamente necessários ao nosso desenvolvimento econômico, de modo a criar e aumentar, com redobrados esforços, a expansão crescente da industrialização e transformação das matérias primas nacionais, em nosso próprio proveito. E, mais se justifica essa intransigente decisão, se considerarmos que o cruzeiro não goza de livre curso, no intercâmbio internacional, em razão de não obter o nosso país, com frequência, saldos disponíveis na balança de contas com o exterior, obrigando-nos, por isso mesmo, a extrair das forças vivas da Nação, os mais completos e proveitosos resultados, através do desenvolvimento intensivo do seu comércio e consumo internos, base segura da solidez do imprescindível mercado nacional. Cabe a São Paulo, por certo, nesta conjuntura, papel preponderante, seguindo, assim, a sua tradição e vocação inelutável para o trabalho, porque dispõe de um magnífico parque industrial; porque conta com modernos meios de transporte e apreciáveis vias de comunicação; porque os produtos ali manufaturados ou os artigos de sua indústria, não conhecem empêgos na confiança e no conceito dos consumidores patricios, pelo esmero e técnica do seu acabamento; porque toda a sua atividade se desenvolve, através de esforços inauditos e ingente dedicação, no sentido alto do revigoramento da unidade econômica nacional. Demonstração dessas assertivas, encontramos-na no seu vultoso comércio de cabotagem e por vias internas, cuja importância pode ser aferida das cifras, a seguir alinhadas, relativas ao ano de 1946, último período de que nos dão notícia as estatísticas conhecidas:

Exportação de São Paulo	Toneladas	Cruzeiros
Cabotagem.....	245.349	2.639.690.000,00
Vias Internas.....	714.467	7.492.508.000,00
Totais.....	959.816	10.132.198.000,00

Importação de São Paulo

Cabotagem.....	771.558	2.109.545.000,00
Vias Internas.....	1.657.695	5.521.493.000,00
Totais.....	2.429.253	7.631.038.000,00

Junte-se a esses dados, já de si tão significativos, a formidável evolução industrial brasileira, dentro da qual São Paulo está integrado com considerável contingente, e que, segundo o professor Robert Hall, economista americano, pode ser considerado como sendo o fenômeno econômico e sociológico mais extraordinário da América Latina, evolução essa expressa nestes eloquentes algarismos, referentes tão só ao volume de produção, sem contar com o impressionante investimento de capital para construção, reequipamento e novas instalações do parque industrial:

Brasil	Cruzeiros
1938.....	12.000.000.000,00
1942.....	22.000.000.000,00
1946.....	64.000.000.000,00
1948.....	80.000.000.000,00

Já o dissermos e não será ocioso repetir: São Paulo tem, no seu afã de progresso, a missão histórica e a predestinação irrecusável de trabalhar, ininterruptamente, pelo fortalecimento da unidade da Pátria bra-

sileira. Allás, que outra linha poderia seguir senão essa, por força de sua dedicação de servir, sem pausa, à Nação e por obediência aos seus atávicos e irresistíveis sentimentos de brasilidade, por tudo quanto se refere à grandeza da Pátria?

O crescimento de São Paulo, como evidenciam fatos exuberantes e patentes, encontra justificativa no próprio desenvolvimento do Brasil. Tem-lhe vindo (convém que se diga, em homenagem aos nossos irmãos), de todos os rincões de nossa terra, sem reservas nem mesquinhez, os mais poderosos impulsos ao seu progresso. Atestam-no os dados relativos ao seu comércio de cabotagem e permutas internas, a que já nos referimos, oriundos de seu intercâmbio com as demais Unidades da Federação. Sua situação privilegiada na orla do Atlântico, com um intenso intercâmbio obrigatório; sua útil posição de intermediário irrecusável de outras regiões do país, tais como, sul de Minas, Mato Grosso, Goiás e Norte do Paraná, permitem-lhe crescer, concomitante e paralelamente, com o desenvolvimento dessas vastas zonas do território pátrio. Não é São Paulo, senão, como já frisamos, a resultante das próprias forças vivas da nacionalidade. Isto, naturalmente, lhe vem das suas terras roxas, ferazes e húmusas; do seu clima temperado e preferido; das suas ferrovias progressistas e conceituadas; das suas rodovias e aerovias confortáveis e utilíssimas; dos seus campos verdejantes e férteis; dos seus cafezais interminos, a escorrer esse sangue rubro que nos tem dado força e expressão econômica no comércio internacional; das suas acreditadas indústrias; do adensamento demográfico de sua população, e, enfim, da civilização criada por tantos fatores favoráveis que a natureza dadivosa lhe proporcionou. É para São Paulo uma honra e privilégio no presente, como já o foi no passado, cumprir a missão histórica que lhe coube pela vontade de Deus, de não parar nem entibiar-se, no seu trabalho pertinaz e resolutivo, pela crescente grandeza da Federação.

Cabe aqui, por certo, ligeira referência à importante função que exercem as instituições de crédito, não só, em relação ao progresso econômico da Nação a que servem, mas, também, no tocante ao trabalho fecundo de civilização que praticam, penetrando com suas agências em todos os rincões da Pátria, facilitando, assim, através do intercâmbio que realizam, o mais eficiente e patriótico esforço em prol da unidade nacional.

Foi assim pensando que, vai por dois anos, louvamos, com particular agrado, a iniciativa do governo da República, no sentido da criação do Banco Central Brasileiro, para fixar, por esse meio, novos rumos à política econômico-financeira do país, estabelecendo-lhe a necessária unidade e disciplina. Ao tempo, demonstramos a imperiosa necessidade em que se encontrava a Nação, de realizar tal empreendimento, considerando a fragilidade de sua estrutura econômico-financeira, em face, notadamente, da sua extensão territorial, da extrema dificuldade de transporte e deficiência de vias de comunicação. Não compreendemos porque, até agora, esteja sendo procrastinada a efetivação de tão importante providência.

Vale dizer que o Banco Central, pelas atribuições que lhe serão conferidas, poderá ser, se assim o quiserem os nossos legisladores, a base sólida do desenvolvimento do nosso imperfeito sistema bancário. Pensamos que, não obstante os elevados propósitos do projeto inicial, oferecido à consideração do Congresso Nacional, e ali ainda em estudo, a melhor solução, no momento, não seria a criação simultânea de quatro ou cinco Bancos especializados, como fôra proposto, mas, simplesmente, a criação do Banco Central Brasileiro.

Para o desenvolvimento extensivo do país, a nosso ver, bastaria que esse Instituto Central estabelecesse, nas diferentes zonas geo-econômicas em que o mesmo se divide, várias agências, a exemplo dos Bancos Centrais

distritas existentes na América do Norte, tôdas subordinadas ao órgão Central, mas, dirigidas por Conselhos de Administração, dos quais deveriam participar, obrigatoriamente, diretores eleitos pelas associações de classe locais, escolhidos entre os brasileiros natos mais conhecidos por sua idoneidade, capacidade de trabalho, com grande tirocinio e tradição no comércio, na indústria e na lavoura, fazendo-se, assim, justiça histórica aos legítimos interesses dessas regiões.

Não há negar que muito esforço sincero tem sido despendido no sentido de encontrar-se, para os graves problemas que atormentam a Nação, soluções que mais rapidamente a coloquem ao resguardo, principalmente de causas externas, cujo reflexo na situação interna, tanto tem entravado o ritmo natural do seu progresso. Contamos, inegavelmente, com homens de acendrado patriotismo e exata noção do espírito público, capazes de fixar acertadas diretrizes para bem orientar os destinos do país como contamos, por igual, com a colaboração leal dos filhos de outras Nações, que para aqui vieram cheios de esperanças e conosco têm comungado, em todos os instantes, dos nossos sacrifícios e alegrias.

É evidente que a simples promulgação da lei que organiza o sistema bancário nacional, embora constituindo decisão de grande alcance para a solução do nosso problema econômico-financeiro, por si só não abrangará, com a amplitude necessária, tôda a complexidade da momentosa questão. Os benefícios da assistência creditícia, ainda que melhor disciplinados ou mais extensamente concedidos, não bastam como resolução das dificuldades que nos afligem.

Numerosas questões outras existem, ainda, por solver. No que tangê às atividades rurais, por exemplo, quase que ainda não saímos do estágio caracteristicamente primitivo do tempo colonial.

Faltam-nos a mecanização dos trabalhos agrícolas, para incrementar e baratear a produção; a instalação de silos, armazéns e frigoríficos, destinados à guarda, conservação e distribuição nos mercados consumidores dos produtos necessários ao seu abastecimento; a assistência técnica, a lado de substancial aumento dos meios de transporte, ferroviários e rodoviários; o combate intensivo às pragas e moléstias fitopatológicas; a produção abundante e acessível de adubos e fertilizantes, são outros problemas importantes, se não mesmo, basilares da economia nacional. Aumentada a produção agrícola, robustecida a resistência econômica do lavrador, pelo amparo do seu trabalho e defesa da sua produção, através de justa remuneração, pela efetiva garantia de preços, teremos, destarte, os produtos exportáveis, bem como os de consumo interno, livres das manobras especulativas, dispensando, no mesmo passo, os tabelamentos ineficazes e contraproducentes, medidas de que nos temos utilizado, e illusória pretensão de corrigir efeitos, ao invés de combater as causas.

Só assim poderão todos os Estados Federados, com igual proveito para o organismo econômico da Nação, aumentar os seus recursos, elevar, de maneira apreciável, o padrão de vida dos nossos patriotas em tôdas as regiões, dispondo, ao mesmo tempo, para o intercâmbio interno e externo, de grande massa de produtos delas provenientes. Estamos convencidos de que, só por esse meio, é que poderemos evitar que perca, como, lamentavelmente, vem sucedendo, grande parte do penoso esforço de todos quantos, nesta querida terra de Santa Cruz, têm, com desdobraço labor, impulsionado o seu progresso, através do febril movimento das máquinas; do arroteamento das nossas terras ubérrimas e férteis; do pastoreio dos rebanhos; da ânsia de criar riquezas para a obtenção de um nível de vida melhor e mais compatível com a dignidade humana; do gosto pelo aprimoramento da cultura intelectual; do papo-pitar tumultuante das nossas cidades e, finalmente, do trabalho gigantesco, pertinaz e empreendedor, do Homem, que, apesar de tôdas as vicissitudes, tem tido fé nos altos destinos do Brasil."

A CRIAÇÃO DO CAVALO MILITAR

Ten.-Cel. HERMENEGILDO DE OLIVEIRA CARNEIRO,
da D.R.V.

II

A melhoria de nossos rebanhos não pode atingir seu objetivo sem que nossos criadores se convençam que "metade da raça entra pela boca".

Não basta que o Serviço de Remonta e Veterinária do Exército distribua gratuitamente seus belos reprodutores: é necessário também que os criadores melhorem as pastagens naturais e criem o hábito de fenar gramíneas e leguminosas para época de carência de forragem.

Em regra geral, essa carência coincide com a época invernososa nos Estados do Sul e Centro e nos Estados do Norte com a época das grandes estiagens.

A perda de substância, peso, no gado de corte, diminuição da produção leiteira e parada no crescimento nos eqüíneos, é periódica e anual.

Nossos animais sofrem anualmente oscilações máximas e mínimas no seu peso e desenvolvimento.

Nos países onde o inverno é rigoroso, os animais precisam de forragem ensiladas ou fenadas para sobreviverem. Essa servidão impõe ao homem, para conservação de sua riqueza pecuária, o imperativo de reserva nutritiva.

Essa providência é que permite com a seleção e cruzamento a criação de plantéis magníficos, que estamos longe de conseguir e não atingiremos, se não quebrarmos a rotina.

Calculem os nossos fazendeiros a perda de peso do gado de corte, a diminuição da produção de leite e a parada de crescimento dos eqüíneos anualmente e, então, sentirão a necessidade de mudar de rumos, seguindo o exemplo dos países mais adiantados.

Vamos focalizar, agora, um ponto também interessante na criação de eqüíneos, para poderem tirar dela, além de seu objetivo patriótico, o maior proveito econômico.

Incontestavelmente, os cavalos que no mercado nacional obtêm melhores preços, são os cavalos para prática do esporte de salto de obstáculos, esses preços variam de cinco a vinte mil cruzeiros.

Para conseguirmos a criação desses animais poderemos seguir dois caminhos, o primeiro é a seleção de 20 % da produção de eqüíneos e submetê-los a partir dos dois anos a um regime de semi-estabulação e um trabalho racional.

O segundo caminho, mais fácil de percorrer, será a criação do mestiço tipo "Hunter", isto é, o cruzamento do garanhão P.S.I., preferencialmente com éguas de sangue "Bretão Postier" ou "Percheron".

O principal cuidado no segundo caminho é a escolha do tipo do garanhão P.S.I., pois dele depende o êxito do empreendimento.

O garanhão inglês deverá ser submetido para escolha, além do

vigor e fecundidade, ao seguinte gabarito: dorso curto, articulações fortes e baixas, bom perímetro torácico, garupa forte, equilíbrio horizontal e andaduras amplas e macias e boa índole.

Esse mestiço é de grande precocidade, rusticidade e docilidade e, submetido a partir dos dois anos ao regime de semi-estabulação e trabalho racional, torna-se o cavalo ideal para esporte, além de ser de dupla utilidade, porque também se presta admiravelmente para tração leve.

Se já existissem como indústria particular ou no próprio Exército

os "campos de recria de potros", solução seria facilíssima de conseguir, vendendo os criadores seus mestiços selecionados aos dois anos, resolvendo, assim, os grandes entraves do criador equíneo:

a) a remuneração em menor tempo dos juros do capital empregado;

b) porque a partir de dois anos os nossos mestiços de qualquer raça em nossos campos, não atingem seu desenvolvimento completo sem ração suplementar.

(Continua)

BOAS FESTAS

"A Defesa Nacional", no período das festas, recebeu cumprimentos dos seguintes amigos:

- General RAUL SILVEIRA DE MELLO;
 - Major BELARMINO NEVES GALVÃO;
 - Editora "A Noite";
 - Oficiais, sargentos e funcionários da COUDELARIA 'POUR ALEGRE';
 - Estabelecimentos Ch. Lorilleux S.A. (Tintas).
- Agradecemos e retribuimos muito cordialmente.

TEORIAS ECONÔMICAS

O proteccionismo industrial sem consideração pela comodidade da população é um contra-senso que só serve para favorecer alguns poucos privilegiados. Diz Paul F. Gimmel, professor de Economia na Universidade da Pensilvânia:

"Comprar artigos quer dizer dar dinheiro, ou poder de compra, troca de comodidades ou serviços. E a pessoa que recebe este poder compra, utilizá-lo-á a seu turno, adquirindo as utilidades e os serviços que desalar. Em outras palavras, cada vez que nós compramos artigos econômicos, efetuamos um comércio, indireto, o mais das vezes. Em caso de livre negócio ambas as partes ganham, de fato. (Porque dão o que têm em excesso e adquirem o que lhes falta). É obvio que se ganha quando se despende o dinheiro onde se pode obter com ele maior quantidade de utilidades e serviços. Se um mercado longínquo dá mais ou melhores artigos que o local pelo mesmo dinheiro, seria certamente uma loucura para o comprador adquirir seus artigos neste último. Se as indústrias locais não são capazes de jamais competir com as de lugares distantes, será então econômico deixá-las perecer, uma vez que não podem sobreviver em competição com suas rivais."

(Fundamentals of Economics, Paul F. Gimmel, Professor da Universidade da Pensilvânia.)

A FORMAÇÃO COMPLETA DO OFICIAL DE ARTILHARIA

Capitão NILTON FREIXINHO
Instrutor da E.E.M.

Um oficial da Arma de Artilharia pode, em operações, ser chamado a desempenhar funções no âmbito de:

- Bateria;
- Grupo;
- Agrupamento;

Estado-Maior/Artilharia Divisória;

Estado-Maior/Artilharia de Corpo de Exército.

Devem pois existir Escolas ou Cursos que tomem a seu cargo o adestramento dos oficiais de Artilharia tendo em vista aquelas funções.

No nosso Exército o problema não tem sido devidamente abordado. A Escola Militar prepara o Cmt. de Bateria e os oficiais do Estado-Maior do Grupo. Os aspirantes mais capazes terminam seu curso em condições de comandar o Grupo.

A E.A.O. aperfeiçoa o artilheiro para as funções do E.M. do Grupo e prepara o Cmt. de Grupo e de Agrupamento de Apóio Direto, pósto que ali são ministradas noções de combinações de Armas.

A Escola de Estado-Maior, destinada particularmente à formação do oficial como membro de Grande Unidade (Divisão, C.Ex.), não inclui, nem poderia fazê-lo, o estudo

de Estados-Maiores especializados das Armas, como a A.D. e A.C.Ex. No que se refere à artilharia, a E.E.M. ministra conhecimentos básicos para o emprego da arma no escalão divisionário e no escalão C.Ex. Trata-se de dar ao futuro oficial de estado-maior os conhecimentos necessários ao funcionamento da A.D. e A.C.Ex. na sua articulação com a manobra da G.U.

Vemos, portanto que não há no Brasil uma Escola que prepare tecnicamente os membros do E.M. da A.D. e de A.C.Ex. O problema deve ser resolvido para termos uma Artilharia atuando com eficácia no combate.

A guisa de estudo, vamos apresentar uma solução ao problema.

A E.A.O. (Curso de Artilharia) teria por missão:

- (1) aperfeiçoar o oficial de artilharia como membro do E.M. do Grupo;
- (2) formar o Cmt. de Grupo;
- (3) formar o Cmt. de Agrupamento de Apóio Direto;
- (4) formar o oficial de artilharia de estado-maior especializado: A.D. e A.C.Ex.

Num ano letivo de nove meses é perfeitamente possível cumprir o programa acima traçado com a seguinte repartição do tempo:

E.A.O. (CURSO DE ARTILHARIA)

Finalidade	Tempo de duração
Aperfeiçoar o oficial como membro do E.M. de Grupo	7 meses
Formar o Cmt. de Grupo	
Formar o Cmt. de Agrupamento de apoio direto	
Formar o oficial de E.M. de A.D.	1 mês
Formar o oficial de E.M. de A.C.Ex.	1 mês

A Escola de Estado-Maior formaria, como já o faz na pessoa dos artilheiros que a frequentam, o Cmt. de A.D. e o Cmt. de A.C.Ex.

A elaboração pormenorizada de um programa para atender o obje-

tivo do ensino da E.A.O. (Curso de Artilharia) seria muito simples. Deixamos de fazê-lo porque este artigo tem por escopo somente agitar a questão, nos meios militares interessados.

ALUGA-SE TRATOR**PARA ABERTURA DE RUAS E APLAINAR TERRA****CARREGA-SE BARRO, TIJOLO E SAIBRO****ATERROS E DESATERROS****ANTONIO DE MATTOS****Residência — RUA CARDOSO QUINTAO, 870 (Barreira)****TEL. 29-1874 — ENTRE TOMAZ COELHO E CAVALCANTE****OLARIA — RUA SILVA VALE — ENGENHO DO MATO**

O DISTINTIVO DA F. E. B.

Ten.-Cel. SENNA CAMPOS

Houve por bem o Exmo. Sr. Ministro da Guerra restabelecer o uso do distintivo com que os componentes da Força Expedicionária Brasileira lutaram na campanha da Itália.

Em Aviso n. 484, de 11 de julho de 1949, ficou autorizado, em caráter facultativo, o uso do distintivo pelos oficiais e praças que pertenceram efetivamente à Força Expedicionária Brasileira, na Campanha da Itália.



Contemos, em poucas linhas, a história desse distintivo que, como muitos outros das Divisões, Corpos de Exército e Exército, estabeleciam a diferença entre as Grandes Unidades e mesmo entre povos diversos.

Não temos, entre nós, o espírito de Grande Unidade, enquanto que cultivamos o espírito de Corpo. Na guerra surge, fatalmente, essa união entre homens que se batem sob o comando de um chefe que

emprega diversas armas e envolve a todos na mesma vontade, no mesmo sentido e num destino comum.

Logo depois do regresso das nossas forças foram criados distintivos especiais para os três Regimentos de Infantaria que haviam tomado parte na campanha, esquecendo-se das outras armas, numa injustiça flagrante, num desprezo chocante dos feitos, também meritórios, dos demais que colaboraram no esforço conjunto.

A medida, ora adotada, veio nivelar ações dignas e relevantes de todos os componentes da Força Expedicionária Brasileira e constituir motivo de lembrança perene dos feitos de nossos homens, do esforço da nação em armas e do patriotismo dos brasileiros. Não se trata de diferenciar elementos de um mesmo Exército, mas a perpetuação, sempre viva, de um passado já histórico, feito único nos anais militares das Forças Armadas e glória sempre apontada às gerações de soldados do Brasil.

Levaram daqui, os componentes da F.E.B., a expressão, até cantada em música popular — a cobra está fumando —, sem que soubessem mesmo a sua origem. Quando se procurava investigar a sua precedência, várias eram as versões. Mas o que é certo, entretanto, é que exprimia, como muitos ditos populares, o sentido real de um fato ou de uma idéia.

Ouvimos, pela primeira vez, a bordo, quando da travessia do 1º Escalão rumo a Nápoles. Navegávamos pelas águas do Mediterrâneo, no dia 14 de julho de 1944, ao longo da Argélia, quando, às 20 horas, foi dado o toque de

postos de combate, por estarmos atravessando zona perigosa e sujeita a ataques aéreos partidos da França ocupada, e de uma distância de 360 milhas. Foram avistados aviões suspeitos que determinaram as medidas postas em prática.

Quarenta minutos depois, sobrevoaram o nosso comboio, dois aviões de caça e às 22 horas já as medidas tinham sido aliviadas com a nossa posição sob o manto protetor da quinta Arma, com bases no norte da África.

A notícia do perigo, ao invés de trazer preocupações, trouxe um alvoroço a bordo pela mudança da monotonia da viagem, uma oportunidade de luta e de novidade. Foi então que por todos os cantos surgiu, bem a propósito, a expressão — *a cobra vai fumar*. E daí por diante não mais nos abandonou esse ditado, usado sempre que a defesa antiaérea entrava em ação. Com ele fizemos a guerra e, como outros, passará a História, com a sua significação realista e com o seu espírito muito brasileiro.

Corria o dia 25 de setembro de 1944 quando o Sr. General Eurico Dutra chegou a Florença, como Ministro da Guerra e em visita à tropa expedicionária e que mal havia começado as suas ações de guerra, ao norte de Pisa.

Estávamos como oficial de ligação no Q.G. do 5º Exército Americano, que tinha Bolonha como seu objetivo principal e fazia seu grande esforço ao norte de Florença.

Após a recepção de estilo e a solenidade de condecoração dos Srs. Generais Mascarenhas e Zenóbio, em nome do Presidente Roosevelt, houve um almoço ligeiro em uma barraca armada no meio do bosque situado em plena cidade.

Nessa ocasião contaram ao Senhor Gen. Clark a história da cobra fumando, certamente uma daquelas versões, e o chefe americano achou muito interessante a expressão, a qual poderia servir de motivo para um distintivo da

Divisão Brasileira, pois era a única Grande Unidade do 5º Exército sem uma identidade expressiva. As G.U. aliadas, todas haviam imaginado os seus distintivos, valendo-se de fatos ocorridos em sua vida militar.

Foi assim que o chefe brasileiro chamando o chefe da 4ª Seção de seu Estado-Maior, determinou que fôsse imaginado um distintivo para a Divisão Expedicionária, tendo como motivo a expressão já consagrada pela nossa tropa.

No dia 30 o Sr. General Dutra visitou o Q.G. brasileiro na tenuta de S. Rossore, em Pisa e teve ocasião de aprovar o distintivo da F.E.B. constituído por uma cobra verde fumando um cigarro, sobre um campo amarelo, encimado pela palavra Brasil, em branco, sobre fundo azul. Para maior contraste do conjunto foi imaginado um debrum vermelho.

Mais tarde foi substituído o cigarro por um cachimbo, pois soube-se que na frente os homens diziam estar a cobra fumando cachimbo quando os encontros eram mais violentos.

O distintivo agradou plenamente a brasileiros e americanos, pois os primeiros tiveram materializada a sua expressão proferida e os segundos viram, nas cores adotadas, o entrelaçamento de brasileiros e americanos.

Devemos declarar sinceramente que esse fato constituiu uma simples coincidência, ou antes, uma preferência de cores no ser desenhado e debrum...

Dêsse momento em diante surgiu o problema da confecção desses distintivos, num meio parco de recursos e numa quantidade que chegasse para os milhares de homens em ação. O nosso Serviço Especial encarregou-se dessa parte e em pouco Florença, Roma e Nápoles prepararam exemplares que eram disputados pela nossa gente. O preço não era dos mais convidativos e a produção deixava muito a desejar, quanto ao número de distintivos. Dessa forma, uma nova indústria surgiu em torno da vontade de cada um em ostentá-

no terço superior do braço esquerdo, a expressão material do dito popular.

Houve uma promessa de 25 mil distintivos, feita pelo nosso Serviço de Intendência do Rio, mas nunca chegou a se positivar.

Ao terminar a guerra, descobriu-se em Milão uma casa que se prontificou a fabricar, em metal, os tão almejados distintivos. Dessa forma, a nossa tropa desembarcou no Rio, trazendo pregado no braço, o falado distintivo, somente entregue a bordo, para evitar que ficasse na Itália como o simples "souvenir...".

Disse acima — falado distintivo —, porque houve uma alta autoridade que, fora do ambiente que deu

corpo ao espírito popular, declarou: "já dizem por aí vivermos nós entre cobras e serpentes e ainda vamos, lá fora, usar um distintivo cujo motivo principal é uma cobra...". É uma opinião.

Resolvemos mandar fabricar o mesmo distintivo para ser usado em lapelas ou como broches, pelas pessoas de nossa família, no Brasil. Mas a irreverência e a má educação de muitos indivíduos, com seus ditos atrevidos e desrespeitosos, privou que, por esse meio, na retaguarda, fôsse conservado bem vivo o vínculo de amizade e de patriotismo que deveria ligar todos os brasileiros, os que ficaram e os que partiram, numa missão tão nobre e tão alevantada.

LIVROS À VENDA:

	Cr\$
O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de Cultura Geral):	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00

Compreendendo:

Que se passará na Rússia atual? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos: O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz? — O pacto do Atlântico.

ANIVERSÁRIO DA INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO

Major JOSÉ J. CAMERINO

N.R. — "A Defesa Nacional", pela passagem a 1 de outubro último do 29º aniversário da fundação da Intendência Militar Brasileira, homenageia os nobres camaradas do Quadro de Intendência, oferecendo-lhes o presente artigo que, por falta absoluta de espaço, deixou de aparecer no número correspondente ao mês citado.

A campanha contra Oribe e Rosas, as guerras do Uruguai e do Paraguai e, mais tarde, a luta interna de Canudos, são férteis nos exemplos em que a falta do Serviço de Intendência foi causa de contratempos e dificuldades, que só o gênio de Caxias e a inspiração do Marechal Machado Bittencourt conseguiram remover.

A criação da Repartição do Quartel Mestre General em 1853, as sucessivas organizações Mallet em 1900, Marechal Hermes em 1908 e a remodelação Faria em 1915, não lograram — por incompletas — os resultados esperados.

Sómente em 1 de outubro de 1920 é que se pode considerar, na verdade, organizada a Intendência Militar, com a sanção do projeto transformado na sua lei orgânica.

Nas comemorações desse dia, dois nomes logo surgem do passado:

— Ministro Pandiá Calógeras — o civil, proecto conhecedor dos problemas nacionais, que impulsionou e elevou o Exército ao padrão técnico de após a primeira grande guerra;

— General Louis Buchalet — o soldado, mestre insigne, membro da Missão Militar Francesa, que soube plasmear, como verdadeiro Chefe, o Corpo e a Alma — o "esprit de corp" — do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro.

Nesses vinte e nove anos a Intendência tem acompanhado a pro-

gressão geométrica da evolução do Exército. O ônus das suas responsabilidades vem sendo sempre aumentado em face das exigências impostas pela guerra total, da necessidade duma preparação que deve abarcar todo o campo dos interesses: tudo que pode representar força moral e material.

É assim que, no último conflito mundial, tomou forma definitiva uma ciência nova, a bem dizer, mas de fato não completamente ignorada dos antigos, que rapidamente cresceu e se agigantou: a *Logística* — ciência dos transportes e dos suprimentos; a arte de conhecer o número exato de homens, no lugar exato e no momento exato.

Por isso, quando hoje se diz "muito pouco e muito tarde", sabemos que alguém falhou no plano da logística. Quando, porém, nos dizem "nossas tropas estão avançando", sabemos que não somente a estratégia e a tática estão indo bem, mas a logística está igualmente concorrendo com a sua parte.

Nela não há esplendores, mas um grandioso e anônimo esforço variadíssimo, expresso no denominador comum: "apôlo logístico".

O Tenente-General Somervell, com a sua experiência de comandante geral dos serviços de abastecimento do Exército Americano, dita a seguinte regra: "Uma boa logística, sozinho, não pode ganhar

a guerra. Porém uma logística má, sózinha, pode perdê-la".

O Serviço de Intendência avultou de importância e mais pesada e complexa se tornou a sua tarefa. Abrangem, num resumo geral, suas atribuições:

1. Suprimentos

- víveres e forragens;
- fardamento, inclusive calçado;
- equipamento;
- material de alojamento;
- utensílios de escritório;
- material de expediente;
- arreamento;
- combustíveis e lubrificantes;
- artigos de rancho;
- artigos diversos.

2. Reparações

- fardamento, calçado, equipamento, etc., em oficinas fixas ou móveis.

3. Recolhimentos e Recuperações

- salvados e classificação dos artigos;
- recuperação e destino conveniente.

4. Transportes rodoviários

- pessoal;
- suprimentos diversos.

5. Serviços

- esterilização e banho;
- desinfecção;
- refrigeração;
- fabricação de pão e outros;
- lavanderia e correlatos;
- reembolsável;
- mão-de-obra;
- imprensa;
- sepultamento e administração dos cemitérios.

6. Aproveitamento dos recursos locais

- aquisição ou requisição dos artigos, utilidades e serviços necessários.

7. Fundos

— pagamento de tôdas as despesas relacionadas com a guerra.

O S.I. entra com cerca de 7% dos recursos assegurados pelos serviços logísticos. Para um exército de 100.000 homens e a média não exagerada de 15 toneladas "per capita", de acordo com o cálculo realista do Tenente-General Somervell, ter-se-á desde logo de obter, reunir e distribuir, inicialmente, 1.500.000 toneladas de suprimentos e mais 150.000, mensalmente. Isso representa para o referido Serviço uma contribuição de 105 mil e 10 mil toneladas, respectivamente.

A simplicidade do exemplo leva-nos a pensar nas providências decorrentes relativas à fabricação, importação de material, transportes e provimentos de toda a ordem; dá-nos uma idéia do esforço ciclópico que é preciso dispendir para que tudo isso chegue na quantidade certa, no lugar certo e no momento certo.

A Intendência do presente é um precioso acervo, misto de feitos e ensinamentos do passado. Retornada há pouco de além-mar, se fez mais forte e engrandecida. Não veio ostentando galhardetes de glórias, mas trouxe de volta, ainda mais consolidada, a estima e a confiança do seu Exército.

Muito aprendeu, muito evoluiu e muito terá ainda que realizar e progredir. Nos labores do tempo de paz, imbuída do mesmo anseio patriótico dos seus irmãos de Armas e Serviços, deseja preparar-se para a guerra, consoante o objetivo comum.

E na sua marcha para o futuro, a tradição se perpetuará de geração em geração; será sempre professorado e jamais esquecido o aforismo tantas vezes repetido pelo velho mestre, General Buchalet, às primeiras turmas da saudosa Escola da República:

"A INTENDÊNCIA É O AMIGO DOS MAUS DIAS."

DESPEDE-SE UM SÍMBOLO... CHORAM OS BRAVOS

Cap. ACAIA

Viveu o Regimento Andrade Neves em 10 de setembro de 1949, uma das páginas de ouro da história da CAVALARIA BRASILEIRA.

"Arma de heróis, Arma de tradições que o peito embala", "estrela guia" norteadora das investidas impetuosas dos macedônios, dos persas, da feliz indisciplina do romano Fábio, das cargas gloriosas de Murat, de La Salle, de Ney, dos "raids" da Guerra da Secessão, dos brilhantes feitos de Osório o Legendário, de Andrade Neves, Câmara, Porto-Alegre, Antônio João e de outros bravos — na Paz inspira também gestos cuja fidalguia tem um requinte somente permitido aos nobres cavalarianos.

Não é de hoje a sentença: "O cavalariano não é pior nem melhor: apenas diferente". E esta diferença sentimos todos, quer o cadete quer o General de Cavalaria, sem permitirmos que alguém seja melhor que nós, sem termos a pretensão de superiores, mas todos convictos de que somos diferentes, assim como a nossa querida CAVALARIA, por nós formada, nada admitimos consiga igualar.

Dentro destas características, despediu-se o Regimento Andrade Neves do Exmo. Sr. General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, General de Cavalaria, um Símbolo da Nobre Arma.

Linhas adiante, como homenagem recastada a este Chefe amigo que se retira, e também dedicadas estas linhas aos cavalarianos que, em outras guarnições não tiveram a ventura de participar desta grandiosa e inesquecível festa típica, tenta-

remos dar uma idéia pálida desta fulgurante página de ouro, conforme asseveramos.

* * *

As 9,45 chega ao quartel do Regimento-Escola de Cavalaria o Exmo. Sr. Gen. José Pessoa, sendo recebido unicamente pelo comandante da Unidade, Coronel Estevam Taurino de Rezende, que envergava uniforme de parada.

Talvez neste momento tenha sido iniciada a série de surpresas por que passou S. Excia., uma vez que o homenageado havia solicitado, em radiograma, não fosse alterada a vida normal do regimento: não era possível atendê-lo nesta ocasião excepcional.

É conduzido o Ilustre visitante para o Campo de Instrução, até um palanque especialmente construído para o espetáculo empolgante que iria suceder em breve. Ali se encontrava formado em linha de batalha, no seu bizarro uniforme de parada, com seu Estado-Maior e três esquadrões de cavalaria, em riste as lanças luzidas e fortes, o garboso Regimento Andrade Neves.

Vibram os clarins apresentar lanças em continência, e nos seus últimos clangores solicita o comandante permissão para reunir-se à sua tropa, a qual, tendo agora à testa o seu Coronel, desloca-se, coluna por três, para um ponto distante onde faz meia-volta à direita e novamente forma em linha de batalha, partindo ao trote, e logo tomando o galope.

Soa o toque "preparar para o ataque", aprestam-se os cavalaria-

nos que, ao comando "CARGA!" impulsionam energicamente os seus corcéis que se lançam à frente em tropel infrene.

"CARGA!"... "CARGA!"... "CARGA!"... Eia, Cavalaria!... Num bloco unido, num turbilhão avassalante e ensurdecedor, qual centauros modernos tão ligados estavam às suas montadas, desfilam em galope de carga os guapos cavalarianos, presos da mais intensa vibração que dominava desde o Coronel comandante ao menos graduado dos soldados.

Ali naquele momento era visível carregando um único Regimento de Cavalaria, homenageando um cavalariano querido, mas estava presente toda a CAVALARIA BRASILEIRA. Duvidamos que não estivessem naquela carga todos os cavalarianos do Brasil, pois os que se orgulham deste nobre título de cavalariano não abdicariam da honra de carregar, nesta situação excepcional como também em qualquer outra. E certamente, se tivéssemos olhos capazes de os perceber, teríamos ali dividido, cavalgando seus cavalos favoritos, Osório o Legendário, Murat, Andrade Neves, Ney, La Salle, Pôrto-Alegre, Serro-Largo, Sordet, Gambetta, Davout, D'Halewyn, Patton e centenas de heróicos cavalarianos, contentes e orgulhosos de participarem nesta festa tão a gosto da Cavalaria. A Cavalaria é eterna, como eterno é o seu espírito!...

Densa e grande nuvem de pó acompanhava a brilhante carga. Ao dissipar-se, permitiu ver que já se encontrava frente ao palanque o Coronel do regimento, a cuja retaguarda, no significativo tempo de noventa segundos, reuniu-se, perfeitamente formada em linha de batalha, a tropa, a fim de prestar nova continência.

O comandante parte a galope, apresenta-se ao General Pessoa, a quem saúda com três "hurrahs" respondidos em uníssono pela tropa entusiasmada.

Visivelmente emocionado encontrava-se o homenageado, que se entretém então em animada palestra com outros assistentes. Neste

interim, trocam os oficiais as montadas, passando a cavalgar seus cavalos-darmas, enquanto que os Sargentos, comandando os diversos pelotões, retiram a tropa que passa a formar em alas nos quatro obstáculos finais da pista de "cross-country" que fôra utilizada no último pentathlon militar sul-americano.

Para esta região, e numa situação donde divisava perfeitamente oito obstáculos, foi conduzido o visitante, acompanhado de vários assistentes.

É lançado um foguete de seis estrelas verdes. Despontam os oficiais, apurando seus cavalos em vivo galope, fila indiana, ainda com o mesmo bizarro uniforme de parada, tendo à testa o Major Medeiros Pontes que empunhava uma lança onde se desfilava o estandarte do Regimento.

A banda de clarins executa os magníficos acordes da marcha triunfal de AÍDA. Um frêmito invade os assistentes: é que vinham os guapos cavaleiros saltando a pista de "cross", enquanto enorme número de bombas de dinamite espoucava antes, durante e depois dos obstáculos, o que obrigava a cavalhada a proezas tais como saltos às cegas e esforço maior para evitar "rodadas", não tendo havido contudo um único refugo nem mesmo queda.

Um frênesi domina a todos: percebera-se que os três últimos obstáculos seriam saltados "de arrepião". E isto acontece, para gáudio dos presentes. Bem em frente ao palanque estava o "brook" com três metros de largura de bôca, um metro e vinte de profundidade, e barreira a dois metros do fundo. Nessa vala, à guisa de trincheira abrigavam-se dez infantes equipados e armados, em posição: as bombas estouravam em profusão... e os arrojados centauros transpunham as barreiras.

Que espetáculo, camaradas!... Eia, Cavalaria!...

Saltado o último obstáculo, reuniu-se a oficialidade formando em uma fileira frente ao palanque ocasião em que o homenageado

com viva emoção proferiu para os cavaleiros a seguinte expressão: "— O que acabamos de presenciar mostra-nos que o espírito da nossa Cavalaria não morreu e jamais morrerá!"

* * *

Prosseguindo este maravilhoso dia, houve a apresentação individual dos oficiais ao digno ex-Inspector de Cavalaria, cerimônia realizada no Salão Nobre do Regimento Andrade Neves, sendo depois mantida cordial palestra que prosseguiu no Cassino dos Oficiais onde teve lugar um almoço.

Ao "champagne" pronunciou o Coronel Estevam Taurino de Rezende brilhante, sincero e comovedor discurso, que vai publicado em outras páginas desta Revista, e fez entrega da flâmula do Regimento ao homenageado.

Não sem ter antes declarado aos mais próximos "que havia sido atacado de flanco", em sensibilizadas palavras a tudo agradeceu o General Pessoa, e se referindo à flâmula recebida, frisou tratar-se de um regalo ao qual atribuía tanto valor que manifestava naquele momento o desejo de tê-lo consigo quando tivesse de ser recolhido à sua última morada. Dirigiu ainda belas palavras de exortação aos moços, e de conforto aos oficiais mais antigos.

Terminado esse ágape, e após alguns momentos de palestras com uns e outros, percebeu S. Excia. que os oficiais se retiravam e que ficara a sós com o comandante. Manifestou a este reunisse a oficialidade, pois queria despedir-se, e teve então ciência de que sua vontade já estava realizada, uma vez que os oficiais já se encontravam juntos e bem próximos dali, para onde foi convidado a dirigir-se.

Mais uma surpresa ao ilustre General: no portão do quartel, em duas alas, espadas desembainhadas formando a consagração "abóboda de aço", postavam-se os oficiais do regimento. Entoam os clarins a Canção da Cavalaria.

Nosso General, perplexo pelo imprevisto, faz alto, por um átomo

de tempo baixa a cabeça, logo retoma o domínio e volta a ostentar seu conhecido porte marcial, passando sob o resplandecente teto de espadas nuas, olhos marejados de lágrimas. Lágrimas também crestavam as másculas faces dos indômitos cavalários, vencidos pela magnitude do momento.

Pede então S. Excia. embaíhem suas espadas os oficiais, pois desejava apertar a mão de seus camaradas, o que faz dizendo expressões de encorajamento para cada um, ora lembrando passagens vividas com alguns, ora evocando tradições de famílias de outros, ora animando os mais jovens que lhe eram até então desconhecidos, em todos inoculando aquela sua tão entranhada e inextinguível crença.

Ao encaminhar-se S. Excia. para um automóvel que o aguardava, acompanhado pelos oficiais, diz-lhe o comandante do Regimento Andrade Neves: "— Meu General, pensamos ter a Cavalaria cumprido com o seu dever!"

"— Sempre cumpriu... sempre cumprirá!..." respondeu o General José Pessoa.

Despede-se um Símbolo... choram os bravos...

EIA, CAVALARIA!!!!...

* * *

Discurso de despedida, proferido pelo Coronel ESTEVAM TAURINO DE REZENDE, Cmt. do Regimento Andrade Neves, na despedida que fez esta unidade ao Exmo. Sr. General JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Exmo. Sr. General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque:

A primeiro de agosto findo, transcorreu mais um aniversário da organização do nosso Regimento. Para assistir às festividades comemorativas, este comando convidara alguns chefes militares, tão somente os ligados ao círculo das unidades-escolas, os quais confraternizariam, após assistirem duas provas

de equitação, com os oficiais do regimento, em um almôço íntimo.

Quiseram estes que fosse V. Excelência excepcionalmente incluído no número de Oficiais-Generais que haviam de estar presentes. É que, valendo-se do ensino, desejávamos que o Regimento Andrade Neves prestasse uma justa e expressiva homenagem, nas vésperas de sua passagem para a Reserva, ao chefe de Cavalaria contemporâneo ímpar.

Ao convite deste comando, feito três dias antes, V. Excia. não pôde responder se compareceria ou não, pelo fato de encontrar-se sob controle médico, ameaçado que estava de uma grave enfermidade, consequência da longa e penosa viagem de inspeção que acabara de fazer ao sul do país. Naquela ocasião V. Excia. declarou: — "Eu não posso deixar de aceitar o convite do Regimento Andrade Neves, daquela mocidade! Até 2ª feira ainda há tempo; se eu melhorar e meu médico o permitir, irei".

Mas infelizmente V. Excia. não compareceu pessoalmente. Já sabíamos que o médico assistente não consentiria. Entretanto V. Excia. se dignou render homenagens ao Regimento, enviando uma comissão de oficiais e mandando dizer que não deixaria o Exército Ativo sem antes vir despedir-se desta tradicional unidade da nossa gloriosa Cavalaria.

Exmo. Sr. General José Pessoa, no dia 1º de agosto quando agradecemos a presença de S. Excia. o Sr. Ministro da Guerra e de alguns outros Generais, nós lhes falamos das idéias tão funestas esposadas pelos falsos patriotas que, de alguns anos para cá, pregam a decadência e a inoperância da nossa Arma, como lógica consequência das duas últimas conflagrações, mas que, melhor seria o dissessem pela ignorância da realidade sul-americana. Nós lhes falamos das nossas condições mesológicas, econômicas, industriais, psicológicas e de espaço, de tempo, de terreno, de população, de vias de comunicações, de meios de transportes, etc.

Apreciando a associação do cavalo e do motor como base estrutural das nossas Grandes Unidades

de Cavalaria, sem dúvida uma feliz solução para o caso atual brasileiro, nós lhes falamos como ficavam apreciavelmente ampliadas as possibilidades da Cavalaria, que, conservando o Cavalo, mantinha e mesmo aumentava a sua tradicional flexibilidade, dadas as ponderáveis servidões apresentadas pelos engenhos moto-mecanizados.

Falamos ainda àqueles chefes o quanto a Cavalaria moderna requeria de conhecimentos, de dedicação, de vontade em realizar, de patriotismo e de honestidade profissional, por parte dos chefes incumbidos da sua formação, preparo e emprego. E lhes dissemos, por último, que o adestramento dos regimentos de Cavalaria Hipomóvel, em condições de poder esta cumprir em campanha as missões que lhe são peculiares, era tarefa a mais difícil, a qual cabia ao "troupier" e que, por isso, a vida num quartel de Cavalaria era penosa, devia ser penosa, precisava ser penosa.

É que somente a suportaria quem fosse abnegado, altruísta, desprendido e audacioso. Que o oficial precisava ter confiança e fé na sua Arma, para poder instruir e preparar para a Guerra soldados de Cavalaria. Que a todo instante sua inteligência e o seu saber, a sua coragem e iniciativa, a sua energia e resistência, o seu espírito de sacrifício, jovialidade, firmeza, paciência e sangue-frio seriam postos à prova; que o cavalarião não podia ter nervos, mas apenas cérebro, músculos e coração. Que o Cavalo, seu maior amigo e principal arma, já de madrugada reclamava a sua ração e água, e que à noite pedia a seu dono que fiscalizasse se lhe davam de comer o que tinha direito; que verificasse se o seu pelo estava sempre limpo e fino, seu lombo são, seus pés perfeitos; se ele estava bem treinado, se era gordo, se tinha bons músculos e se vivia num ambiente de asseio.

Cavalaria é mobilidade, é deslocamento, é marcha. Destas qualidades é que poderemos explorar tudo aquilo e só aquilo que justifica a razão de ser da nossa Nobre Arma. Resume-se, portanto, no Cavalo; se este não estiver em

condições de resistir a uma marcha normal de 100 km, repetindo-a dias após dias, então ela deve desaparecer, porque, desaparecido o cavalo, a Cavalaria se transforma numa mediocre Infantaria. Daí termos de admitir que à porta de um quartel dum Regimento de Cavalaria fiquem, mais do que no de outra qualquer Arma, o comodismo, a descrença, o desânimo, a falta de fé.

Meu General, Vossa Excelência foi sempre esse oficial dedicado, infatigável e cômico dos seus deveres para com a Cavalaria, fervoroso defensor e animador do seu valor. Como chefe, Oficial-Genera, V. Excia. não esmoreceu um instante, comandando, trabalhando, animando, procurando resolver sempre todos os problemas da nossa Arma. Mas onde V. Excia. se agigantou, se já não bastassem os relevantes serviços prestados à nossa querida Cavalaria, ao Exército e ao País, foi quando V. Excia. exerceu, durante vários anos, o mais elevado e honroso cargo que pudesse ser conferido a um General oriundo da nobre Arma de Osório e Andrade Neves: o de Inspetor de Cavalaria!

A esse tempo, graças à capacidade de ação e força de vontade invejáveis de V. Excia., ao elevado espírito de patriotismo, inteiramente devotado aos assuntos do Exército, sempre alheio e avesso aos corrilhos da política nefasta e improdutiva, alcançou a nossa Cavalaria uma situação invulgar!

As nossas D.C. estavam completas, cavalcadas, forragem, equipamento, armamento, efetivos em oficiais e praças. E o principal é que nelas viviam todos os oficiais com entusiasmo, vibrando sempre, possuídos do espírito esclarecedor e bem orientado de Vossa Excelência, que soube imprimir à sua personalidade de chefe íntegro, de independência moral à toda prova, fiscalizando, instruindo e inspecionando sistematicamente de forma salutar todos os Corpos de Cavalaria, enfrentando todos os obstáculos, reagindo e vencendo todos os despeitados e invejosos, porque V. Excia. só tinha um objetivo e

trilhava o caminho mais curto para atingi-lo: tudo fazer pela sua querida Cavalaria, por amor ao Exército e por amor ao Brasil.

As inspeções que anualmente V. Excia. fazia aos Quartéis-Generais, aos Estabelecimentos e às Unidades de Cavalaria, como eram ansiosamente esperados e como tocavam aos nossos corações de cavalários convictos! Desejavam todos ouvir a crítica, severa e justa, daquele em quem se depositavam as maiores esperanças, cujos conselhos e ensinamentos visavam, muito particularmente, o cuidado que é preciso se tenha sempre pelo amigo inseparável, vulnerável, mas nobre e valeroso: o Cavalo.

Bem nos recordamos, eramos Major Subcomandante do 3º Regimento de Cavalaria, em São Luiz, quando em 1939 ou 1940 chegou V. Excia. para inspecionar. Ia ser passada a revista à cavalcada do regimento. A Unidade já havia recebido as instruções anteriormente baixadas pelo Inspetor de Cavalaria, regulando esse ato. Os esquadrões dispunham a cavalcada em uma fileira e se colocavam em coluna. O Inspetor chegava e se postava no centro do dispositivo, ladeado pelo comandante e pelo subcomandante do regimento, e à sua retaguarda formava o estado-maior da unidade bem como a equipe de veterinários e ferradores.

Desfilava nessa ocasião o 1º Esquadrão em coluna por um, na testa o seu Capitão. O momento era solene. O Capitão desfila, presta continência ao Inspetor e se coloca ao seu lado.

"Cavalo de minha montada", "Cavalo 1ª montada do comandante do pelotão", etc., iam os soldados recitando. Eis que passa um cavalo do qual, por inadvertência, momentos antes havia sido perdida uma ferradura! O Inspetor de Cavalaria, ofendido, volta-se para o comandante do esquadrão e exclama: — "Capitão, o senhor não poderia ter cometido falta mais grave do que esta, fazendo desfilar perante o Inspetor de Cavalaria, um cavalo desferrado!" Notável o ensinamento! Quanta beleza e quan-

ta significação naquela advertência!

Vossa Excelência sabia também aplaudir aqueles que se esforçavam e mereciam uma recompensa: De outra feita, éramos também subcomandante, porém agora deste regimento, em 1942. V. Excia. inspecionava. Quando o Capitão Instrutor de equitação e os oficiais subalternos acabaram de fazer o mesmo percurso hoje percorrido, com a diferença que, naquele ano a trincheira não estava ocupada pelos infantem nem o seu interior estava infestado das bombas infernais que hoje bateram palmas aos meus oficiais, V. Excia. mandou reunir aqueles cavaleiros que haviam saltado o "cross" sob tremendo aguaceiro que desabava, e os premiou com as seguintes expressões:

— "Com uma Cavalaria constituída por oficiais como os senhores, nós podemos repetir as façanhas dos nossos antepassados!" E dirigindo-se ao comandante do regimento: — "Coronel, o senhor deve orgulhar-se destes Tenentes!..."

Meu General, é justo o seu repouso, 46 anos, 5 meses e 24 dias inteiramente devotados ao serviço da Pátria, o conferem sem favor. Nunca será preciso alguém dizer do entusiasmo de V. Excia. pelo rude serviço da Cavalaria e do Exército. Nós sempre o sentimos nas suas palavras, nas suas atitudes, na própria obra que V. Excia. realizou.

Antes de terminar, meu General, desejamos dar conhecimento aos nossos oficiais, e somente agora o fazemos, do radiograma que V. Excia. dirigiu a este comando, no

dia 2 próximo findo: "Peço prazado camarada não perturbar vizinhança normal Quartel por causa minha visita pt Desejo apenas despedir-me querida Cavalaria pela qual tanto me dediquei pt Cordial abraço General José Pessoa".

Vossa Excelência, meu General, com este gesto só veio confirmar seu elevado espírito militar, não querendo perturbar a vida normal do quartel. Mas nos perdoe: Regimento Andrade Neves, com a parcela que é da querida Cavalaria de V. Excia., não poderia deixar de envergar o seu 1º uniforme de forma inédita no Exército Brasileiro, dar aquela carga e vencerem, os seus oficiais, aquela trincheira perigosa e turbulenta, para despedir-se de V. Excia., para homenagear o seu querido General.

Aceite, meu General, esta pequena flâmula do Regimento Andrade Neves, esta recordação do nosso regimento, ficando certo que neste estandarte V. Excia. leva gravada a nossa grande admiração e respeito, a nossa gratidão por tudo quanto V. Excia. fez pela nossa Nobre Arma, a par da grande sagacidade e maior máguia por vermos nossa querida Cavalaria privada de quem por ela tanto trabalhou tanto a amou.

...Convidamos a todos os presentes a erguerem as suas taças beberem pela saúde do Excmo. Sr. General José Pessoa, e de sua Exma. Família, rogando a Deus que lhe conceda ainda muitos anos de vida, porque de homens da tempera e do patriotismo de tão ilustre Chefe é que o nosso Brasil precisa!...

AVISO

As transferências de residências devem ser comunicadas
VIA RADIO ao nosso diretor gerente

Coopere com a administração da Revista que não terá
motivos para reclamações

NOTÍCIAS MILITARES

A principal Arma de Guerra

Apesar de todos os progressos da técnica, o homem continua a constituir o elemento imprescindível que sempre decidiu e decidirá qualquer contenda em que o mundo venha a se empenhar novamente. Só se compreende a subestimação do seu número nos casos de guerras entre metrópole e colônia, em que a superioridade técnica e bélica de uma possa substituir com grande vantagem a superioridade humana da segunda. Mas, em uma conflagração entre povos do mesmo nível, em igual estágio de civilização, sempre o fator numérico humano será de grande importância nas considerações relativas ao provável vencedor da luta. Daí a grande importância que assume o estudo da conservação do elemento humano em condições as mais satisfatórias para um provável empenho em luta, a manutenção de um sadio contingente humano apto para a luta em quaisquer condições. Tais estudos afetos ao Serviço de Saúde de um Exército necessitam ter um entrosamento o mais perfeito com os seus correlatos civis, pois que o homem, ao ser incorporado já deve satisfazer as condições de higiene exigidas para sua utilização nos contingentes que deverão entrar em ação, cabendo aos órgãos militares, apenas a manutenção desse estado, defendendo-o contra os mais variados males que o poderão atacar nas rudes condições de campanha, e a sua recuperação nos casos em que fôr atingido por qualquer fato que diminua sua capacidade combativa. Tal necessidade é mais imperiosa ainda em um País como o nosso de fraca densidade demográfica, e com um povo subnutrido e repleto de mazelas, trazendo como conseqüência um pequeno índice de indivíduos aptos para os serviços, nos contingentes chamados anualmente para incorporação. País de

grande extensão territorial, com capacidade para uma população muito maior, sentimo-nos diminuídos ao considerarmos nossos mínguaos 41 milhões de habitantes. Sentimos quanto essa cifra ainda se acha longe da estimativa de Penk, a respeito de nossa capacidade demográfica, por ele dada como sendo de dois bilhões de habitantes, e mesmo bastante longe da outra estimativa, bem mais modesta, devida a Freise, que nos deu capacidade somente para pouco mais de 250 milhões. Sentimos necessidade de aumentar nossa população, e procuramos lançar mão do elemento estrangeiro, recrutando-o nos povos de superpopulação, acenando a esses povos com promessas utópicas de vida folgada e futura em nossos campos abandonados, despovoados e sem recursos. Ofendemo-nos quando notamos, com nosso ufanismo arranhado, que a elite dessas correntes imigratórias se destina à Argentina, e outros povos do Continente.

Mas, provavelmente estamos laborando em erro, procurando rocar para nosso País elementos vindos de outros países, geralmente não os melhores, pois que esses lá vencerão, não sentindo a necessidade da fuga para outras terras, a não ser para uma que lhe ofereça inúmeras outras possibilidades de vitória, o que infelizmente não é o caso da nossa. Criamos Institutos os mais vários, destinados à proteção desse elemento alienígena, criamos órgãos destinados à proteção, amparo e sustento desses deslocados em seus primeiros tempos de vida em nosso meio. E depois que ele aqui se achar localizado, teremos ainda a grande luta da integralização do mesmo em nossas tradições, nossa língua, nossos sentimentos, surgindo as mais das vezes casos em que se mostrarão refratários a essa assimilação, por provirem de povos com mais acentuada

tradição, com mais forte cultura, de história mais antiga, e que como consequência constituirão em nosso meio quistos raciais a nos dar trabalho, como tem acontecido não poucas vezes.

Por quê não adotar a solução de primeiro aceitar em nosso meio os milhares de emigrantes de mesma língua, mesmas tradições, com acentuada receptividade para a assimilação da mesma cultura, que se eles não a possuem é por culpa da Pátria, e não deles próprios, emigrantes esses que vivem abandonados, vagando quais Sem-Pátria em sua própria Pátria? Seria mais lógica e mais racional uma política de reconquista de nossos milhares de patricios abandonados, dando-lhes os mesmos recursos que o Governo geralmente destina aos *importados*, pois que o elemento é bom, dando ótimos resultados se bem trabalhado, por ser originário de nosso próprio meio, mais propício à formação de um todo uniforme do que a grande mistura resultante da política emigratória. Mesmo porque o europeu, tão decantado como elemento civilizador, e como o constituinte das melhores correntes emigratórias, dentro de poucos anos, abandonado pelos poderes públicos em nosso interior despovoado e falho de recursos, ou vem para a cidade, agravar os problemas em que já nos debatemos como resultantes do despovoamento dos campos, ou regride, como disse Euclides, ou ainda regressa para a Pátria de origem ou outra que lhe ofereça mais possibilidades, como infelizmente afirmam nossas estatísticas.

A melhor política será a de valorizar o nosso próprio elemento, curando-o, dando-lhe instrução, concedendo-lhe o que prometemos ao estrangeiro, defendendo-o desde o berço, desde o ventre materno das doenças que o matam ainda no útero, ou nos primeiros anos de vida. Um grande problema de defesa nacional é o do povoamento, não com elementos vindos de outras terras, solução que não é a mais racional e a que mais convém aos nossos interesses, mas com os elementos próprios, aumentando nosso

coeficiente demográfico com a defesa do homem desde o berço.

Nos serve muito bem a conclusão de Luiz Jardim, em seu trabalho intitulado "Problemas demográficos":

"A conclusão é que, agora e ainda por muito tempo, a grande obra para os desejosos de resolver problemas de povoamento, consiste em acabar com esse drama de ser o Brasil vasto hospital sem hospitais. É pôr fim à imensa, à cruciante, à desumana e por demais aturada tragédia de viver a mãe brasileira com um filho nas entranhas, outro no regaço e vários no cemitério."

• • •

Tachas incendiárias

O Departamento de Patentes revelou a invenção de um dispositivo para fazer estourar os pneumáticos de veículos e aviões, denominado "tacha incendiária". Ela consiste em uma tacha com a ponta afiada e cuja cabeça fica no interior de uma delgada cápsula de metal ou matéria plástica, contendo uma carga inflamável que se incendeia ao ser esmagado o invólucro. A carga poderá ser constituída de uma mistura de alumínio, óxido de ferro e breu ou outra matéria inflamável. O engenho não só fura o pneumático, mas também emite partículas incendiárias em todas as direções, quando este se inflama.

Uma variedade é a da cápsula cheia de gasolina, que funciona como uma seringa, injetando o líquido, ao ser comprimida, no interior do pneu. Após alguns giros da roda, o tópo da tacha se gasta, expondo uma cabeça de fósforo ao atrito da estrada e fazendo explodir a mistura gasolina-ar no interior do pneumático.

Esses dispositivos podem ser colocados à mão, lançados de veículos ou espargidos de aviões em voo rasante.

(De Military Review)

Ator

ROM

Ta
daca
R-3
tem
sour
do
anti
reco
conc
quel

1.
dois
rodif
Dire
as a
vida
2.
tiva
inter
D.I.
nesta
unid
3.
Arse
rodif
Alm
lo-4
tes,
pada
seco
ciais
movi
que
hab
ria
lame
rio

IM

O
da C

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 20 de outubro a 20 de novembro de 1949

RODÍZIO DE OFICIAIS INTENDENTES

Tendo em vista que pela nova redação dada ao § 2º do art. 53, do R-3 (Decreto n. 27.248, de 28 de setembro de 1949), as funções de Tesoureiro deixaram de ser privativas do oficial mais graduado ou mais antigo da Unidade Administrativa, recomendo as seguintes providências concernentes ao cumprimento daquele novo dispositivo:

1. Nas unidades onde servirem dois ou mais oficiais intendentes, o rodízio será determinado pelo Agente Diretor, o qual comunicará à D.I.E., as alterações procedidas, para as devidas anotações.

2. Quando a Unidade Administrativa dispuser apenas de um oficial intendente, o rodízio será feito pela D.I.E., dentro da guarnição, quando nesta, forem sediadas mais de uma unidade.

3. Nos estabelecimentos fabris, Arsenal, Diretorias, etc., além do rodízio nas funções de Tesoureiro e Almoxarife, o Agente Diretor fará-lo, também, entre os outros agentes, tais como: contador, gestor de padaria, de açougue, de transporte, seções comerciais, gestão de oficiais, etc., tendo em vista que esta movimentação interna propiciará a que vários oficiais da unidade fiquem habilitados ao desempenho das várias funções especificadas no regulamento.

(Aviso n. 702, de 21-X-49 — "Diário Oficial" de 24-X-49.)

* *

IMPORTÂNCIAS REFERENTES ÀS RAÇÕES DE ETAPA E DE FORRAGEM

O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o

que propõe o D.G.A., em Ofício n. 696-C/C, de 28-IX-49, aprovar as Instruções que com esta baixam, para cálculo e recebimento, pelas unidades administrativas, dos Estabelecimentos de Fundos Regionais, de importâncias referentes às rações de etapa e de forragem.

Instruções provisórias para o cálculo e recebimento de importâncias referentes às rações de etapa e de forragem

1. Tendo em vista o art. 53, letra a), do R-39, os E.S.M. receberão, por trimestres adiantados, dos E.F.R., os quantitativos de subsistência referentes aos homens e animais.

2. As unidades administrativas deverão receber, do E.F.R., juntamente com os vencimentos, as importâncias dos quantitativos de rancho e de despesas diversas da etapa, correspondentes ao pessoal arranjado; trimestralmente, as dos quantitativos de verdejo e de despesas diversas da ração de forragem.

3. Os quantitativos de subsistência do homem serão calculados tomando-se por base os efetivos arranjados previstos para o trimestre a que se destinam, segundo dados fornecidos pelos Estados-Maiores Regionais e, os dos animais, de acordo com os quantitativos fixados na respectiva tabela.

4. Nos casos de diminuição ou aumento de efetivo, os quantitativos sacados para mais ou para menos, continuarão a ser deduzidos, nas respectivas demonstrações, ou recolhidos, como se procede atualmente.

5. No caso de aumento de efetivo, superior a 1/3 e não previsto pelo E.M.R., a diferença sacada para menos poderá ser recebida, do

Aos nossos camaradas e, notadamente, aos representantes de "A DEFESA NACIONAL"

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar, não só da variedade, como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

Alegam alguns, como razão de desinteresse, o atraso com que seus números têm vindo a lume, apesar dos perseverantes esforços da sua administração no sentido de encontrar uma empresa que entregue as edições dentro de trinta dias. Essa razão que, aliás, temos a esperança de fazer desaparecer dentro em breve, não resiste à crítica, porque a atualidade de um estudo técnico-profissional não morre em dias, como qualquer assunto da vida social.

Se o valor instrutivo da revista depende, sem dúvida nenhuma, da qualidade e da variedade da colaboração que lhe enviarem os oficiais de todos os escalões da hierarquia, — apêlo que não nos cansamos de fazer, — não é menos verdade que sua vida material e a maior difusão que ela deve ter, dependem muito e muito do interesse, da dedicação e da atividade de seus representantes no seio do Exército.

As edições da revista não se fazem por números fracionários, mas por milhares, de maneira que as sobras, ou em linguagem jornalística, os "encalhes", constituem um prejuízo mensal certo.

Publicamos, em *fac-simile*, na revista de fevereiro de 1947 o Aviso em que o Exmo. Sr. General de Divisão Canrobert P. da Costa, Ministro de Estado da Guerra, externa seu conceito, relativamente à nossa revista, tão honroso quanto justo, e que relembramos aos nossos camaradas:

AVISO N. 99 — DE 21-1-1947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos, devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército — (Ass.) Gen. CANROBERT P. DA COSTA.

E. F. E.
menta
6.
rão, e
se fa
n. 89,
de 30
apre
para
que t
do jul
op
"Diár

AR
1. C
ativa
regula
ou rev
Os A
dianle
25 pre
2. E
dão o
gor 43
os ofic
aquela
3. C
pietola
pensad
nição d
ver S
tempo
revolve
4. D
os esto
armas
salvo e
vico at
convoc
Exércit
nização
ao valo
5. E
ções d
de agô
mero 1
e 322-2
(B. Ex
de 1942
present
(AV
rio Off

APLI

1. To
à aplie
da Lei
classifi
conclui
serviço
em fac

E.F.R., mediante requisição suplementar.

6. As presentes instruções vigorarão, em caráter provisório, até que se faça a revisão do Regulamento n. 89, aprovado pelo Decreto n. 4.163, de 30-V-939, em consequência da aprovação do atual Regulamento para o Serviço de Intendência, de que trata o Decreto n. 26.960, de 27 de julho último.

(Portaria n. 168, de 21-X-949 — "Diário Oficial" de 24-X-949.)

* *

ARMAMENTO PARA OFICIAIS DA ATIVA

1. Os oficiais do Exército da ativa deverão possuir arma de porte regulamentar: pistola "Colt" cal. 45 ou revólver S.W. cal. 45.

Os fornecimentos serão feitos mediante indenização, no máximo em 25 prestações.

2. Em casos de ordem de prontidão e de ordem de marcha (artigos 432 e 435, do R.I.S.G.), todos os oficiais deverão conservar-se com aquelas armas.

3. O oficial da ativa possuidor de pistola ou revólver cal. 38, fica dispensado da obrigatoriedade da aquisição de pistola "Colt" 45 ou revólver S.W. 45, sendo tolerado em tempo de paz, o uso da pistola ou revólver cal. 38.

4. Dada a dificuldade de refazer os estoques fica proibida a venda de armas de porte a oficiais da reserva, salvo quando convocados para o serviço ativo. Nesse caso ao serem desconvocados deverão restituir ao Exército a arma, recebendo a indenização em dinheiro correspondente ao valor estabelecido na ocasião.

5. Ficam sem efeito as prescrições dos Avisos Res. ns. 587, de 2 de agosto de 1938 (B. Ex. Res. número 19, de 15 de agosto de 1938) e 223-263, de 27 de maio de 1942 (B. Ex. Res. n. 9, de 26 de julho de 1942), que colidirem com as do presente Aviso.

(Aviso n. 766, de 24-X-949 — "Diário Oficial" de 26-X-949.)

* *

APLICAÇÃO DOS ARTS. 102, 103 E 104 DA L.S.M.

1. Tendo surgido dúvidas quanto à aplicação dos arts. 102, 103 e 104, da Lei do Serviço Militar para a classificação do reservista antes de concluído o tempo de duração do serviço militar a que está obrigado, em face da alteração dos períodos

de instrução determinada pela aplicação dos programas-padrões em vigor e tendo em vista que essa classificação depende essencialmente do grau de instrução atingido pelo conscripto no momento do seu licenciamento, determino, enquanto se processa a revisão da legislação em vigor:

a) reservista de 1ª categoria:

De acordo com o art. 102 da Lei do Serviço Militar, serão as praças licenciadas do serviço ativo que tenham sido consideradas mobilizáveis, isto é, tenham concluído com aproveitamento a instrução militar de qualificação.

b) reservista de 2ª categoria:

Além das de que trata o art. 103, devem ainda ser classificadas como tais as praças licenciadas que tenham a instrução militar básica, com aproveitamento.

c) reservista de 3ª categoria:

Os que interromperem ou deixarem o serviço ativo sem possuir instrução militar, se não tiverem incidido em qualquer dos casos de isenção previstos no art. 54 ou de adiamento previstos no art. 85, tudo da Lei do Serviço Militar.

(Aviso n. 716, de 25-X-949 — "Diário Oficial" de 27-X-949.)

* *

COEFICIENTES DE CURSOS

O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar os coeficientes propostos pelo Estado-Maior do Exército para os seguintes cursos:

Do Centro de Instrução de Defesa Antiaérea:	
Curso "D" (aperfeiçoamento)....	4
Da Escola de Para-quedistas do Exército:	
Curso de Formação (Básico e Mestre de Salto).....	2
Curso de Transmissões Para-quedistas (formação).....	3
Curso de Conservador Artífice Para-quedista (formação).....	3
Curso de Destruições Para-quedistas (formação).....	3
Curso de Reconhecedor Para-quedista (formação).....	2

(Portaria n. 172, de 25-X-949 — "Diário Oficial" de 27-X-949.)

DUAS "SEPARATAS" DE "A DEFESA NACIONAL"

Indispensáveis aos oficiais instrutores e graduados

A METRALHADORA BROWNING — 50

Um trabalho completo: Nomenclatura — Desmontagem e
montagem — Funcionamento — Incidentes do tiro

Mais de 40 figuras

PREÇO — Cr\$ 5.00

*

A LINHA DE FOGO NA GUERRA

Direção de tiro — Transmissões — Deslocamentos —
Ocupação de posição — Munição — Manutenção —
Medidas de higiene — Proteção e segurança imediata
— Distarce — Pessoal — Instrução — Conclusões

PREÇO — Cr\$ 5.00

*

Pedidos pelo Reembolso Postal ou remessa de Vale
Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional": Caixa
Postal n. 32 da Agência do Correio do Ministério da Guerra,
ou por via rádio.

CURSO DE CLASSIFICAÇÃO
DE PESSOAL

O "Diário Oficial" n. 250, de 28 de outubro de 1949, às páginas de ns. 15307 a 15309, publica as Instruções para o Funcionamento do Curso de Classificação de Pessoal, aprovadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, por Portaria n. 171, de 25 de outubro de 1949.

* *

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE
ASSISTÊNCIA RELIGIOSADECRETO N. 27.373 — DE 28 DE
OUTUBRO DE 1949

Dá nova redação ao art. 5º do Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 5º do Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa, aprovado pelo Decreto n. 21.495, de 23 de julho de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º. O Serviço de Assistência Religiosa terá uma direção única para os três Ministérios — a Chefia do Serviço de Assistência Religiosa — com exercício junto ao Estado-Maior das Forças Armadas ao qual ficará subordinada."

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Flávio Figueiredo de Medeiros.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 31-X-49.)

* *

INSIGNIAS NO JAQUETÃO DE LA
VERDE-OLIVA

Consulta o comando da 2ª Região Militar sobre uso das insígnias de posto ou graduação no jaquetão de lá verde-oliva.

Em solução, aprovando parecer da Comissão de Fardamento, declaro que as referidas insígnias devem ser usadas nas ombreiras, pelos oficiais

e subtenentes e, nas mangas, pelos sargentos.

(Aviso n. 724, de 28-X-49 — "Diário Oficial" de 3-XI-49.)

* *

NUMERO DE VAGAS PARA
MATRICULA

O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, fixar os seguintes números de vagas para matrícula, em 1950, nos diferentes cursos dos estabelecimentos de ensino abaixo indicados:

1 — Escola de Saúde do Exército:

A) Oficiais:

— médicos — 50.

— farmacêuticos — 30.

B) Sargentos:

— enfermeiros — 15 (sendo à disposição das Forças Auxiliares).

— manipulador de radiologia — 11 (sendo 5 à disposição das Forças Auxiliares).

— manipulador de farmácia — 9 (sendo 3 à disposição das Forças Auxiliares).

— manipulador de laboratório — 12 (sendo 4 à disposição das Forças Auxiliares).

2 — Escola de Veterinária do Exército:

A) Oficiais — 20.

B) Sargentos:

— enfermeiros — 20 (sendo 4 à disposição das Forças Auxiliares).

— mestre ferrador — 10 (sendo 5 à disposição das Forças Auxiliares).

3 — Centro de Instrução de Defesa Antiaérea:

A) Oficiais — Curso "B" — 30 (preferencialmente 1ª Tenentes modernos).

B) Praças — Curso "D":

— 10 2ª Sargentos.

— 30 3ª Sargentos (ou cabos com o curso de sargento).

4 — Escola de Sargentos das Armas:

A) Curso de Formação:

— Infantaria — 60 (sendo 5 à disposição das Forças Auxiliares).

— Cavalaria — 200 (sendo 5 à disposição das Forças Auxiliares).

— Artilharia — 70.

— Engenharia — 60.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 32 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

B) Curso de Aperfeiçoamento — 100 vagas para todas as armas (sendo 10 à disposição das Forças Auxiliares — 5 na arma de Infantaria e 5 na de Cavalaria).

(Portaria n. 174, de 28-X-949 — "Diário Oficial" de 3-XI-949.)

..

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA E.A.O.

O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolve fixar, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, na forma abaixo, o número de matrículas nos diferentes cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais:

a) oficiais do Exército — 230, assim discriminado:

- Infantaria — 65;
- Cavalaria — 40;
- Artilharia — 50;
- Engenharia — 25;
- Saúde — 10;
- Intendência — 40.

b) oficiais não pertencentes ao Exército — 20.

(Aviso n. 180, de 3-XI-949 — "Diário Oficial" de 5-XI-949.)

..

PERCEPÇÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

(Solução de processo)

No processo originado pelo Ofício n. 13-Ser., de 5 de janeiro de 1949, no qual o comandante do 3º Batalhão de Carros de Combate Leves consulta se devem ser considerados legalmente casados, para efeito de percepção de salário-família, os sargentos, cabos e soldados que contraíram matrimônio desobedecendo prescrições regulamentares.

2. A legislação que interessa ao estudo da presente consulta é a seguinte:

A) Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946.

Estatuto dos Militares ("Boletim do Exército" n. 39 (suplemento n. 1), de 23 de setembro de 1948).

Art. 101. Os militares da ativa só podem contrair matrimônio mediante licença de autoridade competente e depois de preenchidos os requisitos previstos neste Estatuto.

Art. 102. São os seguintes os requisitos para que os militares da

ativa e da reserva, convocados, possam contrair matrimônio:

b) praças: — 1) Ser subtenente ou suboficial; 2) sargentos: ter, no mínimo, 25 anos de idade, completos e mais de cinco anos de graduação; 3) outras praças da Marinha (cabos e marinheiros de 1ª classe): ter, no mínimo, três anos completos de graduação ou classe e mais de dez de serviço; 4) taifeiros da Marinha e Aeronáutica: ter, no mínimo, 25 anos de idade.

Art. 106. São passíveis de punições, previstas nas leis e regulamentos especiais, os transgressores voluntários das presentes disposições sobre casamento, ainda que este resulte de imposição legal.

B) Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948. Dispõe sobre o pagamento de vencimentos, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União ("Boletim do Exército" n. 47, de 20 de novembro de 1948).

Art. 27. Estendem-se aos militares os benefícios do salário-família, atualmente atribuídos aos servidores civis, na conformidade da legislação vigente.

Art. 29, § 2º. É extensivo aos cabos e soldados e marinheiros das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e aos taifeiros da Marinha, desde que tenham mais de dois anos de serviço, o direito a contribuição para o montepio militar. Esta contribuição, até que seja fixado a mensal, de que trata o artigo 114 do Estatuto dos Militares, será correspondente a um dia de soldo.

C) Portaria n. 196, de 6 de dezembro de 1948 — Instruções para habilitação e pagamento do salário-família aos militares, concedido pelo art. 27 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948 ("Boletim do Exército" n. 50 (suplemento n. 1), de 11 de dezembro de 1948).

Art. 1º. O salário-família concedido aos militares pelo art. 27 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, será pago na base de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) mensais por dependente, a partir do mês de novembro de 1948.

Art. 2º. Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente às expensas do militar:

- a) os filhos menores de 21 anos;
- b) os filhos inválidos, de qualquer idade.

§ 1º. Compreendem-se nas alíneas a) e b) d'este artigo, os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos.

3. O estudo da legislação transcrita no item 2, evidencia que:

a) só poderão casar-se os sargentos que tiverem, além de licença da autoridade competente, 25 anos de idade, no mínimo, completos e mais de cinco anos de graduação;

b) é defeso aos cabos e soldados, contrair matrimônio;

c) deverão ser punidos de acordo com as leis e regulamentos especiais os transgressores voluntários das disposições sobre casamento, ainda que o mesmo resulte de imposição legal;

d) é concedido aos cabos e soldados, com mais de dois anos de serviço o direito de contribuição para o montepio militar;

e) é tornado extensivo aos militares os benefícios de salário-família, atualmente atribuídos aos servidores civis, na conformidade da legislação vigente.

4. A concessão citada na alínea d), do item anterior, traz, como consequência, a necessidade de apresentação das declarações de herdeiros, às quais, por certo, os interessados, tendo em vista o amparo que lhes dá a lei, juntarão proleгал de seu estado civil e dos filhos que possuírem. Dêse fato decorre, naturalmente, o direito ao salário-família, tornado extensivo aos militares conforme se verifica do art. 27 da Lei n. 468, transcrito no item 2, alínea B) e sobre cujo pagamento a Portaria n. 186, também transcrita em parte no referido item, alínea C), baixa instruções.

5. Submetendo a presente consulta à consideração de V. Excia., esta Secretaria é de parecer que os sargentos, cabos e soldados, desde que casados, civilmente, muito embora em desobediência a preceitos regulamentares, que os torna passíveis de punição, tem direito à percepção de salário-família, pois o fato de terem contrariado disposições do Estatuto dos Militares não invalida absolutamente o matrimônio legalmente contraído perante as leis ci-

vis, deu o Exmo. Sr. Ministro neste parecer o seguinte despacho: — Aprovo (Bol. n. 1.232, de 11 de outubro de 1949, da S.G.M.G.).

("Diário Oficial" de 7-XI-49.)

ISENÇÃO DE SELO

Tendo em vista as dúvidas suscitadas na interpretação do § 5º, inciso VI, do art. 15, da Constituição da República, declaro que estão isentos de selo todos os atos jurídicos e seus instrumentos, nêles compreendidos os contratos firmados entre particulares e o Ministério da Guerra, onde tem plena e integral execução a Circular n. 23, de 6 de agosto de 1948, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda.

(Aviso n. 749, de 11-XI-49 — "Diário Oficial" de 14-XI-49.)

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA

Autorizo as unidades administrativas a descontarem em folha, sob a forma de "desconto interno", em favor da "Casa do Sargento do Brasil" e da "Caixa Beneficente do Pessoal Civil do Ministério da Guerra", as importâncias relativas a mensalidades e outros compromissos assumidos pelos seus associados.

As despesas com as remessas das importâncias descontadas correrão por conta das referidas instituições.

(Aviso n. 750, de 11-XI-49 — "Diário Oficial" de 14-XI-49.)

CONSIDERA ORGÃO ALISTADOR A 5ª/1ª B.F.

O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolve, nos termos do § 1º, do art. 17, do Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946, considerar órgão alistador a 5ª Companhia do 1º Batalhão de Fronteira, com sede em Guaira, Estado de São Paulo.

(Portaria n. 185, de 14-XI-49 — "Diário Oficial" de 17-I-49.)

QUE VALE O DINHEIRO ?

"O dinheiro por si mesmo não é fator de produção de coisa alguma. Sua importância na vida da sociedade reside no fato de poder ser trocado por utilidades, e assim facilitar a satisfação de nossas necessidades."

(Fundamentals of Economic, 5ª Ed., N.Y., 1949, Paul F. Gimmell.)

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 4º andar — Rua Marçílio Dias
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 32, Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

Representante no Sul do Brasil : Ten.-Cel. Manoel Stoll Nogueira

Endereço : Rua 7 de Abril, 112 - 4º andar — Conjunto 401 — S. Paulo

*

De acôrde com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrínaria, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

* *

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

* *

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

* *

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

ANO.....	Cr\$ 80,00
SEMESTRE.....	Cr\$ 40,00
NÚMERO AVULSO.....	Cr\$ 10,00

Obs. — O pagamento das assinaturas pode ser feito de acôrdo com o plano B

COLABORARAM NESTE NÚMERO :

Cel. Felisberto Estevam de Oliveira Batista
Cel. J. B. Magalhães
Cel. Niso Montezuma
Ten.-Cel. A. C. Moniz de Aragão
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro
Ten.-Cel. A. Senna Campos
Ten.-Cel. Hermenegildo de Oliveira Carneiro
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Major Espedito Mendes Correia
Major Flariano Moura Brasil Mendes
Major João Baptista Peixoto
Major José de Azevedo Silva
Major José J. Camerino
Major Nelson Mesquita Miranda
Major Origenes de Soledade Lima
Capitão Acaia
Capitão Augusto de Oliveira Pereira
Capitão Hernani A. L. Amorim
Capitão Moacyr Ribeiro Coelho
Capitão Nilton Freixinho
Tenente Gualter Gil



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1930